

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA

REVISÃO E REDAÇÃO

SESSÃO: 228.4.53.O

DATA: 16/12/10

TURNO: Vespertino

TIPO DA SESSÃO: Ordinária - CD

LOCAL: Plenário Principal - CD

INÍCIO: 14horas

TÉRMINO: 18h48min

DISCURSOS RETIRADOS PELO ORADOR PARA REVISÃO

Hora	Fase	Orador

Incluído discurso do Deputado Luiz Bassuma proferido na Sessão Ordinária da Câmara dos Deputados nº 179, realizada em 5 de outubro de 2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ata da 228^a Sessão, em 16 de dezembro de 2010

ÀS 14 HORAS COMPARECEM À CASA OS SRS.:

Michel Temer

Marco Maia

Antonio Carlos Magalhães Neto

Rafael Guerra

Inocêncio Oliveira

Odair Cunha

Nelson Marquezelli

Marcelo Ortiz

Giovanni Queiroz

Leandro Samu

Manoel Junior



I - ABERTURA DA SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus e em nome do povo brasileiro iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. Secretário procederá à leitura da ata da sessão anterior.

II - LEITURA DA ATA

O SR. GERMANO BONOW, servindo como 2º Secretário, procede à leitura da ata da sessão antecedente, a qual é, sem observações, aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Passa-se à leitura do expediente.

O SR., servindo como 1º Secretário, procede à leitura do seguinte

III - EXPEDIENTE



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Passa-se ao

IV - PEQUENO EXPEDIENTE

Conforme resolução da Mesa, a primeira meia hora é destinada aos Deputados que queiram dar seus pronunciamentos como lidos, e o tempo é de 1 minuto.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o ilustre Deputado Mauro Benevides.



O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, uma recente reavaliação do Produto Interno Bruto, neste exercício findante, aponta para uma perspectiva bem menos otimizante, em razão do frágil desempenho de segmentos como a indústria, no terceiro trimestre, conforme dados alinhados por credenciados técnicos oficiais.

O próprio Ministro Guido Mantega, antes identificando percentual bem mais estimulante, entende que o prognostico situar-se-á bem mais abaixo de expectativas anteriores, ou seja, no patamar de 7,3%.

Com isso, a Presidente Dilma Rousseff, a poucos dias de sua investidura, terá de rever projetos mais ousados, reavaliando-os de forma a compatibilizar os rumos de uma delicada conjuntura.

As oscilações na esfera do câmbio, bem assim um discreto surto inflacionário, passaram a ser apontadas como responsáveis por essa alteração, já considerada por economistas renomeados como o ex-Ministro Bresser Pereira, mestre da Fundação Getúlio Vargas.

A pergunta que paira por entre os estamentos mais conscientes da sociedade é se a retração atingirá iniciativas mais arrojadas, notadamente as inseridas no PAC 2 ou em refinarias da PETROBRAS.

Assessorada de perto pelo titular das finanças, o Presidente do Banco Central, pela Ministra do Planejamento e pelo Chefe da Casa Civil, a Presidente Dilma Rousseff terá apoio para chancelar decisões corretas, em condições de superar tais imposições de uma realidade adversa.



No seu comando, até agora, encontrar-se-ão experiência e tirocínio para se encarreirar pelos trilhos mais consentâneos com as nossas aspirações de crescimento econômico.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Zé Geraldo.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero deixar registrados os meus elogios ao Presidente Lula por ter convidado os movimentos sociais para, no encerramento de seu Governo, fazer-lhes uma prestação de contas das atividades governamentais.

Historicamente, os movimentos sociais têm cumprido um papel importante, embora tenham sido também reprimidos em muitas situações. Houve, inclusive, massacres, a exemplo do ocorrido em Eldorado dos Carajás, no Estado do Pará, onde, em poucos momentos, foram mortos 19 trabalhadores rurais que reivindicavam o direito à terra.

No Governo do Presidente Lula, a ajuda desses movimentos foi fundamental, pois participaram intensamente de conferências e apresentaram proposições. A propósito, nunca se fez tantas conferências neste País, e com tamanha participação, como as que ocorreram no Governo Lula.

Era o registro que queria fazer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero registrar dois artigos. O primeiro, intitulado *E agora, Brasil?*, de autoria do Dr. Fábio Konder Comparato, reproduzido no site *Conversa Afiada*. Ele comenta a decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos de que o Brasil reabra os processos contra os torturadores, porque os crimes que cometeram não podem ficar no esquecimento. Segundo o artigo, o Supremo Tribunal Federal e a Procuradoria-Geral da República estão condenados moralmente.

O outro artigo, do jornalista Chico Pinto, da Paraíba, tem o título *Rodrigo Soares: o PT, a raiva e o tempo*.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ontem a imprensa nacional noticiou a tramitação e votação ultracélere do decreto legislativo, de autoria da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, que equiparou o salário de Deputados Federais, Senadores, Ministros de Estado, Presidente da República e Vice ao dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Considerando o salário atual, Sr. Presidente, o aumento foi de 61,8%, bem acima da inflação. A celeridade no trâmite do referido decreto deveria ser algo corriqueiro e comum aos demais projetos que há longos anos quase que rastejam nesta Casa. Mas não é.

Há muitos temas extremamente relevantes, realmente dignos de tamanha celeridade, cobrados constantemente pela população. Porém, ainda pairam sobre eles os tapetes da lentidão. Somos os representantes do povo. Nessa condição, não podemos ultrapassar o limite da seriedade, da imponibilidade e do bom senso.



Devemos ser céleres cotidianamente, especialmente no que diz respeito aos projetos de grande alcance social. Infelizmente, a população brasileira só presencia tal rapidez quando há um crime de grande repercussão nacional e grande pressão popular para a alteração de dispositivos legais ou nos casos de aprovação de aumento, pelos Parlamentares, de seus subsídios.

Sr. Presidente, tenho plena certeza de que serei amplamente criticado pelos colegas de Parlamento em virtude deste pronunciamento, entretanto não posso deixar de cumprir a missão a mim atribuída pelos paraibanos de representá-los nesta Casa, trazer aqui as suas satisfações e insatisfações e agir de forma impecável no que tange às decisões que envolvam a coisa pública.

Caros colegas, segundo números preliminares dispostos em matéria do Portal IG, esse aumento representará um impacto de R\$1,9 bilhão somente nas Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas, uma vez que, como se sabe, os salários de Deputados Estaduais e Vereadores são fixados com base no que recebe o Deputado Federal. O efeito cascata que essa aprovação irá gerar é totalmente absurdo e inconsequente.

Era o que tinha a dizer.

MATÉRIAS A QUE SE REFERE O ORADOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 228.4.53.O
Data: 16/12/2010

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176

(INSERIR DOCUMENTO DETAQ DE PÁGINAS 10 A 10-F)



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, no dia 10 de dezembro o Presidente Lula sancionou o projeto de lei que cria o Plano Nacional de Cultura, iniciativa do Congresso Nacional, do Deputado Gilmar Machado, Líder do Governo.

O mais importante é que o Brasil, com tamanha diversidade, precisa de uma política de Governo que estimule as mais variadas manifestações culturais e aponte as ações que devem ser apoiadas por políticas públicas.

A sanção ao projeto de lei que cria o Plano Nacional de Cultura fortalece nossa identidade cultural, principalmente as manifestações regionais, que são muito importantes em um País com tanta diversidade e riquezas culturais. Não podemos deixar fenecerem manifestações como a Festa do Divino, no Vale do Guaporé, e as cavalgadas que ocorrem nos mais variados lugares do País.

Por essa razão, acho muito importante ao desenvolvimento socioeconômico e cultural do nosso povo o Plano Nacional de Cultura, criado por projeto de lei sancionado pelo Presidente Lula.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra, pela ordem, ao ilustre Deputado Germano Bonow.

O SR. GERMANO BONOW (DEM-RS. Pela ordem. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, venho hoje à tribuna para destacar a atuação do médico e político Francisco de Paula Soares, uruguai de nascimento mas gaúcho e brasileiro de coração.

Nascido no dia 7 de abril de 1825, em Montevidéu, na Praça da Matriz, ao lado do Cabildo, época em que a atual República do Uruguai, a Banda Oriental do Uruguai estava incorporada ao Império do Brasil, era filho do Major Bernardo José Soares, alferes de Dragões, natural de Chaves, província portuguesa de Trás-os-Montes e de Joana Trigo Soares, natural de Buenos Aires.

Formou-se médico pela Faculdade de Medicina de Buenos Aires, na Argentina, em 1852. Casou-se com Prudêncio Amália da Fonseca, com quem teve dez filhos.

A instabilidade política reinante no Uruguai o levou a residir na cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul. Ali estudou o primeiro grau, onde a família residiu de 1827 a 1836. Desde menino trabalhou na alfândega local. Mais tarde lecionou no Colégio Padre Branco.

Em 1846 prestou exame em Porto Alegre, no Palácio da Presidência, para o provimento vitalício do cargo de professor público, sendo aprovado e entrando em exercício por dois anos, quando uma infecção pulmonar levou-o a viajar a Portugal para tratar-se. Tinha 25 anos. Fez anotações detalhadas de sua viagem, que demonstram bem a realidade da época.



A Profa. Flávia Obino Corrêa Werle, em trabalho feito sob o título *Colégio Estadual Paula Soares: a prática reflexiva como narrativas da vida institucional*, assim descreve, em um capítulo, os escritos de Francisco de Paula Soares em seu diário: “É um texto escrito em 1850, há 156 anos. Hoje ainda permanece como narrativa viva, detalhada, clara para nós. O texto, em sua totalidade, entremeia descrições de vilas, caminhos, ambientes natural, arquitetônico e cultural com as relações sociais que o professor Paula Soares vai travando e com os afetos com que os parentes pelo lado paterno o recebiam e lembranças do que lhe haviam contado da infância e juventude de seu pai reavivadas pela passagem na localidade em que este nascera e vivera antes de migrar para a América do Sul. Por vezes, a narrativa comparava o que via em terras portuguesas com ambientes, situações e pessoas que havia conhecido na cidade de Rio Grande, localidade que há pouco havia deixado no Brasil. Outras vezes, descreve festeiros populares ou ainda mostra-se crítico frente a usos e tradições do povo local. As narrativas daquele que posteriormente seria o segundo diretor da Escola Normal de Porto Alegre são ricas pelo registro detalhado, não só de fatos, mas do contexto físico, social e emocional que constituíam os momentos vividos. A narrativa que ele produzia também é crítica e interpretativa de fatos e pessoas com quem se relacionava, registrando afetos e desafetos que inspirava. Em seus registros, emerge o médico, o estudioso, uma pessoa apreciadora da vida e que atualizava e rearticulava todos os seus recursos intelectuais e pessoais ao interagir com todas as novidades que identificava.”

Seu diário manuscrito em um pequeno caderno de capa dura foi integralmente digitado e impresso sob a forma de livreto intitulado *Uma viagem a Portugal*, de autoria de Francisco de Paula Soares, com 48 páginas, editado, em



1977, por Francisco de Paula Soares Neto, sem indicação de local de publicação, não paginado. O conteúdo do diário é antecedido de um texto de três páginas na forma de apresentação, situando de maneira breve a biografia de Francisco de Paula Soares.

Em outro trecho do seu diário, escreveu Francisco de Paula Soares: “*Após 47 dias de viagem, chegamos à barra do porto, mas nos impediram a entrada, sob o pretexto de que, vindo do Brasil, nós estávamos sujeitos à quarentena. Sendo nossa procedência a cidade do Rio Grande e havendo Febre Amarela no Rio de Janeiro, sem que se houvesse manifestado o mais leve sintoma dessa enfermidade na Província de onde vínhamos, e acrescendo ainda que durante nossa longa viagem não tinha havido a bordo nenhuma moléstia, é claro que devíamos ser dispensados da quarentena. Não prestaram as autoridades a menor atenção a tais considerações e tivemos de virar de bordo para o porto de Vigo, na Galliza, mas o vento contrário nos obrigou a mudar de rumo e seguir para Lisboa, em cujo Porto entramos com 18 horas de viagem, corridos por um formidável aquilão. O temporal era tal que foi necessário pedir uma âncora mais para poder conter a barca, dentro do Tejo.*

Apesar da rigeza do vento me conservei sobre o tombadilho, para admirar a beleza do panorama da cidade de Lisboa e das vilas e aldeias vizinhas. O nosso ancoradouro foi defronte da torre de Belém que se alça na margem direita do Tejo, próxima a igreja dos Jerônimos.”

Mais adiante narra alguns dos atendimentos que fazia a enfermos naquele país: “*Limitava meus passatempos a frequentar essas pessoas, ao curativo dos doentes, porque poucos eram os divertimentos que haviam há vila..... Sei que existem outras aldeias, à direita desse povoado, por ter tratado de enfermos que*



delas vinham a Faiões para me consultarem sobre suas enfermidades, lembrando-me especialmente de uma que tinha um cancro em seu peito e que vinha repetidas vezes de Santa Cruz pedir-me um alívio para essa cruel e fatal moléstia".

No regresso da Europa, Paula Soares passou a residir em Porto Alegre, onde prestou concurso e foi aprovado como professor de Geografia e História do Liceu Dom Afonso, entrando em exercício em outubro de 1856.

Algum tempo depois, extinto o Liceu Dom Afonso e criada a Escola Normal, continuou na regência da mesma cadeira, sempre reconhecido pela excelência do seu trabalho. Foi, posteriormente, nomeado diretor do referido estabelecimento, lugar que ocupou até ser aposentado.

Na área da educação, Paula Soares foi, ainda, membro do Conselho Diretor da Instrução Pública e Inspetor-Geral da Instrução Pública do Rio Grande do Sul, em 1866.

Na área política, pertenceu ao Partido Liberal e por diversas vezes foi eleito à Assembleia Provincial, ocupando em duas legislaturas a presidência da mesma. Em 1857 tomou, pela primeira vez, assento na Assembleia Provincial, sendo reeleito em 1864 e 1866, abrindo a Assembleia como seu Presidente, por ser o Deputado mais votado.

Considerado autor didático, foi membro da Sociedade Literária Apeles Porto Alegre e do Partenon Literário.

Francisco de Paula Soares faleceu a 10 de janeiro de 1881, com a idade de 53 anos. É reconhecido como tendo prestado relevantes serviços ao Rio Grande do Sul, principalmente na área da educação pública. Em sua homenagem, uma das



mais tradicionais escolas estaduais de Porto Alegre leva o seu nome: o Colégio Estadual Paula Soares, localizado no centro histórico da Capital.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Profa. Flávia Obino Corrêa Werle

Muito obrigado!



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Germano Bonow, que disporá de cinco minutos na tribuna.

O SR. GERMANO BONOW (DEM-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, volto a falar do trabalho da Comissão Externa destinada a analisar *in loco* os efeitos das políticas antidrogas instituídas em Portugal, na Holanda, na Itália e em nosso País.

Ontem apresentamos o relatório final na Comissão de Seguridade, na qual foi aprovado. Nele consta um tópico sobre prevenção que diz:

“Crê-se que a prevenção do uso de drogas deve ser efetivada nos moldes preconizados pelo Observatório Europeu, tanto do ponto de vista ambiental quanto da prevenção específica.”

Mas há um item que me parece bastante importante e significativo: a Comissão de Saúde e Seguridade defende que “*deverá haver uma revisão na legislação que trata da publicidade de bebidas alcoólicas, a qual deveria ser banida da mídia*”.

O relatório prevê e propõe que se retirem da mídia as propagandas que envolvam bebidas alcoólicas. É inadmissível que se faça um trabalho de prevenção em relação a drogas e álcool, mas, no dia a dia e nas nossas casas, encontramos propagandas de bebidas alcoólicas transmitidas pelos meios de comunicação, como a televisão e o rádio. Isso é um estímulo ao uso do álcool.

Sr. Presidente, há uma competição desleal entre o sistema educacional brasileiro e as propagandas que passam nas televisões do nosso País. Chamo a atenção no relatório — e sobre isso gostaria de fazer observações — para algumas



pesquisas apresentadas num documento do Executivo em que se refere a uma pesquisa feita nas 108 maiores cidades do nosso País. Nessas localidades, 74% das pessoas pesquisadas, de alguma forma, envolveram-se com o álcool e 12,3% — essa é a estimativa da pesquisa — da população brasileira são dependentes do álcool.

Foi feita também uma pesquisa na qual se observou que os estudantes, quando começam a beber, fazem-no com uma idade média muito baixa, na faixa dos 12 anos. O interessante na pesquisa é que, em relação às bebidas alcóolicas, 48% da população brasileira é abstêmia, mas 9% bebem num padrão perigoso e 15% num padrão potencialmente perigoso.

Há informação de que, no ano de 2007, ocorreram 138.585 internações hospitalares devido a drogas e álcool. Entre os motivos das internações está o uso do álcool, maconha, cocaína, todas as drogas. Desse número de internações, 95.196, portanto quase 69%, são devidas ao álcool. É o alcoolismo que leva essas pessoas aos hospitais.

No período de estudo de 2001 a 2007, registrou-se que faleceram no nosso País, por transtornos relacionados às drogas e ao álcool, quase 47 mil pessoas e, dessas 47 mil, 40 mil faleceram devido ao álcool — 86% da mortalidade estão ligados ao álcool.

O relatório que nós apresentamos também mostra que houve um crescimento do número de óbitos no período de 2001 a 2007 em relação às drogas e ao álcool.

No que diz respeito a afastamento do serviço por drogas psicoativas, nesse trabalho foi mostrado que, de 2001 a 2006, nós tivemos 43 mil pessoas afastadas, sendo que mais da metade dos afastamentos foi devido ao álcool. Aposentou-se



nesse período um número significativo de pessoas, e, no que se refere às drogas e ao álcool, quase 75% das aposentadorias se devem ao álcool.

Daniel Cerqueira, do IPEA, em uma entrevista dada ao jornal *Correio Braziliense* na semana passada, também divulga que houve um aumento da mortalidade, no período de 1998 a 2007, de 40% por causa do álcool e de 150% por outras drogas.

Esses números se referem tanto a internamentos hospitalares, óbitos, afastamentos do serviço, quanto a aposentadorias. Os dados estatísticos e as informações apresentadas no relatório mostram a necessidade de o País ter uma ação muito forte em relação à bebida alcoólica.

Daí a proposta de que seja banida da mídia toda e qualquer publicidade em relação ao álcool.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. ANTONIO JOSÉ MEDEIROS (PT-PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, senhoras e senhores que, neste momento, assistem à *TV Câmara*, já foram feitos muitos pronunciamentos neste plenário sobre as eleições de 2010, em especial sobre a eleição da Presidente Dilma Rousseff. Não posso deixar de registrar, com alegria, o bom desempenho da candidata no Piauí: 67,1% dos votos no primeiro turno e 70% no segundo turno.

Quero também registrar um aspecto da campanha que desejei muito tivesse sido documentado por algum cinegrafista ou, quem sabe, por algum cineasta para futura produção de um documentário. É que, ao lado do debate político e da movimentação eleitoral, houve muitas manifestações populares — mais culturais do que políticas —, demonstrações de carinho pelo Presidente Lula e transferidas gradativamente para a candidata Dilma. Beijos em foto, orações, posturas de joelho, sapateados, gritos, discursos, palavras carinhosas e gestos mostram que, nesse clima de tanto desgaste da imagem dos políticos, é possível criar identidade, mostrar fidelidade, ter compromissos reconhecidos, enfim, acender a esperança.

Mas a hora é de pensar no futuro, de apontar para o sentido do Governo Dilma, que se iniciará no próximo dia 1º de janeiro de 2011. Quero pensar no horizonte da história, pois vejo a eleição de Dilma Rousseff não apenas como um fato conjuntural, mas como um acontecimento de alcance histórico. Dilma, muito mais do que a figura carismática de Lula, representa um projeto coletivo, reunindo forças sociais e políticas diversas e que, necessariamente, deve perpassar vários governos, o que é altamente estratégico para a travessia desse período da história do nosso Brasil.



Por isso, o mandato que em breve começará deve ser visto sob duas perspectivas complementares: uma, como o esforço de superação definitiva de uma pesada herança histórica que vem desde o descobrimento; outra, como a corajosa decisão de tomar as iniciativas necessárias para enfrentar os desafios de uma inserção ativa num mundo globalizado, onde o Brasil tem oportunidade de conquistar um lugar de liderança.

A nossa pesada herança histórica decorre de alguns processos que se entrelaçaram em nossa formação como Nação: colonização de exploração; escravidão e extermínio dos indígenas; escravidão do negro; latifúndio; política oligárquica-autoritária; resistências à modernidade da cultura ibérica.

Evidentemente, essas características não são determinismos insuperáveis. Basta lembrar que a Espanha, e mesmo Portugal em boa medida, estão superando historicamente essas limitações de suas culturas. Basta lembrar como a Alemanha, que herdou de sua modernização conservadora um viés autoritário, que levou ao extremo do nazismo, evoluiu para uma democracia consolidada.

Não se trata aqui de analisar esses processos, mas de reconhecer suas consequências, que são marcas fortes da situação que ainda vivemos hoje: miséria; desigualdade econômico-social; antidemocratismo e capacidade de neutralização de mudanças pelas elites; debilidade da sociedade civil; autoimagem dos brasileiros oscilando entre o ufanismo e o complexo de vira-latas (deitado eternamente em berço esplêndido)

O projeto que vem sendo gestado há anos no Brasil e que teve no Governo Lula sua expressão mais ampla e mais profunda tem como objetivo justamente



superar essa antiga herança. Essa é a missão do Governo Dilma: seguir em frente e superar de vez alguns desses velhos problemas.

Avançamos bem na redução da miséria, e a Presidente Dilma tem clareza de que é preciso erradicá-la de vez. Vamos definir um patamar mínimo de renda pessoal mensal, por família, e garantir que todas as famílias do Brasil atinjam esse patamar.

Avançamos também na redução da desigualdade social, mas num volume e numa velocidade ainda insatisfatórios. A criação de oportunidades de emprego, o aumento persistente do salário mínimo, a descentralização das ações governamentais para as regiões mais pobres e para a zona rural ajudaram no avanço. Mesmo com o reajuste gradativo do salário mínimo e com o aumento da oferta, é preciso haver mais radical de melhoria da qualidade da educação, uma tributação mais justa que incida sobre heranças e grandes fortunas e um incentivo sistemático à poupança e ao empreendedorismo em pequenos negócios. De modo especial, precisamos entender que a verdadeira política de desenvolvimento regional num Brasil já integrado é a incorporação da dimensão regional nas grandes políticas nacionais de desenvolvimento, e não uma política paralela.

Avançamos muito na superação das debilidades da sociedade civil, no processo de combate à ditadura militar. A década de 1980 foi o grande momento desse fortalecimento dos movimentos; mas o clima era de contestação. Com a redemocratização ainda não conseguimos equacionar de forma clara e eficaz a participação dos movimentos sociais, sindicais e populares no espaço público. Oscilamos entre as tentações opostas da mera contestação, do doutrinarismo ou do corporativismo por parte dos movimentos e da cooptação por parte dos governo. As



conferências temáticas são importantes, os conselhos têm um grande papel, mas falta aperfeiçoar os mecanismos de negociação no cotidiano da administração, e sobretudo torná-los mais importantes que o *lobby*, ou pior ainda que os arranjos de bastidores, muitas vezes, espúrios.

Quanto aos aspectos culturais, sobretudo no que se refere à autoimagem e à autoestima, ainda oscilamos muito entre o ufanismo, um patriotismo ingênuo e a descrença na capacidade do Brasil para grandes vôos, na validade das regras de convivência e nas instituições. É verdade que atualmente o Brasil marcou pontos nos seus posicionamentos e na sua projeção internacional. E melhorou nossa autoimagem nesse aspecto. Talvez até tenha melhorado mais a visão dos outros em relação a nós do que de nós em relação a nós mesmos.

Mas há um bloqueio para a mudança de nossa crença nas instituições, em especial nas instituições próprias da democracia. Precisamos evitar os riscos do falso moralismo, bem como a tendência crescente à judicialização da política, ou seja, o Judiciário e o Ministério Público se arvorarem em guardiões da Pátria. Precisamos também superar o viés da imprensa para o denuncismo, para destacar a carência, a simplificação.

A valorização dos aspectos técnico-racionais da administração pública e da atividade empresarial e o espírito de empreendedorismo têm avançado. Mas é preciso só somar a isso nossa crença na capacidade do Brasil em usar nossas potencialidades. Sem o entusiasmo pelo Brasil não liberaremos as energias utópicas necessárias para superar de vez nossa pesada herança histórica, e para nos afirmarmos, juntamente com países como a China, a Índia e, quem sabe, a Rússia



(que enfrenta nesse aspecto cultural desafios maiores que os nossos), como um grande país na comunidade internacional.

Faço questão de ressaltar esse ponto da tribuna deste Parlamento, pois a nós, como elite política, cabe uma grande responsabilidade nessa dimensão institucional e de cultura política.

Enfim, entre as marcas da pesada herança que temos que superar de vez, destaquei o antidemocratismo e capacidade de neutralização de mudanças pelas elites. Esse é o maior desafio que enfrenta o projeto inaugurado por Lula e que continuará inspirando o Governo Dilma. O viés autoritário de nossas elites sociais e políticas manifestou-se em vários momentos: nas proposições de *impeachment* e sobretudo em campanhas agressivas de setores da imprensa. Recentemente, na campanha eleitoral, a exploração oportunista de sentimentos religiosos da população, o incentivo à intolerância quanto à diversidade e um falso moralismo bem ilustram a persistência desse autoritarismo latente.

Com relação à neutralização de mudanças por parte das elites, esse é o maior desafio que enfrenta o projeto inaugurado por Lula e que continuará inspirando o Governo Dilma.

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Peço a V.Exa. que conclua, pois há outros oradores inscritos.

O SR. ANTONIO JOSÉ MEDEIROS - Parece que a conciliação presente na independência, na abolição, na república, na revolução de 30, na redemocratização de 1985 também se manifestou na implementação desse grande projeto de desenvolvimento com distribuição de renda, que deveria ser de efetiva



democratização, de consolidação de uma nova cultura política, de controle e responsabilização social. Velhos hábitos políticos insistem em persistir. E cria-se um compasso entre o econômico-social e o político-cultural.

(O microfone é desligado.)

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Nobre Deputado, infelizmente não posso lhe conceder mais tempo.

O SR. ANTONIO JOSÉ MEDEIROS - Vou concluir, Sr. Presidente.

A responsabilidade da próxima legislatura é imensa. Está passando a hora da reforma política, peça fundamental para a modernização das elites e o aperfeiçoamento de nossa democracia. A democratização e responsabilização da comunicação de massa também é urgente, sem qualquer viés autoritário e sem cooptação, mas criando as bases éticas e culturais para a disputa democrática e a solidariedade.

Olhemos agora para o futuro Governo Dilma da outra perspectiva: como a corajosa decisão de tomar as iniciativas necessárias para enfrentar os desafios da globalização e da revolução tecnológica baseada na informática.

Aqui também foi importante a presença carismática de Lula, e o desafio do Governo Dilma é a institucionalização dessa diplomacia ativa, da política externa de protagonismo e diversificação das relações multilaterais independentes.

Passos importantes foram dados. A inserção do Brasil no G-20 dá dinamismo à nossa presença internacional. A articulação mais intensa entre os países vocacionados para um maior protagonismo nesse século XXI, o grupo chamado BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China) também tem apresentado resultados positivos, mas falta uma articulação mais que diplomática ou comercial, envolvendo a



cooperação na área tecnológica e educacional e as trocas culturais e o intercâmbio entre as forças sociais.

Deixou a desejar a integração latino-americana. A significativa expansão econômica capitaneada por empresas, até empresas estatais, não tem sido complementada com avanços significativos na área social e política, o que tem feito o Brasil aparecer como neoimperialista. O MERCOSUL se burocratizou e continua com grandes oscilações entre momentos de avanço e de recuo. E, ao invés de ampliarmos o MERCOSUL com a inclusão de outros países, e de marcharmos do mercado comum (livre circulação de mercadorias) para a comunidade sul-americana (livre circulação de pessoas e de parcerias sociais) e uma futura união monetária e de políticas públicas, demos um salto para a União das Nações Sul-Americanas — UNASUL, que ainda não tem perfil definido e muito menos tem clareza sobre sua relação com a evolução do MERCOSUL. O debate sobre o Parlamento do MERCOSUL — PARLASUL — deveria se inserir nesse contexto mais amplo. Infelizmente, estamos vendo apenas um embate entre a paralisia burocrática da atual representação brasileira (e do próprio MERCOSUL) e as pressões corporativas de proteção aos tombados na última disputa eleitoral.

Evidentemente, todo esse arcabouço institucional de participação internacional só desempenhará seu papel se, internamente, nos consolidarmos como um país que tem um projeto de construção nacional. Daí a importância de continuidade e aprofundamento de nossas políticas de: a) estabilidade financeira e disciplina fiscal, enfrentando o desafio de colocar os juros num patamar razoável em qualquer economia que tem como foco a produção; b) aceleração do crescimento, reforçando os mecanismos de poupança em relação ao estímulo ao consumo e



maior rapidez na ampliação da infraestrutura; c) distribuição de renda; d) inserção ativa no mundo globalizado.

E nesse último aspecto, alguns pontos são decisivos, como, por exemplo: a continuidade da diversificação de nossos parceiros comerciais; a manutenção do equilíbrio entre exportação de *commodities* e de produtos industrializados, o que exige uma política industrial mais agressiva; o reforço do papel do BNDES de fortalecimentos das empresas nacionais que têm potencial de atuação competitiva no cenário internacional; uma política de desenvolvimento científico-tecnológico que retire nossas universidades de um certo isolamento scientificista e tenha repercussão no aumento das patentes registradas e das tecnologias absorvidas na produção.

Concluo este meu pronunciamento dizendo da minha crença de que temos tudo para entrar firmemente um longo ciclo virtuoso de crescimento. E temos tudo para, pela primeira vez na história do Brasil, incorporarmos a distribuição da renda como um fator estruturante do nosso modelo de desenvolvimento.

Mais céptico permaneço com relação à grande reforma política de que precisamos, como condição para uma democratização efetiva de nossa sociedade.

Não estarei mais exercendo cargo político-eletivo no próximo mandato. Mas, quero continuar fazendo esse debate na sociedade, como militante do Partido dos Trabalhadores. E, como cidadão, quero contribuir para que as potencialidades da sociedade e da cultura possam quebrar os bloqueios da nossa defasada vida política institucional.

Nosso projeto é de um Brasil rico, justo, democrático e solidário. Acredito que o nome que melhor sintetiza essas características ainda continua sendo “socialismo”.

Muito obrigado.



O SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES (PT-MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, normalmente, quando se aproxima o Ano-Novo, todas as pessoas de boa vontade têm sempre a renovação de alguns compromissos, de algumas metas. São as chamadas promessas de Ano-Novo. São as promessas que nós mesmos fazemos à nossa família, desafios para nós; enfim, são coisas boas que são viáveis e que olham para o futuro. E não é diferente quando há um novo governo. Com o Ano-Novo, vem um novo governo cheio de esperanças também, assim como as novas legislaturas.

Sr. Presidente, na próxima legislatura não estarei nesta Casa. Não fui candidato a Deputado. Mas o companheiro Gabriel Guimarães estará aqui junto com V.Exas. para vencer esses desafios.

Quero dizer aqui que me dediquei ao meu mandato de Deputado Federal e que também me frustrei parcialmente. E espero, como uma espécie de meta de governo novo, de legislatura nova, mesmo que eu continue participando apenas como coadjuvante, sempre que possível irei ajudar nas grandes reformas que, tenho certeza, serão feitas: a tributária, a política e, de alguma maneira, as outras, ou os ajustes — eu não diria reforma — nas áreas trabalhista e previdenciária.

Sr. Presidente, tive a alegria de ser relator de uma parte da Reforma Tributária que foi aprovada. Foi talvez uma pequena reforma, mas que passou pelo voto. Não foi como outras reformas feitas em períodos autoritários. Mas eu fui relator também em um momento em que a reforma inteira foi aprovada nesta Casa. O Senado não aprovou, mas nós, sim.

Creio que são experiências que servirão muito para ilustrar atitudes a serem tomadas na próxima legislatura. Temos de fazer mudanças profundas, porém



cuidadosas. Creio ser esta a principal preocupação: fazer reformas de alcance, porém viáveis politicamente. Por isso têm de ser reformas um pouco mais lentas na aparência. Deve-se pegar aquilo que é essencial, como reformar o ICMS, fazer a integração dos tributos, acabar com o câncer da economia brasileira que é o crédito tributário não honrado; enfim, fazer com que nosso sistema tributário seja economicamente mais dinâmico, o que é factível, para assegurar o equilíbrio entre as Regiões, fazendo com que sejam também socialmente mais justas e ambientalmente mais equilibradas.

A reforma política, creio, deve observar também esse mesmo prisma, esse mesmo pensamento. Não podemos fazer propostas que conflitem com a população, com o pensamento popular. Muitas vezes, ouço falar em mudanças para “lista fechada” e “financiamento público exclusivo”. Ora, esse não é o pensamento da população brasileira. Temos de fazer ajustes e ir devagar com esse andor. Quem sabe, listas, mas que possam ser mudadas pelo voto, fazendo-se ajustes para a viabilização política e para a aceitação popular, que é o mais importante.

O financiamento público para alguns cargos, quem sabe, de eleições majoritárias, como prefeito, governador; mas, quem sabe, com algum tipo de incentivo, que é uma maneira indireta. Ou buscam-se outras maneiras de captação, maneiras indiretas de se obter o financiamento público, com o controle público sobre aquilo que é gasto. Assim, viabilizaremos, sem dúvida, mudanças importantes para o nosso sistema político.

Não vou falar em reforma da Previdência. Não é o caso. Temos de fazer ajustes importantes no nosso sistema previdenciário, assegurando os direitos. Mas



reforma mesmo, essa será para uma futura previdência, que deverá ser inteiramente nova para as gerações que ingressarem no mercado de trabalho.

O mesmo para a chamada reforma trabalhista: temos de fazer ajustes no sistema trabalhista para evitar a insegurança de investimentos e de crescimento econômico, mas assegurando plenamente os direitos dos trabalhadores.

Dessa forma, Sr. Presidente, creio que as nossas vitórias e as nossas frustrações desta Legislatura, das quais sou inteiramente participante, sirvam de instrumental para que a nova Legislatura e o novo Governo possam ir à frente.

Sr. Presidente, encerro este mandato de maneira mais otimista, mais alegre e mais companheira, não com uma despedida, mas com um “até breve”, pois estarei presente aqui de outras formas, sempre participando e sempre buscando a realização dos anseios nacionais, que, tenho certeza, são as prometidas reformas.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao ilustre Deputado Marcondes Gadelha.

A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO - Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança, logicamente aguardando a palavra do nobre Deputado Marcondes Gadelha.

O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - O Deputado Marcondes Gadelha tem a palavra. Em seguida, eu a concederei a V.Exa.

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, anteontem o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva esteve na cidade de São José de Piranhas, na Paraíba, inspecionando as obras da transposição das águas do Rio São Francisco para o semiárido do Nordeste setentrional.

Tive a oportunidade de acompanhar S.Exa. na visita, especialmente ao túnel Cuncas II, que se inicia ainda no Ceará, tem mais de 15 quilômetros de extensão e vem a ser o maior túnel para condução de águas de toda a América Latina.

Em tom modesto, o Presidente diz que apenas cumpriu o seu dever, ou que deu curso à palavra empenhada quando afirmou, em dado momento de sua gestão, que faria a transposição mesmo que tivesse de carregar lata d'água na cabeça.

Para nós, sertanejos, entretanto, a transposição é vista como uma obra redentora, que vai garantir segurança hídrica para o desenvolvimento do semiárido por décadas à frente e prover conforto e bem-estar social para 12 milhões de pessoas em 340 Municípios de 4 Estados da Federação.

Trata-se, em verdade, de uma realização imortal, um marcador de tempo que vai dividir a história da luta contra os efeitos da seca em duas fases — antes e depois de Lula — e vai eternizar o nome do Presidente na gratidão de seu povo.



Para os que acompanharam a evolução desse projeto, como eu, que com ele estou envolvido há mais de 25 anos, foi um instante de pura emoção. Foi como um sonho materializado vê-lo, enfim, saltar do papel para a realidade, pois não foram curtos, Sr. Presidente, nem suaves, os caminhos até chegarmos à boca daquele túnel.

Como se sabe, a ideia da transposição é contemporânea do Império, e a primeira versão moderna do projeto foi produzida pelo Ministro Mário Andreazza ainda no tempo da ditadura militar. Abandonado por algum tempo, foi retomado com Itamar Franco, nobre Presidente Inocêncio Oliveira. Eu me lembro de que foi V.Exa., Deputado Inocêncio Oliveira, que entregou ao Presidente Itamar Franco o documento fundamental que deu início à alavancagem a todo esse processo. A chamada Carta de Fortaleza foi entregue por V.Exa., na companhia de outros Deputados, ao então Presidente Itamar Franco.

O projeto prosseguiu com Fernando Henrique, mas só agora, com Lula, foi concretizado, não sem enfrentar toda sorte de adversidade: hostilidade em alguns setores dos chamados Estados doadores, descrença nos Estados receptores e desinformação e distorções pelos *soi-disant* formadores de opinião.

As principais críticas versavam sobre questões ambientais, não obstante os dois EIA/RIMAs e os pareceres da ANA, do IBAMA, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos afirmarem taxativamente que o projeto não causaria qualquer passivo ambiental significativo.

Não faltaram igualmente objeções ao custo, à oportunidade do projeto e, bem assim, dúvidas quanto ao caráter democrático na apropriação das águas. Tudo isso



é passado, embora se deva salientar que o projeto vem casado com um outro, cuidando da revitalização do Velho Chico.

Quando entrar em operação, vai se ver que nenhum dano se causará ao rio, e a transposição de águas do Rio São Francisco, ao contrário de todos os funestos vaticínios, servirá de modelo, referência e inspiração a outras tantas transposições que, com certeza, se seguirão para dar mais equilíbrio à distribuição das águas neste País e enfrentar a excessiva concentração espacial das mesmas.

Em cada nova etapa desse processo, o nome de Lula será lembrado como o primeiro a romper paradigmas, a resolver impasses históricos, a enfrentar tabus e fazer prevalecer o bom senso.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Por concessão da Deputada Íris de Araújo, concedo a palavra ao ilustre Deputado Eduardo Valverde.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT-RO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero agradecer ao Deputado Zé Geraldo pela permuta e à Deputada Íris Araújo por ter me permitido falar à sua frente, por sua importância e por suas prerrogativas como Líder aqui da bancada do PMDB.

Eu pedi essa benevolência para homenagear um amigo pessoal, um dos primeiros fundadores do meu partido no Estado de Rondônia, o nosso companheiro Odair Cordeiro, falecido na manhã de hoje após ter sido submetido a uma cirurgia e a ela não ter resistido.

Odair Cordeiro era um companheiro que dedicou toda a sua vida à luta social em Rondônia, para onde foi na condição de representante comercial, oriundo do Estado de São Paulo, onde já militava no movimento social. Mas sendo de classe média, importante característica, Odair Cordeiro tinha tudo para não ser petista, não tinha cara de petista, ao contrário, tinha uma cara, que, na época, era chamada de “pequeno burguês”. E para lá foi final da década de 70, início da década de 80, onde, juntamente com outros companheiros, como Bernardo Lopes, José Neumar e outros sindicalistas, organizou inicialmente o que é hoje o Partido dos Trabalhadores.

Foi na casa dele que, no início da década de 80, o Presidente Lula pernoitou quando estava percorrendo o Brasil para organizar o nosso partido. Foi lá que o Presidente Lula comeu um tambaqui, sempre referenciado pelo Presidente toda vez que se dirige à Rondônia ou quando se lembra de Rondônia.



Odair era esse companheiro que dedicou a sua juventude, a sua maturidade e também parte da sua boa idade — a terceira idade, uma vez que tinha 67 anos de vida —, a essa luta.

Por ser representante comercial, ele tinha a maior renda no momento em que fundávamos o PT. Por ser o filiado que tem a maior renda, parte das estruturas que nós utilizávamos, nas nossas campanhas eleitorais, era por ele ofertada. O único carro que tínhamos em 1980 para fazer campanha era uma Belina. Tínhamos também duas cornetas de som. Assim, nós fazíamos os comícios, os “reuniões”, as mobilizações para as greves gerais, a luta pelas Diretas Já!, pela Constituinte de 1988, pelo *impeachment*, contra o Plano Real. Enfim, todos os grandes movimentos ocorridos em Rondônia, ao longo dos últimos 30 anos, teve a presença de Odair Cordeiro, falecido na data de hoje, na cidade de Porto Velho.

Quero, portanto, prestar esta homenagem a um petista ilustre do meu Estado. Ele foi também o referencial na minha vida política. Cheguei em Rondônia quase na mesma época de Odair, oriundo também do movimento sindical — Odair veio do movimento social. Foi uma aliança, uma amizade espontânea, pela firmeza e característica que ele tinha de ser negociador. Eu também passei a ter esse perfil, ser tolerante com as diferenças ideológicas, respeitar o adversário quando ele pensa diferentemente, construir unidade na adversidade, que é intrínseca ao meu partido. Essa foi a característica de Odair Cordeiro, que na história do meu Estado e do meu partido marcou presença física, sentimental e humana muito importante.

O PT de Rondônia não será o mesmo em razão da perda de Odair Cordeiro. As nossas campanhas não terão aquele viço, aquela alegria, aquela articulação, aquele pulso firme de Odair Cordeiro. Em todas as campanhas que o Partido dos



Trabalhadores participou no Estado de Rondônia, sempre houve a presença, o dedo, as ideias, as articulações e, principalmente, as estratégias pensadas por Odair.

Odair, você certamente está em um bom lugar — embora não tenha sido um praticante, mas era um bom cristão, porque boa parte de tudo o que a cristandade oferta à humanidade você praticou em sua vida —, em razão do seu modo de viver, da sua militância. Onde estiver, olhe por nós aqui na terra, na nossa luta social. O seu trabalho, a sua experiência, o seu exemplo de vida será seguido por muitos petistas no Estado de Rondônia.

Abraços, Odair Cordeiro. A luta continua!



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra à ilustre Deputada Íris de Araújo, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco Parlamentar PMDB/PTC. S.Exa. dispõe de 10 minutos.

A SRA. ÍRIS DE ARAÚJO (Bloco/PMDB-GO. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não resta a menor dúvida de que o País alcançou avanços históricos nos últimos anos.

A permanência da estabilidade, o controle da inflação e, principalmente, a retomada do crescimento econômico devolveram a esperança e a autoestima a todo o povo brasileiro.

No mesmo sentido, os programas de inclusão social somaram inúmeras realizações que colaboraram para diminuir as desigualdades, com a ascensão de milhares de cidadãos à condição de classe média.

A inserção do Brasil como destaque no cenário internacional também é um desses fatores de extraordinária dimensão que tanto nos orgulha.

Mas, Sr. Presidente, no plano político-institucional, com certeza, o atual estágio brasileiro em nenhum momento acompanha aquelas outras conquistas que demarcaram época. Falta peça fundamental na nova quadra vivida pelo País, e, infelizmente, as dificuldades serão imensas no sentido de completar este ciclo virtuoso.

É preciso deixar claro, Sras. e Srs. Deputados, que a próxima Legislatura do Congresso Nacional em nada cumprirá a sua obrigação e o seu papel se, mais uma vez, protelar o debate e as definições a respeito da imprescindível reforma política. Digamos que este é o desafio maior. É o tira-teima que atestarão o amadurecimento dos representantes da sociedade brasileira.



Mais do que isso, a reforma política será a ponte que pode nos conduzir a um ambiente oxigenado, livre das deformações, dos vícios e das irregularidades que tanto macularam a vida pública do País nos últimos anos.

Dessa forma, faço um apelo a todos os partidos, a fim de que empreendam o melhor de seus esforços para priorizar a reforma política como compromisso altivo e definitivo, de modo a esgotar 100% as discussões dos temas.

Sabemos que todos os assuntos pertinentes à reforma são polêmicos, mas a natureza do Congresso Nacional é justamente enfrentá-los e superá-los pela via do diálogo, da busca de convergência e, se não for possível, pelo livre exercício do voto.

Recentemente, tivemos uma vitória expressiva nesse sentido. A força dos movimentos organizados da sociedade forjou o projeto que considero o mais importante aprovado pelo Congresso Nacional nos últimos anos: a Lei da Ficha Limpa, que barrou 242 candidaturas este ano. Tanto é que o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral foi premiado pela ONU graças à belíssima Campanha da Lei Ficha Limpa e aos trabalhos em prol do engajamento da sociedade civil contra desvios e irregularidades. Mas, a partir de agora, é necessário que nos coloquemos a postos.

Em primeiro lugar, está a urgência de se definirem medidas claras que deem um basta à supremacia do poder econômico nas eleições, aspecto altamente danoso que apunhalha as chances de ampla representação do povo brasileiro.

A minirreforma eleitoral aprovada pelo Congresso em 2006 proibiu a realização de *showmícios*, o uso de *outdoors*, a distribuição de camisetas e brindes durante as campanhas e limitou anúncios pagos em jornais. Mas as medidas ainda



foram paliativas, e alguns candidatos acabaram por encontrar outros mecanismos para influenciar o voto pela força do dinheiro.

Um dos “negócios” mais comuns que se tornaram usuais foi a “compra” de diretórios e mesmo a “aquisição” de partidos, o que demanda alta soma de recursos e que, naturalmente, representa enorme retrocesso e prática inaceitável.

Assim, o financiamento público de campanha precisa ser debatido com urgência, porque, a partir dele, se redesenha a nova política e se estabelece patamar avançado na democracia brasileira. O financiamento exclusivamente público impediria este verdadeiro cancro da vida nacional: as doações feitas pela iniciativa privada, fontes, infelizmente, de corrupção.

Estudo recente chegou à conclusão de que o voto distrital — e eu o defendo — seria capaz de baratear as campanhas em até 30%. Especialistas apontam que o sistema distrital assegura identidade entre eleitores e Deputados, dando indispensável legitimidade à democracia, já que haveria fiscalização direta.

Abro um parêntese, Sras. Deputadas, Srs. Deputados: quem já não ouviu, ou não leu, ou não teve ciência de pesquisas que apontam para a dificuldade que tem o eleitor para, logo após o pleito, nominar o candidato em quem votou? Isso demonstra falta de interesse e demonstra o “divórcio” entre a nossa população e o mundo político, e isso precisa acabar. Se nós somos representantes legitimamente eleitos, é necessário que a população assim também nos aponte.

Seria também o fim dos chamados “candidatos copa do mundo”: os que só aparecem de 4 em 4 anos, durante as disputas eleitorais, para comprar os votos. E esta última eleição foi pródiga nesse tipo de candidato: gente sem história política,



que nunca participou de nada e que, de repente, apareceu com o bolso cheio de dinheiro, candidatou-se e ganhou a eleição.

Nós temos de repensar esse sistema e fazer trabalho profundo, com efetiva participação da população, por meio de palestras, a céu aberto, se possível, não apenas nos espaços limitados das câmaras. Aí, sim, talvez teremos a chance de acabar com os chamados “paraquedistas políticos”.

Diríamos que o voto distrital forja legisladores 24 horas voltados aos problemas locais, o que reforça os vínculos com as comunidades, permitindo-se ainda dar voz ao interior deste País, tantas vezes esquecido em face da força dos grandes centros urbanos.

A medida estimularia o aparecimento de líderes, verdadeiros líderes políticos, elevaria o nível da vida pública nacional, reduziria a influência do poder econômico, combateria a corrupção e vincularia os eleitos à sua região. Isso fortaleceria sobremaneira os partidos e, consequentemente, o processo democrático, com a autenticidade maior na representação política. Com isso, o eleitorado melhor acompanharia a ação do representante, seu comportamento e dedicação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a próxima Legislatura contará com a renovação nesta Casa da ordem de 46,4% em comparação com a bancada eleita em 2006. Há uma esperança renovada. Esperemos novos ventos, novas semeaduras, novos frutos.

Para enfrentar a falência do sistema político brasileiro é preciso ir fundo, realizar as alterações no texto constitucional e abrir canais para a continuidade da participação popular, único caminho capaz de proporcionar as grandes mudanças.



Assegurar a legítima e determinante participação da sociedade na definição dos rumos do País é o legado maior que o Congresso Nacional pode proporcionar à história.

Pessoalmente, Sr. Presidente, farei a minha parte. Vamos montar barricadas em prol da reforma política. Na próxima Legislatura, pretendo percorrer meu Estado e meu País, oportunidade em que, face a face com o eleitor, recolherei assinaturas para essa causa sem precedentes, para, assim, fazer com que o eleitor participe, de maneira forte e contundente, daquilo que se vai votar aqui.

Quero contribuir com a coleta de milhares de assinaturas para que a reforma política, enfim, se torne realidade.

O Brasil não pode esperar.

Façamos, com o povo, a sonhada reforma política.

Era o eu que tinha a dizer.

Sr. Presidente, peço a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Câmara.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - V.Exa. será atendida.

Durante o discurso da Sra. Íris de Araújo, o Sr. Inocêncio Oliveira, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Couto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Germano Bonow. Em seguida, o Deputado Zé Geraldo, do PT do Pará, usará o tempo de 5 minutos no Pequeno Expediente.

O SR. GERMANO BONOW (DEM-RS. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje a esta tribuna para destacar a atuação como educador, médico e político de um grande cidadão gaúcho, o professor e doutor Eduardo Sarmento Leite da Fonseca, nome de conhecida rua em Porto Alegre, localizada no bairro Cidade Baixa.

Seu nome define, também, o Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS e a sala onde funciona a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa. Considerada a liderança mais importante e decisiva da história da Faculdade de Medicina na Capital, Sarmento Leite foi médico, professor e conselheiro municipal no período de 1924 a 1928, eleito pelo então Partido Republicano Rio-Grandense.

Sarmento Leite nasceu na Capital gaúcha em 7 de abril de 1868. Descendente de nobre família portuguesa, os Morais Sarmento, pertencia a uma tradicional família do Rio Grande do Sul, os Sarmento Leite.

A homenagem da cidade se dá principalmente pela rua que leva seu nome e que passa ao lado do prédio da faculdade, construído durante sua gestão. A oficialização da Rua Sarmento Leite ocorreu em agosto de 1935, poucos meses após sua morte.

Segundo o pesquisador Sérgio da Costa Franco, “*já em 1935, conforme relatório do prefeito Alberto Bins, relativo àquele ano, foi dado o nome de rua Sarmento Leite à antiga Travessa 1º de Março, no trecho que ficava entre o*



prolongamento da rua da Conceição, até encontrar a Av. Independência". A Travessa 1º de Março foi denominada em 1876, pela Câmara Municipal, evocando a data do término da Guerra do Paraguai, em 1870. A homenagem ao professor e médico foi solicitada pelos doutorandos da Faculdade de Medicina de 1935.

Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1890, Sarmento Leite foi um dos fundadores, juntamente com o Dr. Protásio Alves, da Faculdade de Medicina de Porto Alegre — atual Faculdade de Medicina da UFRGS. Foi professor catedrático de Anatomia da mesma instituição e exerceu o cargo de vice-diretor por dois períodos: de 1907 a 1909 e de 1910 a 1911. Tornou-se diretor em 1915, permanecendo no cargo até o dia 21 de janeiro de 1935, durante 30 anos, portanto. Criou Institutos na Faculdade e dirigiu o de Anatomia desde 1909 até a sua morte em 1935.

Em 1906, um incidente entre a Congregação da Faculdade e os alunos marcou fato político que veio mudar a história da Instituição e da vida de Sarmento Leite. A reprovação da tese do aluno Eduardo Soares Barcellos determinou um conflito insuperável entre o corpo discente e docente da faculdade. O conflito se alastrou pela cidade com passeatas de protestos. A congregação houve por bem suspender os estudantes pelo período de um ano, com um único voto contra, o de Sarmento Leite. Em 1907, O Presidente Afonso Pena anulou a ata da Congregação que suspendia os estudantes. Tal atitude gerou uma crise entre o Governo da República e o do Estado.

Em 1909, foi inaugurado o Instituto Anatômico, em prédio próprio, construído em terreno cedido pela Santa Casa. Na época, foi o mais moderno das Américas,



sendo todo o seu material importado da Europa. O Prof. Sarmento Leite foi seu primeiro diretor.

Em 1915, Sarmento Leite foi eleito pela primeira vez Diretor da Faculdade de Medicina, cargo que ocuparia por eleições sucessivas devido à sua grande obra e méritos acadêmicos até o ano de 1935. Nesse período de sua profícua administração, deve-se destacar que pelo bom relacionamento que tinha com a Administração da Santa Casa assumiu suas enfermarias e entregou-as aos professores, iniciando aí a atividade docente-assistencial da faculdade.

Segundo o médico Rubens Maciel, Sarmento Leite “*viveu ensinando e ensinou vivendo*”. Também foi diretor do Hospital da Beneficência Portuguesa de Porto Alegre de 1895 a 1899. Foi, ainda, membro da Academia Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, do Colégio Americano dos Cirurgiões e da Sociedade de Medicina de Porto Alegre, que presidiu de 1917 a 1929, e da qual foi sócio honorário a partir de 1923.

Raul Pilla, médico, professor e político escrevendo a respeito de Sarmento Leite, descreve de sua aparência ao temperamento: homem pequeno, voz grave e pausada, movimentos lentos, que se diria arrastar sempre consigo um grande peso, mas em cujo olhar inteligente cintilava não raro a ironia.

Moacir Scliar, também médico e escritor, anos depois a ele se referiu: “*os retratos deste homem mostravam uma fisionomia severa que refletia, segundo aqueles que o haviam conhecido, seu firme caráter, graças ao qual havia vencido as resistências que se opunham à criação da Faculdade.*”

Dizia-se que tinha um olhar de vidro, resultado de um acidente; à época, as garrafas de água gasosa eram fechadas com bolita de vidro, e uma delas, saltando



pela ação do gás, lesara-lhe irremediavelmente o globo ocular. Apesar disso, Sarmento continuara a exercer a profissão, superando as dificuldades causadas por essa limitação, o que o tornava anda mais digno de respeito e admiração.

Dissociar a iniciante Faculdade de Medicina de sua pessoa é tarefa inconcebível, tanto que a faculdade, por muito tempo e mesmo após sua morte, era conhecida como “a casa de Sarmento”. Até a corda do relógio era ele quem dava, garantiam os alunos.

O “professor dos médicos”, como era chamado, foi um ícone da medicina brasileira e era admirado por vários médicos e governantes no século XX, admiração que se perpetua nos atuais médicos, estudantes de medicina e governantes gaúchos. Pai dos médicos Eduardo e Rogério, tornou-se famoso pelas histórias que seus alunos imortalizaram. Foi o grande responsável pela sobrevivência da faculdade e pela construção do prédio à rua que hoje leva seu nome. Sacrificou sua clínica e seu patrimônio pela Faculdade Livre de Medicina de Porto Alegre. Alcançou vê-la federalizada.

Ao falecer, foi carregado a pé e a pulso pelos estudantes desde a faculdade até o Cemitério da Santa Casa. O quartanista Rubens Maciel, em nome do Centro Acadêmico que leva seu nome, discursou, considerando-o o grande sacrificado.

No campo político, atuou como conselheiro municipal no período de 1924 a 1928, para o qual foi eleito pelo Partido Republicano Rio-Grandense. Nesse mesmo partido, estava filiado seu primo, o advogado e político Joaquim Maurício Cardoso, que foi Deputado Estadual, Ministro da Justiça e Governador do Rio Grande do Sul.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, sobre esta grande personalidade que foi Eduardo Sarmento Leite da Fonseca.



Passo a abordar outro assunto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Destaco a atuação como médico e político de Hildebrando Westphalen, um gaúcho que honrou o Rio Grande do Sul e o Brasil.

O Dr. Hildebrando Westphalen nasceu em Palmeira das Missões em 18 de maio de 1889. Filho de Alfredo e Adélia Westphalen. Era escrivão e tinha curso incompleto de medicina e que, mesmo assim, atendia a população daquela região localizada no extremo norte de nosso Estado, então desprovida de outros recursos médicos.

Foi aluno do Ginásio Santa Maria, recém-criado, concluindo o ciclo secundário como orador da turma cujo paraninfo foi o Barão do Rio Branco, no Ginásio Rio Grande do Sul (posteriormente Colégio Júlio de Castilhos) em Porto Alegre.

Hildebrando formou-se em Medicina em 1915 também na capital gaúcha, tendo sua tese de doutoramento versado sobre Percussão de Goldscheider. Fez viagens de estudos à capital do país e à Europa, frequentando, no Rio de Janeiro, a Clínica de Crianças do Prof. Fernandes Figueira; em Hamburgo, o Hospital de Eppendorf, sob a direção do Prof. Kleinschmitt; em Berlim, a Charitè, sob a direção do Prof. Czerny, e as clínicas dos Profs. Finkelstein, Ludwig Meyer e Langstein; em Paris, Hospital dês Enfants-Malades, sob a direção do Prof. Nobecourt; e em Viena, a clínica do Prof. Knopfelmacher.

Especializou-se em cirurgia e clínica geral, exercendo a profissão em Cruz Alta, onde dirigiu o Hospital Santa Lúcia, de sua propriedade. Participou de diversos congressos científicos, tendo publicado a sua tese de doutoramento e Estudos sobre as Águas Termais de Iraí. Desempenhou, entre outras funções, as de Deputado



Estadual, Presidente do Conselho Municipal de Cruz Alta e as de médico da Caixa de Aposentadoria e Pensões da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

Clinicou durante um ano em Curitiba, mas logo retornou à sua terra natal, onde trabalhou durante sete anos. Foi o primeiro médico da Estância Hidromineral de Iraí, transferindo-se posteriormente para Cruz Alta, onde trabalhou durante 14 anos no Hospital São Vicente de Paula. Em 1938, contando com decisivo apoio da esposa, Dona Otília e de seus quatro filhos, fundou o Hospital Santa Lúcia.

Segundo testemunho do seu filho Jorge Westphalen, o Hospital Santa Lucia “*surgiu da inspiração e do ideal de um homem que amou verdadeiramente a medicina, doou-se integralmente a ela e dedicou-se aos pobres do mesmo modo que aos ricos*”. A origem da construção do hospital remete à Dona Otilinha, esposa do Dr. Hildebrando, que se destaca na história do Hospital Santa Lucia, pois foi ela que mobilizou os quatro filhos na organização do empreendimento, bem como administrou e executou a obra em apenas 18 meses.

Além da atividade profissional como médico, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Hildebrando Westphalen participou ativamente da política: foi Conselheiro Municipal durante sete anos em Palmeira das Missões a partir de 1916, Conselheiro Municipal em Cruz Alta durante 4 anos, a partir de 1924 — tendo exercido a sua presidência. Em 1934, foi eleito Deputado para a Assembleia Constituinte do Estado, posteriormente transformada em Assembleia Legislativa, da qual foi também Presidente até sua renúncia, quando foi deposto o então Governador do Estado, Dr. José Antônio Flores da Cunha.

No início da década de 20, teve papel importante na decisão de implantar o sistema de água e esgotos da cidade de Cruz Alta e idealizou e fundou o Posto de



Puericultura Olinho de Oliveira. Em 1966, recebeu o título de Cidadão Cruz-Altense e, no ano seguinte, a medalha do mérito pelos serviços prestados à cirurgia durante 50 anos durante o 10º Congresso Brasileiro de Cirurgia, realizado no Rio de Janeiro. Em 1969, recebeu a Medalha do Pacificador.

O Dr. Hildebrando foi ainda professor de puericultura no Colégio Margarida Pardelhas e, durante 24 anos, na Escola Normal Santíssima Trindade também de Cruz Alta. A Escola Estadual de Ensino Médio Hildebrando Westphalen, localizada em Cruz Alta, foi assim batizada em sua homenagem. Faleceu em 4 de setembro de 1970.

Assessorada por membros da família Westphalen, que ocupam os cargos de diretores administrativo e técnico, a atual Direção do Hospital Santa Lúcia conserva vivos os ideais do Dr. Hildebrando e de Dona Otilinha, comprometendo-se com o bem-estar e desenvolvimento da comunidade, colaboradores e corpo clínico.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Com a palavra o Deputado Zé Geraldo, do PT do Pará.

O SR. ZÉ GERALDO (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, todos aqueles que me ouvem neste momento, nos meus 5 minutos, quero comentar os episódios que vêm acontecendo no Congresso no momento em que estamos votando o Orçamento para 2011. Refiro-me aos desvios e à má aplicação de recursos de emendas parlamentares envolvendo Deputados, Senadores, Prefeituras e entidades não governamentais.

Lamento que isso esteja acontecendo, porque há muita necessidade de aplicação de recursos por este País afora de emendas parlamentares para construir em uma comunidade uma escola que não vai ser construída tão logo pelo Prefeito com recursos próprios — às vezes, o Governo do Estado ou da União não libera o dinheiro, e o Parlamentar que conhece a comunidade e recebe a reivindicação do Prefeito, de Vereadores ou de lideranças da comunidade apresenta a emenda; assim como um posto de saúde, uma ponte ou um poço artesiano para abastecer uma comunidade, e até mesmo, algumas emendas, para algumas atividades culturais de um Município que não consegue buscar recursos na Lei Rouanet, recursos de outra fonte.

Agora, há muita diferença entre alocar recurso de forma correta, para de forma correta ser aplicado. É uma farra que se faz em alguns casos, como a imprensa tem noticiado. Isso fragiliza os Parlamentares, fragiliza o Congresso, fragiliza as entidades não governamentais bem organizadas, bem intencionadas. Há organizações não governamentais que têm cumprido um papel fundamental neste País — ai deste País se não fosse o trabalho de muitas organizações não



governamentais —, mas há aquelas que só existem para fazer coisas erradas. Neste momento, de repente, pode haver restrições para essas entidades que fazem um trabalho bom e sério neste País afora.

Estou nesta Casa terminando o meu segundo mandado. Sempre apresentei emendas, mas não tantas — quase nenhuma — nessa área porque o Pará é um Estado com dificuldades, com necessidades estruturantes, e a maioria dos pedidos que chegam é para obras que o poder público não tem feito, principalmente nos últimos 30 anos. Já deixei de apresentar emendas para ajudar em uma atividade cultural importante de uma determinada cidade, para atender ao pedido de recursos para a construção de um poço artesiano, de uma escola ou de uma ponte, para fazer saneamento em um bairro ou construir agências do INSS, para o INCRA, para fazer estradas, e de repente nos deparamos com essa forma errada de desviar recursos, que levou um Parlamentar a ter de desistir da relatoria do Orçamento.

Quero defender aqui que possamos direcionar recursos para quem os aplica corretamente. Muitas vezes não se sabe aqui se o recurso vai ser aplicado ou não. É preciso que a fiscalização seja cada vez mais intensificada neste País. Já melhorou muito — vamos admitir —, mas é preciso intensificar. Foram liberados 500 mil reais para fazer tal programação...

(O microfone é desligado.)

O SR. ZÉ GERALDO - Para concluir, é preciso que essas verbas realmente sejam fiscalizadas, porque não podemos aqui, a maioria, pagar pela minoria, ver os meios de comunicação, divulgando, no Brasil inteiro, essas notícias que não contribuem para o fortalecimento da democracia e do Congresso Nacional.

Muito obrigado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 228.4.53.O
Data: 16/12/2010

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder, pela Liderança do PSDB — como Vice-Líder, estou respondendo pela Liderança — e pela Minoria também.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Enquanto o Deputado Antonio Carlos Pannunzio se dirige à tribuna para falar pela Liderança do PSDB e pela Minoria, concedo 1 minuto ao Deputado Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (Bloco/PMDB-SC. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero registrar que, ontem, na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, votamos o projeto de lei que cria um marco regulatório para as parcerias dos produtores rurais com as empresas agropecuárias. Esse projeto vai dar muito o que falar no Brasil: é muito importante para a classe produtora e para a agroindústria, para se regular a questão das parcerias entre produtores e agricultores.

Também quero registrar a nossa inconformidade com a não votação do Código Ambiental Brasileiro. Nem o requerimento de urgência conseguimos. Infelizmente, nossos Líderes não foram fortes nas suas posições para colocar a matéria em votação, embora o acordo feito. Nós lamentamos que ficará essa questão da legislação ambiental para o ano que vem — com certeza um grande problema, uma grande dor de cabeça para a Presidente eleita, Dilma, e para o seu Vice-Presidente, Michel Temer. Espero que esta Casa, no ano que vem, vote o Código Ambiental Brasileiro.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Antonio Carlos Pannunzio, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSDB e pela Minoria. S.Exa. dispõe de até 12 minutos.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, neste momento em que me despeço desta Casa, a Câmara dos Deputados, e também das minhas atividades parlamentares, posso lhes assegurar que me sinto tomado pelo sentimento de contentamento que me infundiu este exercício de ordenamento da memória relativa aos 16 anos aqui vividos.

De modo algum, esse contentamento reduz ou anula a consternação desta despedida e tudo o que esse gesto significa para a minha vida. Levo daqui a compreensão inequívoca de que nenhum tempo despendido em favor da causa pública pode ser mensurado de forma suficiente, em qualquer unidade de medida. Disso resulta que o tempo decorrido neste ambiente de demandas e desafios sucessivos nos leva a perceber também que a vida nos parece ainda mais breve.

A cada transcurso de ano de debates e trabalhos em torno de proposições e temas os mais variados, surpreendi-me nesta Casa do quanto temos a aprender sobre o Brasil e o nosso povo.

Deixo o Parlamento muito fortalecido em minhas convicções políticas e pessoais, mais bem preparado e mais animado a defender a democracia como baldrame da convivência política e requisito para que se alcancem as melhores conquistas e soluções para o desenvolvimento e bem-estar dos brasileiros.

Aprendi, e muito, no convívio com V.Exas., meus colegas de Parlamento, com o apoio dos funcionários competentes e zelosos, como também com os assessores



com quem pude contar nos vários cargos que ocupei. Sou imensamente grato por esse convívio.

Descubro agora que o choque de realidade com que me deparei ao iniciar as atividades legislativas não foi mais revelador nem tão carregado de emoções do que este que vivo agora.

Sras. e Srs. Deputados, a tristeza dessa despedida não me causa abatimento. Tenho em mim um sentido restaurador da razão e nele ancorado encontro conforto no balanço que faço de minhas atividades, posicionamentos e atitudes. Provavelmente cometí erros, deixei-me levar por excessos. Poderia ter sido mais transigente, menos presunçoso. Mas nesse balanço também nada encontrei que possa me conduzir, mesmo no futuro, ao arrependimento ou à autocensura.

Aprendi a ver, sobretudo, em cada debate, em cada matéria aprovada ou rejeitada, em todas as instâncias desta Casa, o legado inestimável daqueles que nos antecederam e aqui deixaram contribuições definitivas, que não só integram a formação de nosso patrimônio histórico como também nos inspiram e orientam todo o tempo, muitas vezes sem que percebamos, nas nossas inclinações e predileções, na maneira de falar e agir e até mesmo nos excessos que cometemos na precessão do entendimento.

O Congresso Nacional, Srs. Deputados, é a Casa onde vicejam as aspirações mais autênticas à participação nos debates políticos, os impulsos mais vigorosos na defesa e crítica a convicções, os projetos mais meritórios, as proposições mais pertinentes e as mais exóticas e algumas vezes extemporâneas, para não dizer impertinentes.



Assim é e assim deve ser o Parlamento: o local onde tudo, qualquer tema, pode ser discutido.

Deputado José Chaves.

O SR. JOSÉ CHAVES - Deputado Antonio Carlos Pannunzio, chegamos juntos a esta Casa há 16 anos e no mesmo partido, o PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Deputado José Chaves, do ponto de vista regimental, o Deputado Pannunzio está falando como Líder. Durante a fala do Líder não pode haver aparte. Peço a V.Exa. compreensão, pois o Regimento Interno nos impede de participar deste momento.

O SR. JOSÉ CHAVES - É uma pena que S.Exa. tenha optado em se despedir falando como Líder, pois nos priva de dar um depoimento. Que se siga o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Após a fala de S.Exa., concederemos a palavra a V.Exa. para se pronunciar.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Também gostaria de um aparte.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Após a fala do Líder, daremos a palavra aos Parlamentares que queiram se manifestar.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO - Sr. Presidente, agradeço aos nobres Deputados José Chaves, Roberto Magalhães e Fernando, enfim, a todos os que querem apartear, a intenção. A escolha foi involuntária. Estou falando como Líder porque sou Vice-Líder e tenho essa condição, mas não por preferência. Devido ao horário do meu voo, não será possível falar no Grande Expediente. Peço perdão. Vou ainda poder assistir à manifestação de V.Exas. na sequência.

Voltando ao meu discurso, eu disse que o Parlamento é o local onde tudo, qualquer tema, pode ser discutido. Como se sabe, quaisquer deliberações de



Governo geram consequências, e essas nem sempre se limitam aos ganhos dos grupos ou indivíduos que as conquistaram. As mais arriscadas são aquelas que só revelam seus efeitos no longo prazo e não mereceram ou a elas não foi dado o tempo devido à maturação do debate.

O arranjo político que promove tais ganhos é conhecido e embriagador. Ele tem guarida no atendimento a demandas pontuais e transcorre movido pela generosidade descabida, operada sem o devido exame da essencialidade e muito menos do seu impacto sobre os demais setores da sociedade. É óbvio que esses ganhos, muitas vezes ilegítimos, são pagos por impostos e, como se viu nas últimas crises, eles dificultam e até impedem a criação de políticas públicas que poderiam beneficiar todos.

Tive a felicidade de muito aprender e mais ainda de haver participado da base de apoio ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e constato que, a cada dia, vão se consolidando as avaliações mais aguçadas e menos apaixonadas relativamente aos enormes avanços do País nesse período.

O Brasil atravessava enormes dificuldades, conforme todos nós sabemos. O Presidente FHC teve visão, mas sobretudo coragem de enfrentá-las. Tivemos, sob a égide do Estado de Direito, um momento maior das reformas estruturantes pelas quais já passou o Brasil, repito, sob a égide do Estado de Direito.

A orientação das iniciativas do Presidente, como aliás fora enunciada pela Constituição Federal de 1988, destinava-se a estabelecer no Brasil o regime de responsabilidade fiscal.

Havia, então, um claro diagnóstico da difícil situação do Brasil, e suas conclusões, praticamente unânimes, apontavam para a gravidade das contas



públicas, além do endividamento externo, que impunha enormes dificuldades aos trabalhos de estabilização econômica empreendidos em plena era de turbulências na economia internacional. Nessa época, logo no início da proclamação da vitória de FHC, veio o *slogan Fora FHC*, que foi uma declaração de confronto sem contornos da Oposição e que seria adotada pelo Partido dos Trabalhadores. Nos 8 anos do Governo Fernando Henrique, pelo menos 225 processos contestatórios de matérias de interesse público, discutidas e aprovadas pelo Congresso Nacional, foram ajuizados pelo PT. Ser contra era a regra.

A expressão “herança maldita”, cunhada já nos primeiros dias do Governo Lula, foi um sinal do que viria. Com ela o Governo do PT inaugurou a tática de palanque permanente, com a qual atropelou os fatos e tentou desconstruir a história.

A propaganda maciça e desmesurada do Governo Lula se valeu do deslanche econômico do País, resultado de esforços acumulados anteriormente, para disseminar e repetir, repetir, repetir e repetir autorias inexistentes. Assim, com as repetições, foi modelando a versão vistosa de paternidade exclusiva de tudo o que há. O Programa Luz no Campo, Dr. Roberto, virou Luz para Todos; o Bolsa Escola virou Bolsa Família; o FUNDEF virou FUNDEB, ou seja, o passado foi anulado por marqueteiros. Esse legado de Fernando Henrique Cardoso, como diz o jornal *O Estado de S. Paulo*, não será descoberto aos poucos. Ele já é bem conhecido.

Creio que temos já estabelecida uma nítida distinção na forma de fazer oposição, de conduzir governos e também de estabelecer a relação entre o Governo e a sociedade. Um Governo não pode e não deve se orientar pela conveniência, mas sim pela responsabilidade com relação ao dever de propor e lutar pela implementação de medidas necessárias ao País. O caminho mais republicano e



democrático de fazê-lo, Sr. Presidente, é atuar no fortalecimento das instituições e não no sentido oposto, enfraquecendo-as.

Destaco, entre essas medidas, as reformas estruturantes que mencionei, que visavam à estabilização da economia, da administração pública e à edição da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como às privatizações, que tivemos a coragem de fazer. Eu me orgulho de ter participado desse episódio importante da história do Brasil.

O PT, Sr. Presidente, é verdade, demonizou as privatizações do Governo Fernando Henrique, sobretudo durante as campanhas eleitorais. Jamais admitiu que não só aprova as privatizações como medidas saneadoras das contas públicas, como também delas se serviu.

Na verdade, essa campanha de demonização é um discurso de fachada. O PT omitiu e omite o que fez nesse campo. Lula privatizou sete rodovias federais, dois bancos estaduais, duas hidrelétricas e a linha de transmissão de Roraima a São Paulo, ou seja, Porto Velho a Araraquara.

Lembro ainda que, quando Prefeito de Ribeirão Preto, o atual Deputado Antonio Palocci privatizou a área de saneamento. O Governador Zeca, do PT do Mato Grosso do Sul, também privatizou, e mais, até deu um jeitinho para que uma empresa pertencente a parentes dele entrasse depois no negócio. Nem o PT nem qualquer outro partido da base de apoio do Governo poderão nos imputar comportamentos antidemocráticos.

O PSDB, quer no Governo, quer na Oposição, segue a orientação dos compromissos firmados em seu programa e jamais interpôs interesses corporativos ou ideológicos acima dos interesses do País e de seu povo. Para nós, o programa



do partido é um balizador de atuação política e não uma peça de propaganda a ser subvertida, ou até mesmo negada, por meio de cartas públicas ou declarações de compromissos de ocasião, a cada eleição.

Nem por isso precisamos nos conduzir pela obediência cega, que venha a nos submeter contra nossas convicções. Ao desempenhar a função de Vice-Líder do Governo, ao tempo de FHC, eu exercei minha discordância, por exemplo, com relação à ratificação do acordo entre Brasil e Estados Unidos sobre a utilização da Base de Alcântara pelos americanos.

Minha atuação parlamentar transcorreu, da mesma forma, em perfeita sintonia com as diretrizes básicas do Estatuto do meu partido, o PSDB. Nele está assentada a “*efetiva realização da democracia como único regime que garante a dignidade da pessoa humana*”. Em relação a esse princípio eu jamais transigi e, nesse particular, sinto-me sobremaneira recompensado.

Nos arquivos desta Casa, entre proposições de emendas à Constituição, projetos de lei ordinária e complementar, requerimentos diversos e emendas interpostas a proposições de outros autores, identifiquei mais de 500 registros que documentam minha atividade legislativa.

Todos eles, indistintamente, versam sobre o interesse coletivo ou do nosso País. Deixo em tramitação projetos que objetivam resgatar a tranquilidade do cidadão mediante o combate à criminalidade e à impunidade. Essas matérias, Dr. Roberto — trabalhamos juntos na Comissão de Constituição e Justiça —, foram elaboradas a partir da observação minuciosa de situações concretas.

Esses projetos me fazem lamentar deixar esta Casa agora, às vésperas da apreciação da proposta de reforma do Código de Processo Civil Brasileiro.



Lamento ainda o veto do Presidente Lula à emenda que apresentei à lei de reconhecimento das centrais sindicais. Essa emenda submetia os gastos do dinheiro repassado às centrais sindicais à fiscalização do Tribunal de Contas da União, como faz qualquer entidade que receba dinheiro proveniente de impostos.

A alegação do Governo para esse veto foi uma das falsetas mais ousadas já dirigidas a este Congresso por outro Poder. O Presidente alegou que a fiscalização do dinheiro público iria ferir “*o princípio da autonomia sindical*”. Pergunto: qual é a relação entre fiscalizar a aplicação do dinheiro público e autonomia sindical?

Mas vejo com especial satisfação que a Lei nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999, Lei do Parcelamento do Solo Urbano, da qual fui Relator e autor do projeto substitutivo que lhe deu forma, vem proporcionando enormes avanços nas ações de legalização e titulação de lotes residenciais nas cidades, comprovando o seu grande alcance social.

Este ano, pude transpor para o Projeto de Lei Complementar nº 543, de 2009, que trata do emprego das Forças Armadas, o texto de uma proposta de emenda à Constituição de minha iniciativa. Fiz essa proposta depois de visitar aldeias da Reserva Raposa Serra do Sol, no Estado de Roraima, em agosto de 2008, e constatar *in loco* que as fronteiras brasileiras estavam desguarnecidas por falta de um dispositivo que desse maior clareza à atuação das Forças Armadas nesse campo.

A nossa soberania é um dos principais temas de minhas preocupações como Parlamentar. Decorre dela a decisão de atuar com especial empenho, todos esses anos de Parlamento, na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Orgulho-me de ter sido — desculpem-me a imodéstia — um grande impulsionador



da adesão do Brasil ao Tratado de Roma, que instituiu o Tribunal Penal Internacional. Trabalhamos muito para isso, Deputado José Chaves. Ainda em maio deste ano, ao participar da 6ª Assembleia Consultiva de Parlamentares para a Ação Global, juntamente com a ONU, em Uganda, na condição de representante desta Casa, pude constatar o quanto o Brasil é reconhecido e respeitado como nação e povo preocupados com a proteção da pessoa humana.

Mas nesse campo ainda há muito o que fazer para tornar mais efetivo o protagonismo do Poder Legislativo, de modo a melhor qualificar sua participação na política de relações e negócios externos. A diplomacia abraça interesses políticos, econômico-financeiros e também os valores da cultura e da nacionalidade.

É necessário conciliar, entre os Poderes da República, as competências da União, que antecedem as do Presidente da República. Há uma sabedoria nesse ordenamento constitucional que não está sendo observada.

Enquanto isso não acontece, a atuação parlamentar nesse campo de enorme importância para o País fica à mercê da diligência de alguns, que se valem dos requerimentos de informações, do voto em separado e do próprio voto, porque não há espaço adequado para a discussão dessas matérias, que nos chegam empacotadas para referendo. O Congresso Nacional pode e deve contribuir mais.

Peço a compreensão e a tolerância de todos para essas palavras.

Não pretendi nesses minutos traçar aqui uma resenha dos 16 anos que dediquei aos trabalhos legislativos nesta Câmara dos Deputados. Expressam as minhas palavras apenas uma declaração de fé que trouxe comigo como modesta bagagem do engenheiro, do professor da Faculdade de Tecnologia e do ex-Prefeito



da minha cidade, Sorocaba. Também não poderia deixar de falar do legado que recebi de meu pai: honradez.

Despeço-me desta Casa convicto de que fortaleci ainda mais esta minha crença de que o espaço do Poder Legislativo em nossa história não se reduz ante ações movidas por veleidades personalistas, nem se interrompe e muito menos se curva, mesmo nos momentos mais candentes em que o uso da força, ou qualquer outro tipo de influência, tenta inutilmente emudecê-lo.

A todos muito obrigado por me ouvirem. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Deputado Pannunzio, o Deputado José Chaves e o Deputado Roberto Magalhães vão ter um minuto para fazer-lhe uma homenagem. V.Exa. apenas agradecerá.



O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Roberto Magalhães.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES (DEM-PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para não subverter o tempo, que já está ficando muito curto para os oradores do Grande Expediente, o Deputado José Chaves pediu que eu falasse por nós dois, porque gostaria de dizer a mesma coisa que eu. Estamos falando também em nome do nosso Deputado Aleluia.

Não sei como São Paulo não reconduz V.Exa. a esta Câmara. Não entendo também como outros paulistas não foram eleitos. Não dá para entender isso, mas tenho certeza de que, pelo que conheço do ilustre colega, isso não vai abalar em nada a sua carreira. Pelo seu valor, pela predominância do seu partido em São Paulo, V.Exa. vai ser sempre aproveitado, porque não é todo dia que se encontra um Pannunzio com quem trabalhar.



O SR. FERNANDO CHIARELLI - Quero fazer apenas uma intervenção bem curta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. FERNANDO CHIARELLI (PDT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Parabéns, Deputado Pannunzio, referência para todos nós!



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu realmente não me omitiria, depois de ouvir o discurso do nobre Deputado Antonio Carlos Pannunzio, de também expressar minha homenagem a S.Exa., que deixa esta Casa devido a manifestações ocorridas em seu Estado. Mas o nobre Deputado leva daqui a admiração dos seus pares, pela maneira correta como se portou, por sua atuação parlamentar, quer neste plenário, abordando problemas relevantes, quer em seus pareceres nas Comissões Técnicas. O ilustre Parlamentar sai daqui aureolado pela dignidade de uma atuação voltada para os interesses do País.

Esta é a homenagem brevíssima que o Regimento Interno me permite fazer neste instante.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Deputado Antonio Carlos Pannunzio.

O SR. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO (PSDB-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, permita-me pedir que sejam incorporadas ao meu discurso anterior todas as manifestações que aqui recebi, que me honram sobremaneira.

Uma das coisas que levo fortemente comigo é o privilégio que tive, ao longo desses 16 anos, de sentar ao lado, de poder conversar, de absorver o conhecimento e o patriotismo de V.Exas. Honram V.Exas. o Congresso Nacional, honram a política brasileira.

Muito obrigado pelos apartes. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Muito obrigado, Deputado Antonio Carlos Pannunzio.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 228.4.53.O
Data: 16/12/2010

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - No Pequeno Expediente, deixaram de falar seis Parlamentares, a quem vamos dar espaço depois do Grande Expediente.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Marcondes Gadelha, para uma Comunicação de Liderança, pelo PSC. S.Exa. dispõe apenas do tempo regimental de 3 minutos, que não vamos prorrogar.

O SR. MARCONDES GADELHA (PSC-PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - É o que me basta.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados, há um mês precisamente, realizou-se em Frankfurt, na Alemanha, o 3º Festival do Cinema Brasileiro, por iniciativa do consulado brasileiro naquela cidade, à frente o Embaixador César Amaral, com a participação da Prefeitura Municipal daquela cidade, representada pela Sra. Prefeita, Petra Roth, e com o decisivo apoio do Ministério das Relações Exteriores e da Agência Nacional de Cinema — ANCINE.

O evento se deu no Filmforum Höechst. A ele compareceram cineastas, autoridades e intelectuais dos dois países, além de um público bastante diversificado.

Dois elementos, pelo menos, mostram o extraordinário senso de oportunidade dos realizadores. O primeiro é que o festival coincide com o pleno amadurecimento do cinema brasileiro — essa indústria cultural, que atingira níveis de qualidade excepcionais, não tinha até hoje conquistado o seu público. Agora, pela primeira vez numa história de 100 anos, mais da metade dos espectadores no Brasil assistem a filmes brasileiros, mais da metade das salas de exibição apresentam filmes nacionais e mais da metade da renda havida no setor provém de filmes brasileiros.

Mais ainda, Sr. Presidente, o filme *Tropa de Elite 2* ultrapassou, em 3 meses apenas, a marca dos 11 milhões de espectadores, ultrapassando *Dona Flor e seus*



Dois Maridos e tornando-se o maior *blockbuster* de todos os tempos em terras brasileiras.

O segundo elemento é a imagem privilegiada de que desfruta o Brasil neste momento no cenário internacional, em função do seu crescimento econômico, do acúmulo de divisas, da estabilidade da moeda e dos níveis de desemprego em torno de 6% — os mais baixos da nossa história. Estamos entre as 10 maiores economias do mundo. E, em cinco anos, ocuparemos a quinta posição, fechando com chave de ouro esse ciclo virtuoso. Lembro que, em breve, sediaremos a Copa do Mundo e as Olimpíadas.

Tudo isso desperta, Sr. Presidente, uma curiosidade natural pelo Brasil. E dos fatos econômicos a curiosidade salta naturalmente para a nossa cultura.

Depois de conquistarmos o nosso espaço interno, é hora de o País mostrar lá fora a nossa cultura, e não há veículo mais eficaz do que o cinema nesse sentido. É hora de buscarmos coproduções e outras formas de crescer interesse.

Cheguei a sugerir ao cineasta Vinícius Reis, Diretor do filme *Praça Saenz Peña*, a realização de uma película que tocasse as duas culturas — Brasil e Alemanha —, como, por exemplo, a história dos escritores Thomas Mann ou Stefan Zweig, o que teve boa acolhida.

Seja como for, Sr. Presidente, a sorte está lançada. É hora de singrar outros mares. E o Festival de Cinema de Frankfurt é uma sinalização importantíssima nessa direção.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Inocêncio Oliveira) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Flávio Dino, para uma Comunicação de Liderança, pelo Bloco Parlamentar PSB/PCdoB/PRB. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. FLÁVIO DINO (Bloco/PCdoB-MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, há 4 anos aqui estive pela primeira vez. Hoje venho pela derradeira. E não me alongarei, entre tantos motivos, para não permitir que a emoção me impeça de concluir o discurso. Quero dizer da minha alegria de ter estado aqui e quero, agora, fazer brevíssimos agradecimentos.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu Estado do Maranhão, que me trouxe a esta Casa pela força do nosso povo. Mais uma vez renovo o compromisso com a mudança da política da nossa terra, com a sua modernização, com a sua plenitude democrática, com a republicanização das suas instituições.

Entre os maranhenses, quero abraçar especialmente a minha família e os meus amigos.

Agradeço ao meu partido e ao meu bloco partidário, que me honraram com o exercício da Vice-Liderança por 4 anos consecutivos e a presença na Comissão de Constituição e Justiça, que tantas alegrias me deu.

Quero agradecer aos meus companheiros de Parlamento, que aqui estão em grande número e em grande qualidade. Há alguns Parlamentares que, como eu, vão deixar esta Casa, seguramente com uma distinção: os que vão deixá-la e aqui estão não mereciam isto. Eu talvez merecesse, mas tenho convicção de que todos nós servimos ao País com patriotismo, com dedicação, com espírito cívico e com espírito público.



Quero agradecer à assessoria do meu partido e à minha assessoria parlamentar, que me ouve neste momento em Brasília e no Maranhão.

Agradeço a todos os Parlamentares, de todas as correntes de opinião, o excelente convívio. Quero dizer do tanto que aprendi com meus adversários políticos, aqueles que não compartilham das posições idênticas às que nós da Esquerda defendemos. Quero agradecer muito especialmente aos companheiros da Oposição presentes, do DEM, do PSDB, do PPS. Fazendo a oposição necessária, colaboraram para que nós outros da base do Governo e da Esquerda pudéssemos enxergar defeitos e falhas, e com isso encontrar melhores caminhos para nosso País.

Quero agradecer aos companheiros da base do Governo, reconhecer o grande esforço que todos nós fizemos para elevar o nome do Parlamento brasileiro.

Dediquei-me a temas relacionados às questões de Estado, sobretudo, e à reforma política, tão necessária e tão premente, processo sempre em curso — esperamos que a 54^a Legislatura conclua o que fizemos na 53^a Legislatura, com destaque para a nova Lei Eleitoral, de 2009, e para a Lei Ficha Limpa. Dediquei-me a temas relativos ao sistema de justiça, pela necessidade de dotá-lo de presteza e eficiência para servir bem ao nosso povo, sobretudo aos mais pobres.

Quero saudar meus sempre colegas do Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da advocacia, das corporações jurídicas de modo geral, que acompanharam o meu mandato, colaboraram com ideias e projetos, com reivindicações e pleitos.



Reintegro-me plenamente à vida profissional, como professor e advogado, e aproveito a oportunidade para saudar meus colegas da comunidade jurídica brasileira.

Dediquei-me também à temática atinente à segurança pública, tema de grande importância para os cidadãos e cidadãs que nos ouvem, pela necessidade de se enfrentar a violência urbana, romper o ciclo de impunidade, enfrentar a macrocriminalidade e dar conta do fenômeno das organizações criminosas transnacionais que ameaçam a paz dos cidadãos e das famílias brasileiras.

Ainda ontem esta Casa deu mais uma colaboração à sociedade, com a aprovação do relatório da CPI da Violência Urbana. Houve a CPI do Sistema Carcerário. Fui Relator da Subcomissão da Reforma Penal e Processual Penal e integrei um grupo de trabalho específico sobre segurança pública. Quero, nesta oportunidade, agradecer aos dois Presidentes que me lideraram nesse período: o Presidente Arlindo Chinaglia e o Presidente Michel Temer, que sempre me honraram com a confiança e a gentileza necessárias para que eu exercesse várias funções e vários papéis, entre os quais os que estou a elencar.

Naturalmente, o problema da segurança pública não é apenas policial, mas sobretudo político, de políticas públicas. O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania é um importante marco normativo na constituição daquilo que deve ser uma política contemporânea de segurança pública.

Esses são os temas aos quais me dediquei.

Lembro Provérbios, Capítulo 4:18, que me foi enviado por um companheiro do Partido dos Trabalhadores, no dia de ontem. Diz a *Bíblia*: “A estrada dos homens de



justiça, dos homens justos, é como a aurora: sempre progride, até a plena claridade do dia”.

Nós procuramos trilhar essa estrada, continuamos nela, na estrada dos patriotas que travam o bom combate com honestidade, firmeza e coragem, que acreditam no Brasil e lutam pelo nosso povo.

É uma imensa honra ocupar esta tribuna.

Muito obrigado a todos e a todas. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marquezelli) - Parabéns, Deputado Flávio Dino, pelo trabalho, pela dedicação, pela ajuda à Câmara Federal, pelo grande trabalho que fez em benefício desta Casa e, principalmente, em benefício do nosso País.

Durante o discurso do Sr. Flávio Dino, o Sr. Luiz Couto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Nelson Marquezelli, 4º Secretário.



O SR. PRESIDENTE (Nelson Marquezelli) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Moreira Mendes.

O SR. MOREIRA MENDES (PPS-RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, ocupo o horário de Liderança do PPS para registrar, com tristeza, o falecimento de um líder do PT do meu Estado, na cidade de Porto Velho: o histórico fundador Odair Cordeiro. Embora tivéssemos posições diversas, ambos nos respeitávamos muito. Ele faleceu nesta madrugada. Deixa a esposa, D. Lúcia, e três filhos: João, Francisco e Luciana.

Registro, portanto, esta nota de pesar pelo passamento de tão ilustre prócer político do meu Estado.

Mas não posso deixar de sentir também uma certa tristeza pelo não retorno a esta Casa de tantos bons companheiros e amigos que estão nos deixando. Hoje aqui vejo tantos deles usando a tribuna: Antonio Carlos Pannunzio, com quem tive a oportunidade de visitar, em Roraima, Raposa Serra do Sol; José Carlos Aleluia; Roberto Magalhães; Fernando Coruja, do meu partido; Raul Jungmann; Flávio Dino, extraordinário Deputado; Alceni Guerra; José Maia Filho; Marcondes Gadelha, que falou há pouco; Carlos Abicalil, o meu vizinho, e tantos Deputados que vão deixar uma história conosco.

Registro o meu apreço por todos eles, desejando que tenham muita sorte. Tenho certeza de que em uma outra legislatura estarão conosco aqui, auxiliando e ensinando a todos nós. Quero registrar, com humildade, que aprendi muito com cada um dos senhores, com os que estão aqui e com aqueles que já não se encontram aqui.



Que todos sigam com Deus, lembrando sempre essa convivência harmoniosa que tivemos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marquezelli) - Cumprimento o Deputado Moreira Mendes pelo trabalho, pela dignidade e pela luta, principalmente pelo trabalho em prol da agricultura brasileira.



O SR. PAULO PIAU - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marquezelli) - Pois não, Deputado.

O SR. PAULO PIAU (Bloco/PMDB-MG. Questão de ordem. Sem revisão do orador.) - Quero apenas registrar que tenho a receber um título de cidadania, numa cidade da minha base, e o meu voo está marcado para as 17 horas. Estou inscrito como segundo orador do Grande Expediente, contudo não poderei usar o meu tempo, marcado para as 15h25min. Aproveito, portanto, para cumprimentar o Deputado Roberto Magalhães.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Nelson Marquezelli) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PR-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subproduto da cocaína com alto teor de toxicidade, poder viciante e letal, o *crack* é uma droga que se alastrá por todo o País com características de epidemia nacional. A doença alastrá-se feito uma metástase em todo o organismo nacional, e até agora não foi encontrado um antídoto eficaz para combatê-la. Numa analogia com o câncer, é a chamada “metástase da pedra”.

Pesquisa da Confederação Nacional de Municípios, feita em 3.950 cidades, demonstra que 98% dessas municipalidades e seus habitantes, sobretudo os mais jovens, enfrentam problemas com a droga. Segundo a pesquisa, apenas 2% dos pequenos Municípios, a saber, as cidades Dilermundo de Aguiar, de 7 mil habitantes, no Rio Grande do Sul, e a catarinense Bom Jesus do Oeste, de mil habitantes, ainda não foram afetados pela ação maléfica das drogas.

O problema alcançou uma dimensão nacional, e a pesquisa equivale a uma “geografia do *crack*”, na definição do Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski.

O tempo é de buscar soluções. Em maio deste ano, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou decreto criando o Plano Integrado para Enfrentamento do Crack, com previsão orçamentária de 410 milhões de reais. O objetivo estabelecido era de duplicar o número de vagas para internação de usuários nas unidades de saúde pública. Também foi preconizado o treinamento de profissionais da rede pública de saúde, assistência social aos usuários de drogas e seus familiares e medidas repressivas de combate ao tráfico.



O tema já foi abordado por este Parlamentar ao falar sobre a destinação de recursos aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPs) nos Municípios. Informações da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas dão conta de que dos 410 milhões de reais previstos para o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack, 285 milhões de reais já foram empenhados este ano, e, destes, 81 milhões de reais já foram executados.

A Secretária-Adjunta Paulina Duarte explica que os recursos destinados aos Municípios devem passar por editais e são submetidos a critérios, para atender aos órgãos oficiais de controle e fiscalização. E mais, dos sete editais abertos este ano, quatro tiveram o prazo de inscrição encerrado em 29 de novembro e três ainda receberão projetos. Devido à falta de projetos, todos os editais serão reabertos para que as Prefeituras façam novas inscrições.

Ao fazer uma avaliação positiva sobre a política nacional antidrogas, a Secretaria informa que os 81 milhões de reais foram utilizados na aberturas de leitos em hospitais e comunidades terapêuticas, criação de Núcleos de Apoio à Saúde da Família e capacitação de agentes que atuam na rede de atendimento aos dependentes químicos. Assim, o plano vem sendo implementado em termos satisfatórios e com elevado alcance social.

Em vista dos dados alarmantes sobre a “metástase da pedra”, a entidade de defesa das municipalidades solicita maior agilidade na aprovação dos projetos e recursos apresentados pelas Prefeituras. De sua parte, caberá às municipalidades adequar suas estruturas para apresentar projetos destinados à captação desses recursos.

A Presidente eleita Dilma Rousseff reiterou em diversas oportunidades o



compromisso de enfrentamento do problema das drogas como prioridade de governo e aprimoramento dos programas atualmente em execução.

Muito obrigado.



A SRA. BEL MESQUITA (PMDB-PA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje a esta tribuna tratar de um tema muito importante, mas ainda pouco compreendido pelos brasileiros.

Trata-se da proposta de criação do Estado de Carajás, a localizar-se na região sudeste do Estado do Pará. A nova Unidade da Federação, de acordo com o que dispõe o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.300, de 2009, já aprovado pelo Senado, abrange 39 Municípios, que hoje contam com uma população de cerca de 1 milhão e 400 mil habitantes.

A medida é essencial, pois se constata que a região recebe pouquíssima atenção dos governos estaduais e federais, o que, em parte, poderia ser explicado pela imensidão territorial do Estado do Pará. Essa situação de abandono levou a um quadro de significativa defasagem no desenvolvimento social e econômico da região, que precisamos reverter com a maior urgência.

Para alterar essa indesejável realidade, a única alternativa que vislumbramos é ampliar da presença do poder público, com a implementação de políticas adequadas para as especificidades locais, o que somente será possível com a criação do novo Estado.

Para melhor entender os diversos aspectos relacionados à questão, não podemos deixar de citar o Sr Célio Costa — economista e mestre em desenvolvimento sustentável — autor do estudo *Assimetrias Regionais do Brasil: Fundamentos para Criação do Estado de Carajás*.

A partir da leitura desse trabalho, podemos concluir que esse novo Estado terá plena viabilidade econômica, baseada, principalmente, na atividade industrial do complexo minero-siderúrgico, na sua comprovada capacidade de produção de



energia hídrica e na competitividade do agronegócio regional. Essas exuberantes vocações naturais, somadas à determinação dos agentes econômicos em investir na base produtiva local, certamente resultarão em elevadas taxas de crescimento econômico.

Não restam dúvidas de que uma economia já tão rica e promissora será capaz de gerar receitas públicas mais que suficientes para fazer frente aos custos da estrutura administrativa decorrente da desejada emancipação.

Nesse contexto, não precisamos considerar que a localização de um centro administrativo mais próximo promoverá grande elevação da eficiência na gestão pública, hoje prejudicada pela enorme distância entre a capital, Belém, e os Municípios do sudeste do Pará.

Outro ponto oportunamente lembrado no estudo que mencionamos refere-se ao fato de que o novo Estado será implementado sob a tutela da Lei Complementar nº 101, de 2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal, que exige a adoção de práticas disciplinadoras no que tange às despesas públicas, que evitam a ocorrência de certas extravagâncias outrora comuns.

Devemos também desfazer o mito de que o novo Estado ficaria com as maiores riquezas do Pará. Os dados apresentados no referido estudo mostram que tanto o Produto Interno Bruto como a arrecadação de ICMS da área que compreenderia o Estado de Carajás representam menos de 30% do total do Estado do Pará.

Portanto, com o desmembramento territorial, o Estado do Pará ficaria com a grande maioria das receitas públicas, enquanto, por outro lado, seria desonerado das despesas associadas a toda a área abrangida pela nova unidade federativa.



Sendo assim, não resta a menor possibilidade de que sua criação cause um colapso na economia paraense.

Para uma análise mais objetiva do tema, é bastante elucidativo que nos debrucemos sobre o desempenho econômico dos Estados recentemente criados por desmembramento territorial, como é o caso de Mato Grosso do Sul, em 1977, e de Tocantins, em 1988. Quanto a isso, o trabalho do Sr. Célio Costa apresenta indicadores que demonstram que tanto as áreas emancipadas quanto aquelas remanescentes exibiram crescimento do PIB bem acima da média nacional.

Por conseguinte, depreende-se que o desmembramento político-administrativo não resultou em perda de crescimento a nenhuma das áreas afetadas, provocando, de fato, efeito inverso, isto é, o reforço do desenvolvimento econômico de todos os entes envolvidos.

Nesta oportunidade, eu gostaria de parabenizar a Associação dos Municípios do Araguaia e Tocantins, bem como a Associação de Indústria e Comércio de Marabá, pela promoção de frutífero encontro, realizado no último sábado, para debater tão importante assunto.

Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, espero que este pronunciamento tenha ajudado a tornar cada vez mais conhecidos os incontestáveis e universais benefícios advindos da criação do Estado de Carajás, que certamente contribuirá para a redução das desigualdades regionais, um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, conforme fixado no art. 3º de nossa Carta Magna.

Muito obrigada.



O SR. WELLINGTON FAGUNDES (PR-MT. Pronuncia o seguinte discurso.) -

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Programa Caminhos da Escola, criado em 2007 pelo Governo Lula com o objetivo de renovar a frota de veículos escolares, vem contribuindo significativamente para a redução da evasão escolar. Esse programa amplia, por meio do transporte diário, o acesso à escola e a permanência nela dos estudantes matriculados na educação básica da zona rural das redes estaduais e municipais.

Desde a sua criação até o final deste ano, o Programa Caminhos da Escola está atendendo a 3 mil Municípios brasileiros. No início do mês, o Governador do Estado de Mato Grosso, Silval Barbosa, junto com o MEC, entregou 238 ônibus escolares para os 141 Prefeitos. Essa foi a segunda etapa de distribuição de transporte escolar iniciada em fevereiro deste ano no Estado.

Sr. Presidente, em 3 anos, o Governo Federal disponibilizou mais de 11 mil novos ônibus escolares e 172 lanchas escolares que beneficiam boa parte dos 6 milhões de alunos da educação básica pública que residem em área rural e dependem do transporte escolar gratuito para ter acesso às escolas.

O Governo Federal, por meio do FNDE e em parceria com o INMETRO e a Marinha do Brasil, oferece veículos com especificações exclusivas, próprias para o transporte de estudantes e adequado às condições de trafegabilidade das vias — estradas e rios — da zona rural brasileira.

O programa consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizado pelo FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar. Existem três formas para Estados e Municípios participarem do Programa Caminhos da Escola: com recursos próprios, bastando aderir ao pregão; via



convênio firmado com o FNDE; ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — BNDES, que disponibiliza linha de crédito especial para a aquisição de ônibus zero quilômetro.

Em 2007, foi disponibilizado, via BNDES, para o programa, um orçamento de R\$300 milhões. Em 2008, como a demanda apresentada foi grande, o Governo Federal ampliou em mais R\$600 milhões o orçamento do programa. A concessão do financiamento é condicionada ao saldo disponível na linha de crédito para o Programa Caminho da Escola, previamente aprovada pelo BNDES. Existem ainda recursos disponíveis no BNDES, e há o compromisso do Governo Federal em manter essa linha de crédito aberta enquanto houver demanda.

Em 2009, para garantir a melhoria das especificações dos veículos, foram introduzidas várias inovações nos ônibus escolares do programa: bloqueio de diferencial, chassi mais alto e rodas mais próximas da frente e da traseira do veículo, para melhorar a trafegabilidade e facilitar a saída de atoleiros. Também possuem equipamentos de acessibilidade, com uma cadeira de rodas especial que pode ser descida até o nível do solo para embarcar alunos com dificuldade de locomoção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, os ônibus também têm tacógrafo eletrônico e GPS, para garantir maior segurança para os estudantes e permitir o controle do trajeto, dos tempos de percurso e de paradas, e de consumo de combustível. A largura do corredor central diminuiu para aumentar a quantidade e o conforto dos assentos, além de evitar que os estudantes fiquem em pé nos veículos.

Além dos ônibus escolares, o MEC/FNDE está promovendo a construção de barcos escolares destinados exclusivamente ao transporte de estudantes.

Estima-se que mais de 300 mil alunos da educação básica, residentes em



áreas ribeirinhas, utilizam embarcações como meio de transporte chegar às escolas públicas. Existe demanda para embarcações escolares em vários Estados. Em Mato Grosso, meu Estado, há centenas de alunos que residem no pantanal. No período chuvoso, muitos têm dificuldades para chegar à escola. Portanto, esperamos que as próximas embarcações a serem entregues beneficiem regiões ribeirinhas do Estado de Mato Grosso.

Sr. Presidente, aproveito também esse expediente, a fim de parabenizar o companheiro mato-grossense José Maria Rodrigues de Souza, Coordenador Geral do Transporte Escolar do FNDE/MEC. Zé Maria é um companheiro digno de elogios. Nascido na cidade de Nobres, região metropolitana de Cuiabá, formado como técnico agrícola e pedagogia pela UFMT, professor da rede pública municipal de Cuiabá desde 1981, foi Presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso — SINTEP/MT e do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cuiabá — SISPUMC.

Atualmente, Zé Maria é Coordenador-Geral de Apoio à Manutenção Escolar, setor responsável pelas ações de transporte escolar e pelo Programa Dinheiro Direto na Escola; Coordenador Geral do Grupo de Trabalho Permanente do Transporte Escolar do Governo Federal; membro titular da Comissão Nacional de Educação do Campo — CONEC.

Portanto, fica registrado aqui o meu reconhecimento pela criação do Programa Caminhos da Escola, em especial atenção ao companheiro Zé Maria, pelo esforço e capacidade de gerenciar programas sociais de grande relevância social.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



O SR. VIGNATTI (PT-SC. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ao encerrar 8 anos de mandato consecutivo como Deputado Federal, tenho a certeza de que trabalhei para honrar cada voto de confiança que recebi dos catarinenses. E tenho essa convicção não pelos títulos e prêmios que recebi, como um dos Parlamentares mais influentes do Congresso Nacional, segundo o DIAP, por exemplo, mas pelo gesto das pessoas, no sorriso do trabalhador, que encontrou na Lei do Empreendedor Individual o acesso para aumentar a renda da família ou no abraço de um jovem que estuda na Universidade Federal da Fronteira Sul — UFFS.

Na minha atuação parlamentar, segui o pensamento do filósofo Max Weber, que diz: “*o político deve ter: paixão por sua causa; ética em sua responsabilidade; medida em suas atuações*”. São três atitudes que fizeram a diferença na minha vida política.

A paixão sempre foi meu estímulo para trabalhar por um País melhor, deixando muitas vezes a minha família e filhos de lado, por um projeto maior. E junto com o Governo do Presidente Lula, iniciamos as mudanças e a distribuição de renda, onde 23 milhões de pessoas saíram da pobreza.

A ética sempre conduziu minhas ações, e isso muito me orgulha. Em 16 anos com mandato, sou político ficha limpa. Minhas ações sempre foram ponderadas, analisando profundamente o efeito da minha decisão na vida do cidadão. A nossa gestão foi republicana. Fui um Deputado Federal que liberou recursos aos 293 Municípios catarinenses, por meio de emendas ou pela nossa articulação junto ao Governo Federal. Aqui na Câmara, nosso gabinete sempre esteve lotado de Prefeitos e lideranças. Juntos, viabilizamos melhorias para todas as regiões do



Estado de Santa Catarina, sem levar em consideração a cor partidária.

Nesse meu discurso de encerramento, não há como não prestar contas e dar transparência às ações do nosso mandato para a população catarinense, que foi a razão do nosso trabalho na Câmara Federal.

Trabalhei sempre com planejamento estratégico, tendo como áreas de atuações prioritárias a saúde, a educação, o empreendedorismo, a juventude, a agricultura e o meio ambiente.

Na qualidade de Deputado Federal, sei da importância de priorizar investimentos na saúde, que hoje é a principal reivindicação do brasileiro. Por isso, garantimos recursos aos Municípios para a construção de 14 Unidades de Pronto Atendimento 24h e mais 75 Unidades Básicas de Saúde. Além disso, Santa Catarina é um dos poucos Estados com 100% de cobertura do SAMU, ação efetivada pelo Governo do Presidente Lula.

Esses números, na prática, colocam um ponto final nas filas nos hospitais. Consequentemente, o atendimento é mais rápido e mais qualificado. Além disso, o Governo Federal, com a instalação das Unidades de Pronto Atendimento 24 horas — UPAs e Unidades Básicas de Saúde — UBSs, organizou o atendimento no SUS e está combatendo a ambulancioterapia, prática tão comum no nosso Estado e em todo o País, penalizando milhares de famílias obrigadas a buscar auxílio médico a centenas de quilômetros de seus Municípios.

No meu mandato, a juventude teve voz e vez. Fui o único Deputado Federal com assento no Conselho Nacional de Juventude. Também colaborei na elaboração das políticas públicas específicas para a juventude no Governo Lula, como a criação da Secretaria Nacional de Juventude e do PROUNI. No Congresso Nacional,



também trabalhei pela aprovação da PEC da Juventude.

Conheci de perto a importância da educação pública e de qualidade para os jovens, fui militante do movimento estudantil. Por isso, não medi esforços para garantir a expansão das escolas técnicas, que hoje totalizam 22 no Estado, a interiorização da UFSC para as cidades de Joinville, Araranguá e Curitibanos. Mas foi na área da educação, posso afirmar, que executei o projeto mais importante nesses 8 anos de mandato: a criação da Universidade Federal da Fronteira Sul — UFFS, projeto de minha autoria, como mentor das reivindicações dos movimentos sociais. Certamente esse foi um sonho realizado.

Santa Catarina agora conta com duas universidades federais no Estado, sendo a UFFS, com sede em Chapecó, cidade onde moro com minha família. Santa Catarina era um dos poucos Estados com apenas uma universidade federal, a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, com 50 anos de atuação. No Estado vizinho, o Rio Grande do Sul, por exemplo, são seis universidades federais. A UFFS já está funcionamento há um ano, é *multicampi* e tem instalações em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul.

Hoje, mais de 91% dos acadêmicos concluíram o segundo grau em escolas públicas, e mais de 84% é a primeira geração da família a cursar universidade.

Em 8 anos de mandato parlamentar, nossa atuação foi pautada ainda pelo fortalecimento das micro e pequenas empresas. Na Câmara dos Deputados, sou autor da Lei do Empreendedor Individual, que deu oportunidade ao trabalhador sem carteira assinada de ingressar na formalidade. São mais de 715.546 empreendedores individuais no País, e em Santa Catarina, 24 mil.

Na qualidade de Presidente da Frente Parlamentar da Micro e Pequena



Empresa no Congresso Nacional, atuei como interlocutor do segmento junto ao Governo Federal. Ajudei a construir a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que diminui os tributos para os empresários e agora, ao encerrar meu mandato, apresento junto com o colega Carlos Melles o projeto de Lei nº 591, de 2010, em tramitação, que aprimora a Lei Geral, estendendo os benefícios para mais empreendedores, resultando em mais empregos e melhor distribuição de nossas riquezas. Não tenho dúvidas de que estamos dando os primeiros passos rumo à reforma tributária, tão necessária.

Tenho muito orgulho de ter concluído com êxito e responsabilidade as atribuições que recebi do Presidente Lula e da minha bancada petista no Congresso Nacional. Fui Relator do Plano Plurianual, defini junto com a sociedade civil organizada o conjunto de grandes obras prioritárias para o País e para Santa Catarina executadas pelo PAC.

Tive a honra de presidir a Comissão de Finanças e Tributação da Casa em plena crise financeira mundial. Não medi esforços para colaborar com o Presidente Lula e apontar os caminhos para o País enfrentar com êxito a instabilidade econômica.

Neste ano, concorri ao Senado Federal. Embora não tenha conquistado a vitória eleitoral, ao parar para pensar que mais de 1 milhão e 200 mil pessoas deram seu voto de confiança ao meu trabalho e que muitos colaboradores da campanha, que vieram para desempenhar tarefas, tornaram-se militantes, e aqueles que vieram como dirigentes partidários tornaram-se amigos, tenho certeza de que tive uma grande vitória política.

Paulo Freire dizia que a autossuficiência é incompatível com o diálogo. Os



homens que não têm humildade ou a perdem não podem aproximar-se do povo. Não podem ser seus companheiros na pronuncia do mundo. Se alguém não é capaz de sentir-se e saber-se tão homem quanto os outros, é que lhe falta ainda muito que caminhar para chegar de encontro com eles. Nesse lugar de encontro, não há lugar de encontros absolutos, nem sábios absolutos: há homens que em comunhão buscam saber mais. Não há, também, diálogo, se não há uma intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e refazer, de criar e recriar. Fé na sua vocação de ser mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens.

Ao encerrar, é preciso agradecer também à minha equipe. Sem ela, seria impossível ter conquistado tantas vitórias. Agradeço a compreensão à minha família, porque foram muitos os momentos de ausência, e ao meu grande mentor, ídolo e inspirador, o Presidente Lula, pela sua atenção a Santa Catarina e pela confiança na minha atuação parlamentar.

Por fim, agradeço a todos os catarinenses que nos receberam em seus Municípios, nas suas entidades e participaram de atividades do nosso mandato e principalmente das ações do Governo do Presidente Lula.

Desejo boa sorte aos que ficam e aos que chegam e principalmente à nossa primeira Presidenta, Dilma Rousseff.

Que Deus ilumine e encha todos de sabedoria, discernimento e forças, para que passamos contribuir para o Brasil prosseguir mudando.

Obrigado.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 228.4.53.O
Data: 16/12/2010

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Nelson Marquezelli) - Passa-se ao

V - GRANDE EXPEDIENTE



O SR. PRESIDENTE (Nelson Marquezelli) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Sr. Deputado Mauro Benevides.

O SR. MAURO BENEVIDES (Bloco/PMDB-CE. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último domingo, o Município cearense de Ipaumirim comemorou o transcurso de seus 57 anos de emancipação política, dentro de programação elaborada pelo Prefeito José Geraldo dos Santos, que, ali, vem empreendendo gestão profícua, assinalada por significativas realizações, voltadas para os legítimos interesses da comunidade.

Às 19 horas daquele dia, foi celerada missa congratulatória na Matriz de Nossa Senhora da Conceição, antecedida de atividades desportivas, culturais e artísticas, sempre prestigiadas por autoridades e os mais variados estamentos populacionais.

Situada na região sul do Estado, bem próximo de Baixio, Umari e Icó, aquela urbe possui limites com o Estado da Paraíba, mais precisamente com Cajazeiras, centro galvanizador de comercialização daquela faixa geográfica do Nordeste.

Nas campanhas majoritárias de que participei, sempre fui recebido, com muita efusão, por seus eleitores, notadamente quando disputei os dois mandatos senatoriais, em 1974 e 1986, este último cumprido na Assembleia Nacional Constituinte, de cuja Mesa Diretora fui 1º Vice-Presidente, antecedido apenas pelo notável homem público Ulysses Guimarães, a quem se atribui a condição de reconstrutor do Estado Democrático de Direito em nosso País.

Em meio às festividades, a citada comuna foi aquinhoadada com um ônibus escolar, dentro do Programa Caminhos da Escola, do Governo Federal, numa iniciativa que repercutiu favoravelmente, da mesma forma como o desdobramento



do Programa Saúde da Família para outros distritos, de modo particular em Felizardo, Bananeira, Aroeira e São Vicente, evidenciando a constante preocupação da edilidade com a saúde, fundamental em qualquer administração, a começar pela da União e dos Estados.

Ressalte-se que, pela manhã, ocorreu um desfile cívico, após o que foi lida expressiva mensagem por parte do atual Prefeito de uma das mais prósperas municipalidades de nosso Estado.

Registro, pois, um evento histórico de relevância para todos nós que aqui estamos como representantes.



O SR. PRESIDENTE (Nelson Marquezelli) - Concedo a palavra ao Deputado Roberto Magalhães, do DEM de Pernambuco. S.Exa. dispõe de 25 minutos na tribuna.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES (DEM-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no Velho Testamento, no livro de *Eclesiastes*, está dito:

“Todo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo propósito debaixo dos céus. Há tempo de nascer e tempo de morrer; tempo de plantar e tempo de arrancar o que se plantou; tempo de chorar e tempo de rir; (...) tempo de espalhar pedras e tempo de ajuntar pedras; (...) tempo de amar e tempo de odiar; tempo de guerra e tempo de paz.”

Essas palavras, dizem os intérpretes da Bíblia, são do rei Salomão, de cuja sabedoria todos têm notícias. E digo eu, agora que me despeço — não da política, mas da disputa de mandatos e cargos —, que não é necessário mandato para que se cumpram os deveres da cidadania.

É bom lembrar também que Aristóteles já advertia, na Grécia Antiga, que o homem é um animal político, ressaltando o pressuposto da vida gregária dos humanos. Máximas sociológicas e jurídicas atuais também ensinam que o homem sozinho é uma abstração.

Nesta Câmara dos Deputados, honrado pela confiança do povo pernambucano, representei meu Estado por 14 anos: exercei dois mandatos na década de 90 e dois agora nesta primeira década do século XXI.



Pernambuco, que tenho a honra de representar nesta Casa, pagou alto preço pela sua convicção constitucionalista e pelo seu espírito federalista. Em decorrência dos ciclos revolucionários de 1817, 1824 e 1848, teve amputados os territórios que atualmente correspondem a Alagoas e ao oeste da Bahia, mas seu ideário liberal deixou plantadas as sementes que contribuíram para a Independência, em 1822, e a República, em 1889.

A tradição da política pernambucana, projetada nacionalmente, revelou, no Império, o equilíbrio do Marquês de Olinda, presença marcante em quase todos os gabinetes do Segundo Reinado.

Na República, Rosa e Silva e Agamenon Magalhães destacaram-se na primeira metade do século passado. Agamenon destacou-se, sobretudo, como Ministro, Governador e Deputado constituinte, em 1934 e 1946. Deixou S.Exa. marcada a sua presença com amplo reconhecimento nos Anais desta Casa.

Nos últimos 50 anos, devem ser lembrados os pernambucanos Marco Maciel, Deputado, Governador, Senador e Vice-Presidente da República; Cid Sampaio, Paulo Guerra, Nilo Coelho e Jarbas Vasconcelos, Deputados, Senadores e Governadores; Miguel Arraes, Deputado e Governador por três vezes; e Joaquim Francisco Cavalcanti, Deputado, Governador e Ministro; todos figuras que elevaram o nome de Pernambuco nesta Casa, além de vários outros que também poderiam ser lembrados.

Não estranhem que eu esteja falando mais de Pernambuco do que de mim, porque eu não estaria aqui se não fosse Pernambuco e sua generosidade comigo.

O Sr. Flávio Dino - V.Exa. me concede um aparte, Deputado Roberto Magalhães?



O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Pois não, com muito prazer.

O Sr. Flávio Dino - Gostaria de complementar o discurso de V.Exa., como amigo e como companheiro de Parlamento, em nome do meu partido, na condição de seu Vice-Líder, e em nome da bancada maranhense, dizendo que em derivação a essa plêiade de ilustres homens públicos que Pernambuco concedeu ao Brasil está exatamente Roberto Magalhães. Devo revelar que desde bem criança acompanhava a vida pública de V.Exa. quando assumia postos executivos em seu Estado. E depois o acompanhei por todos esses anos da minha juventude até ingressar na carreira profissional como advogado, como juiz, sabendo que V.Exa. era um daqueles homens do mundo jurídico que ilustrava a política com sua sensibilidade social e seu saber. Então, quero me declarar, solenemente, seu aluno de sempre. E se neste Parlamento há tantas e tantas perdas lamentadas, uma delas, mais sentida, sem dúvida, é a falta do seu espírito público revelado em momentos tão agudos da história brasileira, como os outros colegas haverão, com certeza, de realçar. Mas o Estado Democrático de Direito e a afirmação do Parlamento são páginas escritas por muitos ilustres escritores, pernambucanos e brasileiros. E um desses coautores desta bela história de construção da plena democracia política no Brasil é V.Exa., Deputado Roberto Magalhães, que, portanto, ingressa com muita justiça no rol seleto — e para poucos — dos grandes homens públicos do Parlamento brasileiro. Agradeço a V.Exa. o quanto aprendi, a generosidade, a humildade, as lições de sabedoria dadas a todos. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Agradeço muito a V.Exa. o aparte e retribuo suas palavras dizendo que com a idade da experiência tenho vaticinado nesta Casa para os mais jovens o futuro que terão, e tenho acertado. O Maranhão



não o elegeu Governador, mas tenho certeza de que sua presença na vida pública vai continuar brilhante, e são muitas as oportunidades que ainda vão se oferecer. Muito obrigado, Flávio Dino.

Esta Casa legislativa é feita à imagem e semelhança do povo brasileiro e, por isso mesmo, tem as virtudes e os deméritos que decorrem da própria natureza humana.

Vivi, nesta Casa, momentos de alegrias e vitórias, mas também de ostracismo e desapontamento. Mas não poderia ser diferente; assim é a política, assim é a vida.

Minha decisão de não disputar mais um mandato eletivo decorreu do reconhecimento de que o tempo, os novos costumes políticos e as circunstâncias me indicavam esse caminho.

Tenho a consciência tranquila de que sempre procurei dar o melhor de meus esforços no cumprimento dos mandatos e cargos que exercei, sobretudo os de Vice-Governador, Governador, Deputado Federal e Prefeito do Recife.

À época em que governei Pernambuco, de 1983 a 1986, tive oportunidade de participar de uma das mais empolgantes campanhas populares: o movimento pela redemocratização.

Naquela ocasião em que fui Governador, apoiamos o grande brasileiro Tancredo Neves, visando alcançar a transição para a democracia, sem luta entre irmãos, com estabilidade política e consciência cívica. Pernambuco e Minas Gerais confluíram suas vozes e gestos em favor da construção democrática.

As iniciativas de que participei no plano nacional, reconhecendo as possibilidades do País, reforçaram em mim a certeza de que o Brasil é muito maior do que seus problemas.



Dezesseis anos de continuada estabilidade econômica, mantida acima de diferenças partidárias, sancionam o entendimento de que a economia brasileira tem saída, e esta se situa na sensatez política e não no sectarismo ideológico de seus governantes.

Nesta Legislatura, apresentei proposta de emenda à Constituição e projetos de lei voltados para o futuro. Cito dois exemplos: a Proposta de Emenda à Constituição nº 365, de 2009, sobre a adoção do voto distrital misto, inspirado no modelo vigente na Alemanha; parte dos Deputados seria oriunda do voto distrital e a outra eleita pelo voto proporcional, com lista partidária preordenada ou fechada.

O voto distrital misto, tenho certeza, haverá de ser, no futuro, uma opção do Congresso Nacional e do País, pois atenderá em parte às facções que não chegam a um acordo e por isso obstaculizam uma reforma eleitoral definitiva: de um lado, aqueles que postulam a permanência do voto proporcional e, do outro, os que pregam as listas partidárias fechadas de votação.

Cito também o Projeto de Lei nº 7.839, de 2010, que pretende limitar a participação do Presidente da Republica, dos Governadores e dos Prefeitos nas campanhas eleitorais.

Não é possível que os Poderes se hipertrofiem, não só o federal, mas também os estaduais e municipais, e que a política fique inteiramente subvertida, sobretudo, muitas vezes, tomando atalhos e caminhos contrários aos interesses do País e do povo brasileiro.

Os chefes de Poder Executivo sempre tiveram e têm cada vez mais influência, sendo capazes de tornar dominantes os partidos governistas e seus candidatos. Mas é evidente que a lei deve proibir atos que facilitem ou dissimulem o



uso indevido do poder para apoiar partidos e candidatos e, sobretudo, aqueles atos que atentem contra o decoro e a dignidade dos respectivos cargos.

Essa é outra preocupação que me assalta neste final de mandato: o problema da independência do Poder Legislativo em face do poder dos governantes, tanto no plano federal quanto no estadual e no municipal. Sem um Legislativo independente e forte, a democracia torna-se uma farsa e abre caminho para o autoritarismo.

Vivemos a era da comunicação. Os circuitos de informação, agilizados na Internet, consolidaram os termos tecnológicos do mundo globalizado. Estamos condenados à tecnologia, nos seus benefícios e nos seus usos indevidos. Mas esse incontornável processo de mudanças, que altera paradigmas sociais, conviverá sempre com os valores pétreos da ética e da liberdade.

Esses valores são a base de toda sociedade sustentável, pois é no parâmetro ético que os governos viabilizam a justiça. E é no espaço de liberdade que as pessoas afirmam sua cidadania.

Entre os grandes brasileiros com quem tive a honra de tratar do interesse público, está Afonso Arinos. Dele recebi inesquecível prova de apreço político. Natural na personalidade de reconhecida sensibilidade que ele espalhava ao seu redor.

Vou começar a ouvir os aparteantes, porque V.Exas. têm naturalmente compromissos.

Começarei ouvindo o Deputado José Chaves.

O Sr. José Chaves - Meu caro amigo e Deputado Roberto Magalhães, há um ditado que diz “*Mais fácil é sair do que entrar*”. Neste momento, mais uma vez, V.Exa. acerta. Como pernambucano, antes de ingressar na política, acompanhei



toda a sua trajetória: Vice-Governador, Governador do Estado de Pernambuco. E quis o destino que, em determinado momento, eu assistisse a sua dissidência em prol do movimento democrático, da estabilização da democracia. Talvez V.Exa. tenha sido o primeiro Governador a apoiar Tancredo Neves naquele instante. Anos depois, tive o privilégio de conviver com V.Exa., na fundação do PSDB em Pernambuco, quando foi chamado, insistentemente içado para ser candidato à Vice-Presidência da República na chapa de Mário Covas. Mas acredito que, com sua presença, a candidatura subiria. Dissidências, ingratidões, agressões fizeram com que o senhor tomasse uma decisão que eu diria até de foro íntimo: não aceitou e deixou correr. Mas não deixou de votar em Mário Covas. Acreditou no projeto e caminhou. Foi uma convivência nossa, a primeira partidária. Daí caminhamos cada um para o seu lado. Quis o destino que, há cerca de 8 anos, criássemos um grande movimento em Pernambuco, o chamado Grupo Independente (GI), do qual V.Exa. participou junto com Joaquim Francisco, José Múcio, Armando Monteiro, Luiz Piauhylino e este Deputado que vos fala. Durante todo o nosso convívio, V.Exa. demonstrou seriedade, garra, competência, amizade e lealdade, acima de tudo, na política. Fico muito feliz com sua decisão, porque, das decisões de todos que conheço, posso dizer que a sua é de consciência. É pessoal e familiar a sua decisão de continuar político, mas encerrar sua participação legislativa. Vai fazer muita falta à Casa, Roberto, muita falta, mas como político vai continuar a contribuir, sobretudo para o Estado de Pernambuco. Muito obrigado. Siga sua meta e seja feliz.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Agradeço muito, José Chaves, porque não só é prazeroso, mas também gratificante ver amigos como V.Exa. neste momento de



despedida. V.Exa. está aqui presente, adiou seu voo, o que naturalmente prejudicou seus compromissos em Pernambuco, para fazer esse pronunciamento.

Certamente, sem ter pensado nisto, sem ter querido dizer isto, V.Exa. descortinou uma face importante do meu ser político: a de dissidente. V.Exa. citou dois momentos: o pró Tancredo Neves — eu eleito pelo PDS — e, agora, com Armando Monteiro, V.Exa., José Múcio e Joaquim Francisco, também fizemos uma dissidência, por discordar de como se desenvolviam o Governo e as coisas que, em política, às vezes, não fazem justiça, sobretudo dentro dos partidos.

Eu costumo sempre dizer que, quanto mais mudei de partido, pior fiquei. Mas, fora disso, há sempre conflitos, e só mesmo o idealismo pode fazer com que se levem anos e anos na mesma caminhada.

Muito obrigado a V.Exa.

Concedo um aparte ao Deputado Armando Monteiro.

O Sr. Armando Monteiro - Sr. Presidente, colegas, meu caro Roberto Magalhães, eu quero neste momento associar-me a essas homenagens que seus colegas lhe prestam hoje, nesta sessão, e quero juntar a elas a expressão do meu reconhecimento por essa sua trajetória como homem público, que foi sempre marcada por traços que, a mim, particularmente, representam atributos muito importantes de um homem público: a marca de um político afirmativo, que sempre assumiu claramente suas posições, um homem que teve sempre uma postura invariavelmente comprometida com os postulados da ética e que, portanto, exerceu de forma muito republicana seus mandatos, os mandatos que o povo de Pernambuco sempre lhe conferiu. Quero dizer que esta Casa fica pobre com a sua saída, porque V.Exa. alia preparo intelectual, espírito público e compromisso com a



ética. Digo que Roberto Magalhães é para mim uma referência e uma inspiração. Uma referência por tudo que sua trajetória nos aponta como exemplo, e uma inspiração porque esses seus atributos, na minha vida pública, eu haverei sempre de valorizar. Quero dizer que temos circunstâncias de amizade e de parentesco entre nossas famílias, o que muito me honra: minha mãe, Maria do Carmo Magalhães, é sua prima. Eu quero, portanto, com emoção, mas com a consciência de que todos aqui reconhecem a sua figura extraordinária, prestar o testemunho do meu apreço pessoal e, sobretudo, do meu apreço político.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Meu caro Armando Monteiro Neto, ao vê-lo falando, a primeira imagem que me veio foi a do seu pai, grande amigo e uma figura humana inexcedível em suas virtudes. Eu acho que talvez não haja em Pernambuco alguém que tenha os amigos, a admiração e a estima do seu pai. Mas, logo em seguida, me veio a imagem de Agamenon Magalhães. Então quero lhe dizer o seguinte: em toda a minha trajetória política, o meu título principal não era o de Governador, ex-Governador, Prefeito ou Secretário de Educação. Não. Eu considerava que, para me apresentar, o mais importante era dizer: "*Eu sou sobrinho de Agamenon Magalhães*".

Saio e vem agora um neto, neto muito mais legitimado do que eu, para defender aqui ou seguir aqui e se inspirar aqui em Agamenon Magalhães, que eu já citei em meu discurso. Então, digo que, por tudo isso, vou acompanhar a sua vida pública, com absoluta certeza de que ela será tão exitosa quanto a sua presença na CNI.

Seja feliz.

O Sr. Armando Monteiro - Obrigado. Muito obrigado.



O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Meu caro Albano, grande sergipano.

O Sr. Albano Franco - Deputado Roberto Magalhães, V.Exa. sabe, tem conhecimento do apreço e da admiração que lhe devoto, não só pelo seu espírito público, mas também pela sua coragem cívica. Sempre admirei em V.Exa. todas essas qualidades. Eu não poderia neste instante deixar de me associar a essas homenagens. Perde o Congresso Nacional um dos seus melhores quadros, porque V.Exa. possui as duas qualidades que hoje a sociedade brasileira mais exige de todos nós: a competência e a honradez. E aproveito também esta oportunidade para relembrar-lhe um fato. Eu me recordo bem. V.Exa. era Governador do Estado, quando da inauguração de uma indústria, em Jaboatão, da nossa família, e citou uma frase que eu gravei até hoje: "*Pernambuco só se curva para agradecer*". E V.Exa. agradeceu os investimentos, o emprego e a renda da nossa família lá. Então, V.Exa., em toda a sua vida, com muito espírito público e coragem cívica, dignidade e coerência, como dizia meu amigo Deputado e Senador Armando, é uma referência para todos nós. Que Deus continue a iluminá-lo e a abençoá-lo, doutor, Deputado, Governador Roberto Magalhães!

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Meu caro ex-Senador, Deputado, grande industrial, grande figura humana, quero-lhe dizer o seguinte: a frase é um pouquinho mais extensa. Ela diz: "*Pernambuco não se curva para pedir, só se curva para agradecer*". Agora, eu não sei bem se ela é minha. Eu a disse, mas às vezes eu ouço atribuírem-na a Paulo Guerra e a não sei mais quem. Então, por questão de honestidade intelectual, eu não sei se ela é minha, mas sei que ela marcou muito, porque encontro pessoas de vários Estados que, passados tantos anos, ainda



lemboram, não da inauguração, mas dos amigos, e os homenageiam não só no poder, mas também quando eles descem a rampa do poder e vão para a planície.

Muito obrigado.

Mainha, você, que é tão jovem, foi ficando, foi ficando... Mas o futuro é dos jovens. Este é um piauiense que chegou aqui, teve seu mandato e agora vai partir para outras atividades políticas.

Com a palavra V.Exa.

O Sr. José Maia Filho - Deputado Roberto Magalhães, logo que assumi o mandato, lá no Piauí me perguntaram o que foi que mais me impressionou, mais me encantou nesta Casa. Eu disse que foi lembrar que, na minha juventude, quando era estudante em Recife, via o homem, o mito, a história do Dr. Roberto Magalhães e, depois, chegar e sentar aqui ao lado dele na CCJ, ser seu companheiro de partido e poder conhecê-lo de perto — eu disse isso publicamente lá no Piauí —, um homem que prima pela decência, pelo bom caráter, pela fidelidade e pelo trabalho. Essa foi a minha primeira impressão e o que mais me encantou na minha chegada aqui em Brasília. Falo isso com muita franqueza. Quando diz que há tempo para tudo — para nascer, para morrer —, V.Exa. parte desta Casa, deixando em nós, que somos jovens e nos espelhamos em V.Exa., que lhe temos como exemplo, a impressão de que ainda não era o tempo de se afastar das atividades legislativas que desempenha com muita eficiência aqui nesta Casa. Quero dizer que esta Casa perde muito com a ausência de V.Exa. Para nós, que somos jovens e que pretendemos trilhar um caminho, V.Exa. é um exemplo vivo a ser seguido, um homem que construiu uma história não só em Pernambuco, mas também na política brasileira. Faço esse discurso com muita fraqueza e me orgulho em poder aparteá-lo



e fazer esse registro hoje, no seu último discurso nesta Casa. Muito obrigado pelo prazer do seu convívio e da sua amizade.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Muito obrigado, Deputado Maia Filho. Agradecendo seu aparte, quero dizer que acabo de ler um livro, 1922, do Laurentino, que é já agora não mais sobre Dom João VI, mas sobre a história da independência do Brasil. Mas é um livro que vai muito além disso e conta uma história que os colégios não costumam ensinar, a história da Guerra da Independência, que foi demorada e sangrenta, entre brasileiros e portugueses.

E eu quero dizer que o seu Estado, o Piauí, teve uma presença muito digna nessa guerra. Há uma batalha, a...

O Sr. José Maia Filho - Batalha do Jenipapo.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - ...do Jenipapo, em que 500 piauienses morreram, praticamente com armas superadas e tudo. Foram dizimados, mas não correram, não recuaram. Então, homenageio na sua pessoa o Piauí.

Meu caro Deputado Pannunzio, desculpe-me tê-lo deixado para o fim. Se perder esse avião, eu não sei o que fazer.

O Sr. Antonio Carlos Pannunzio - Dr. Roberto Magalhães, valeria a pena perder o avião, retardar os outros compromissos pelo privilégio de ouvir o seu discurso e poder, neste momento, falar em meu nome e também no do meu partido, o PSDB, homenageando-o. Quero dizer que todos nós temos na vida uma trajetória com, evidentemente, diferentes momentos e locais de ponto de partida. Mas, ao longo dessa trajetória, vamos nos encontrando conforme o percurso que adotamos. E, na minha trajetória de vida, tive este privilégio: sentar ao seu lado. Sentar ao seu lado, discutir princípios, ouvir ensinamentos, notadamente na área do Direito, na



qual me atrevi militar na Comissão de Constituição e Justiça sem ter formação jurídica. Mas sabia que tendo ao meu lado homens da envergadura de V.Exa. certamente eu poderia errar menos. E posso dizer até que nem errei, porque quase todas as vezes nossos votos foram na mesma linha, na mesma direção. V.Exa. é uma figura legendária não apenas na política de Pernambuco, mas também na política nacional. Repito: tenho muito orgulho de ter compartilhado com V.Exa. momentos peculiares na sua trajetória de vida. Parabéns!

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Meu caro Pannunzio, quero dizer que a honra de sentar-me ao seu lado não é menor do que a que V.Exa. diz que teve ao sentar-se ao meu lado. Realmente, muitas vezes estivemos juntos e, raramente, discordamos a respeito das matérias que estavam sob apreciação e votação.

Não faz mal, acho que ainda vamos nos encontrar não sei quando nem onde.

Felicidades nessa nova quadra.

O Sr. Luiz Couto - Deputado Roberto Magalhães, V.Exa. tem juventude acumulada. V.Exa. começa o seu pronunciamento citando o livro de *Eclesiastes*. Esse mesmo livro continua dizendo que há um tempo que todos devemos cumprir, aquele tempo quando a injustiça ocupou o lugar do Direito e a iniquidade ocupou o lugar da injustiça. V.Exa. dizia que foi um dissidente. Eu posso dizer-lhe: V.Exa. foi sempre, nos momentos em que lhe foi exigido, um coerente. Coerência e ética são dois elementos importantes para a vida de qualquer cidadão, principalmente do Parlamento. Quero dizer-lhe da admiração que tenho, porque, mesmo sendo de um outro partido, V.Exa. tinha aquela certeza de que V.Exa. estava cumprindo a sua missão. Muitas vezes, até discordava. E sempre mostrou essa coerência e ética. Então, que Deus possa continuar o abençoando, iluminando e protegendo V.Exa. e



a sua família. E que V.Exa. sempre continue combatendo a injustiça e a iniquidade, porque elas estão fora do tempo de Deus, estão fora do tempo da verdade e da paz. Parabéns a V.Exa. Tenha a certeza de que aprendi muito com V.Exa. naquela Comissão, pela sua firmeza, acompanhada pelo diálogo. São duas outras virtudes fundamentais na vida do político, na vida de qualquer cidadão. Parabéns a V.Exa. pela ação que V.Exa. faz no Parlamento e também na sociedade. Com certeza nós aprendemos muito com V.Exa..

O Sr. Inocêncio Oliveira - Nobre Deputado Roberto Magalhães, permite-me um aparte?

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Pois não, Deputado. Vou só terminar dizendo ao Deputado Luiz Couto: V.Exa. é um homem de Deus. E garanto que, hoje, à noite, eu estarei vendo na Bíblia essas outras passagens. Realmente, eu não me apercebi. Conheço há muito tempo o *Eclesiastes*, mas não me apercebi dessa parte.

O Sr. Luiz Couto - É a continuação.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Talvez eu não tenha citado, porque acho que esse tempo fala também da previsão da morte.

O Sr. Luiz Couto - É isso.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - E todos nós sabemos que ela vem, mas, se eu for falar aqui da morte, eu vou entristecer os amigos que vieram aqui. Mas agradeço muito por esse ensinamento e desejo, sinceramente, que V.Exa. continue o seu trabalho, um trabalho que é produtivo. V.Exa., além de ser trabalhador, é um homem muito lúcido. E tem mais: V.Exa. é um homem da Paraíba. Não sei se nascido.

O Sr. Luiz Couto - Nasci lá.



O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Nascido lá. E a Paraíba e Pernambuco são irmãos gêmeos. São os dois Estados mais parecidos em tudo.

Então, eu quero desejar não só que a sua caminhada seja produtiva daqui em diante, que continue, mas também que a Paraíba cresça e se afirme, porque ela tem também uma presença importante na história republicana deste País.

Muito obrigado.

Agora, com a autorização do nosso Deputado Inocêncio, porque ele já tinha pedido antes, vou dar a palavra ao baiano que já conheci nesta Casa mais pernambucano, o Deputado Aleluia.

O Sr. José Carlos Aleluia - Primeiro, o Presidente Inocêncio, por todos os motivos.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Com muita honra, ouço o aparte do prezado Deputado Inocêncio Oliveira.

O Sr. Inocêncio Oliveira - Nobre Deputado Roberto Magalhães, tenho uma ligação muita estreita com V.Exa. Em primeiro lugar, a senhora sua mãe, Dona Rosa Magalhães, conhecida por Santa Magalhães, é de minha terra natal, Serra Talhada, como seu tio, Agamenon Magalhães, que também é parente de nosso querido Armando Monteiro Neto. Armando é filho de uma filha, é neto de nosso querido Agamenon Sérgio Magalhães, um dos melhores homens públicos deste País, ex-Governador de Pernambuco. Minha convivência com V.Exa. é muito mais efetiva. Acompanhei a vida pública de V.Exa. desde a origem. Posso falar da grandeza com que V.Exa. se houve em todos os cargos, a honestidade, a seriedade, o espírito público, a competência. V.Exa. foi, sem sombra de dúvidas, um dos melhores Governadores de Pernambuco, sem qualquer favor. V.Exa. fez um projeto,



Mandacaru, que destinou recursos às Prefeituras para a realização das chamadas pequenas e grandes obras — um matadouro, uma escola, uma unidade de saúde, uma pequena obra —, mas que tinha um efeito muito positivo na formação da infraestrutura nos Municípios de Pernambuco. Só em nossa terra natal, Serra Talhada, V.Exa. construiu duas obras imortais: o aeroporto, que ainda é o mesmo, Santa Magalhães, em homenagem à mãe de V.Exa.; e a estrada ligando Serra Talhada a Floresta, uma região muito pobre. E V.Exa. determinou 90 quilômetros de uma estrada, que também, hoje, existe. V.Exa. determinou que se fizessem todos os açudes e barragens, e não mais aquelas passagens de água. Ali se desenvolveu uma pecuária de pequeno porte, de caprinos e ovinos, a maior do Estado de Pernambuco. Serra Talhada, hoje, tem o maior plantel de caprinos do Estado de Pernambuco; Floresta tem o segundo — Serra Talhada tem 250 mil cabeças, Floresta, 220 mil. E há dezenas de outras obras. Vou citar só essas duas que V.Exa. fez. Mas V.Exa. tem uma passagem marcante na história do Brasil, o País já lhe está fazendo justiça e vai fazer muito mais. Quando da construção do PFL, a partir do antigo PDS, V.Exa. foi o primeiro Governador do Nordeste a dizer que não votaria no candidato do PDS, mas em Tancredo Neves, no Colégio Eleitoral. Foi o primeiro Estado que fez a representação de seis delegados para votar aqui em Tancredo Neves. Então quero prestar essa justa homenagem a V.Exa. Pernambuco vai perder um grande homem público. Tenho por V.Exa. um carinho especial. Queria estender isso à sua digníssima esposa, Dra. Jane, que tem uma participação importante na vida de V.Exa., aos seus filhos — um grande advogado, um grande médico e uma engenheira. V.Exa. tem uma família já crescida e bem encaminhada na vida. V.Exa. é um grande vitorioso. Vitorioso na vida particular, pois é um grande advogado



comercial, um dos melhores do Estado, com uma das maiores bancas comerciais do Estado, e também um grande vitorioso na vida pública. Minhas homenagens, Deputado Roberto Magalhães, porque homens públicos como V.Exa. é difícil encontrar neste País. A gente encontra, mas é preciso procurar muito. V.Exa. engrandece qualquer cargo que ocupa na vida pública. Meu abraço fraternal e minha homenagem perene, daquele que lhe considerou sempre amigo e o considerará até o fim de seus dias. Um abraço fraternal. Que Deus nos ajude e nos inspire!

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Meu caro Deputado Inocêncio Oliveira, eu queria lhe fazer uma pergunta. V.Exa. se lembra de, quando Governador, eu lhe telefonei, num fim de tarde, pedindo a sua opinião, porque eu tinha ligado Floresta a Serra Talhada? E havia uma série de pleitos para continuar. Lembra da resposta de V.Exa.?

O Sr. Inocêncio Oliveira - A estrada ligando todo o Pajeú, Serra Talhada. Numa noite, às 22h, V.Exa. ligou para o Secretário José Múcio.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Aquele telefonema me fez construir uma das mais importantes obras de Pernambuco. Uni todo o Pajeú, desde o Baixo Pajeú, em Floresta, até aquele Município em que V.Exa. dominava todos os eleitores na fronteira com a Paraíba.

O Sr. Inocêncio Oliveira - De Serra Talhada até Teixeira, no Estado da Paraíba.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Então eu quero agradecer a nossa amizade. Em mais de 30 de amizade, nunca tivemos nenhum problema.



O Sr. Inocêncio Oliveira - Deputado Roberto Magalhães, esqueci-me de citar uma obra da qual V.Exa. foi pioneiro, a adutora do Salgueiro, a primeira adutora que tirou água do São Francisco para levar a vários Municípios do Sertão Central.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Em Pernambuco, porque Alagoas e Sergipe estão na nossa frente.

O Sr. Inocêncio Oliveira - Em Pernambuco, no Sertão Central, que é um dos mais carentes do precioso líquido. Então V.Exa. foi o pioneiro, um visionário do futuro e hoje tem sua obra consagrada por todos nós.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Muito obrigado.

Dou agora a palavra a esse baiano que tem muito de pernambucano, o Deputado José Carlos Aleluia. Aliás, dois grandes amigos estão próximos, Inocêncio e Aleluia.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Permita-me, Deputado Aleluia, render homenagens ao Deputado Roberto Magalhães, cuja presença muito nos honra, cuja atuação parlamentar e cuja história política muito nos orgulham. S.Exa. tem um compromisso muito forte com as causas populares, com o povo do Nordeste e do Brasil. É uma satisfação enorme ver aqui os amigos que S.Exa. acumulou durante todos esses anos de vida pública e de participação ativa neste Parlamento.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Agradeço muito a V.Exa., Sr. 1º Vice-Presidente, futuro Presidente da Casa.

O Sr. José Carlos Aleluia - Meu companheiro Roberto Magalhães, tive a felicidade de conhecê-lo quando V.Exa. exercia o cargo de Governador de Pernambuco. Eu estava lutando com um problema da engenharia social que foi muito importante para a minha formação política: o reassentamento das famílias que



estavam sendo removidas em razão da construção da Barragem de Itaparica. O Governo de V.Exa. e V.Exa., pessoalmente, me ensinaram muito. O muito que tenho de pernambucano aprendi com V.Exa., e isto me valeu inclusive o título, conferido pela Assembleia Legislativa, por unanimidade, de cidadão pernambucano. De modo que quero discordar de muitos que falaram antes: V.Exa. não está deixando a vida pública, jamais a deixará, porque deixa muitos exemplos. E uma sociedade se valoriza muito quando tem estoque de sabedoria. Espero que não precise a sociedade, o Parlamento, a política brasileira convocá-lo para resolver grandes problemas. Mas V.Exa., no meu partido, o Democratas, é uma grande reserva. Acho inclusive que o partido deveria usar mais V.Exa. Quando fui Vice-Líder de Luís Eduardo, não fazíamos nada sem ouvi-lo. Não tive o privilégio de ter V.Exa. o tempo todo como Deputado no período em que fui Líder, mas sempre procurei ouvi-lo. V.Exa. não deixa esta Casa, porque tudo o que V.Exa. fez aqui permanece. Esta Casa é assim: o Parlamento é rico porque há essas senhoras e esses senhores registrando tudo o que se fala e tudo o que se faz. E os exemplos de V.Exa. poderão ser consultados, e, certamente, serão usados. Eu aprendi muito. Como V.Exa., estou me afastando temporariamente do Parlamento, mas, quem sabe, nós estaremos, os dois, à disposição do Brasil — talvez não disputando eleições, mas estaremos à disposição. O que aprendemos aqui, o que aprendemos na vida está à disposição dos brasileiros, do nosso partido e do nosso País. De modo que V.Exa. pode ter certeza: muito da minha formação política veio do comportamento de V.Exa. no Governo. Passei a ser seu admirador logo que o conheci. Continuo seu admirador. Acho que V.Exa. prestou um grande serviço em momentos difíceis deste Parlamento, quando só homens como V.Exa. poderiam conduzi-lo — V.Exa. foi



chamado para isso. Evidentemente, o País vai saber disso. O País sabe disso. V.Exa. mencionou uma coisa importante: os 16 anos de continuidade foram extremamente importantes para o Brasil. Ontem li uma notícia tão relevante, mas que não foi mencionada por ninguém: o Brasil pode encerrar o ano de 2011 exportando 500 mil barris de petróleo por ano. Quem viveu a crise da década de 70, quem viveu as crises do petróleo sabe muito bem que esta é uma obra coletiva, em que o Congresso Nacional teve uma participação muito grande, seja no Governo Fernando Henrique, seja no Governo Lula. Um abraço para V.Exa. Estaremos juntos. Continuaremos juntos. Muito obrigado.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Agora vamos ouvir um gaúcho.

Havia um paulista ali, que se sentou, e não o vi mais.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Antes de ouvirmos o Deputado Germano Bonow, peço licença ao Deputado Roberto Magalhães — e há mais alguns oradores inscritos para o Grande Expediente —, pela relevância do seu pronunciamento, para comunicar que recebi há pouco ofício encaminhado pelo Presidente Michel Temer à Vice-Presidência da Câmara e, portanto, à Câmara dos Deputados, com a sua renúncia ao cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.

Se V.Exa. permitir, vou passar a palavra ao Deputado Inocêncio Oliveira, 2º Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, para que proceda à leitura deste ofício enviado pelo Presidente Michel Temer.



O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - Passo a ler o seguinte:

"Ofício nº 2.128/10/GP

Brasília, 16 de dezembro de 2010.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Marco Maia

Primeiro-Vice-Presidente da Câmara dos Deputados

*Assunto: **Renúncia ao cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.***

Senhor Primeiro-Vice-Presidente,

No pleito nacional deste ano, tive a honra de ser eleito para o cargo de Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.

Considerando as elevadas atribuições que assumirei perante a sociedade brasileira no primeiro dia do mês de janeiro próximo, apresento minha renúncia ao cargo de Presidente da Câmara dos Deputados, a partir desta data.

Os sucessivos mandatos a mim conferidos pelo povo de São Paulo, assim como os três que me foram conferidos pelos meus Pares da Câmara dos Deputados para sua Presidência, muito significaram minha carreira pública, e a eles me dediquei com toda determinação e esmero.



Meu propósito, agora, é cumprir com o mesmo amor e trabalho a nova missão que recebi do povo do Brasil.

Atenciosamente,

Michel Temer

Presidente”



O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA - A partir deste momento, torna-se Presidente efetivo o Deputado Marco Maia.

Receba o nosso mais efusivo cumprimento pela Presidência efetiva da Câmara dos Deputados. (*Palmas.*)

O SR. FERNANDO CHIARELLI - O primeiro colorado Presidente da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Marco Maia) - Gremista. Aliás, tivemos Ibsen Pinheiro, do Rio Grande do Sul, que era colorado, e agora há um gremista.

Aproveito esta oportunidade para, mais uma vez, ressaltar a honradez e a dedicação do Deputado Michel Temer a esta Casa. S.Exa., sem dúvida nenhuma, sempre teve um compromisso muito forte com esta instituição, a Câmara dos Deputados, sempre esteve voltado a atender a todos os pressupostos legais para que a Casa pudesse cumprir seu papel institucional de legítima representante dos anseios do povo brasileiro.

Tenho certeza de que o Presidente Michel Temer — já o disse ontem, quando aqui esteve, durante o seu pronunciamento —, como Vice-Presidente da República, ao lado da Presidente Dilma Rousseff, saberá dar continuidade a esse processo de fortalecimento das instituições democráticas brasileiras e, principalmente, saberá conectar-se com os anseios e as demandas da sociedade brasileira.

Com estas palavras vão o nosso abraço, o nosso carinho e o nosso compromisso de continuar à frente da Câmara dos Deputados, pelos próximos 45 dias, honrando o mandato e o trabalho realizado pelo Presidente Michel Temer. Queremos dar continuidade àquilo que já vinha sendo feito. Queremos manter o



ritmo, o conteúdo e a forma das ações que vinham sendo conduzidas na Câmara dos Deputados, sob o comando do nosso querido Presidente Michel Temer.

Sinto-me honrado em receber, neste momento, esse compromisso. Tenham certeza de que o compartilharei com todos os Deputados desta Casa, com os homens e mulheres que receberam do povo brasileiro a responsabilidade de aqui representá-los e que saberão, nos próximos dias, conduzir, com muita força e determinação, os destinos do Parlamento brasileiro.

É verdade que temos poucos dias até o encerramento desta Legislatura, mas serão poucos dias de muito trabalho. A Legislatura vai até 30 de janeiro, mas os trabalhos efetivos da Casa vão até o dia 22, quando, à meia-noite, inicia-se o recesso parlamentar. Mas temos muito trabalho até lá. Há medidas provisórias na pauta e todo o Orçamento da União para 2011 a votar. Esperamos que sirvam de instrumento para que a Presidente da República e o Vice-Presidente da República eleitos possam conduzir seu trabalho durante o ano de 2011. Portanto, temos tarefas a cumprir e ações a desenvolver até o próximo dia 22.

Muito obrigado, Deputado Roberto Magalhães, pela sensibilidade de esperar por este momento. Tenha a convicção de que todos nós, volto a dizer, temos muito orgulho em estar a seu lado, em ser seu colega, em ver a sua brilhante atuação, todos esses anos, enquanto Deputado desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Sr. Presidente, diante das palavras de V.Exa. a respeito do Deputado Michel Temer, quero dizer que S.Exa. foi um grande Presidente desta Casa. O momento mais alto que atingiu foi quando, como jurista, político arguto e homem de espírito público, abriu caminho para que nas sessões



extraordinárias não houvesse trancamento de pauta pela não votação de medidas provisórias. Com isso, declarou a independência, ainda que não absoluta, desta Casa.

Peço ao Deputado Germano Bonow que aguarde mais uns minutos, que já encerro e lhe concedo o aparte.

Sr. Presidente, tenho a consciência de que já ocupei muito espaço. Falei em Tancredo, falei na nossa luta, falei na minha proposta de emenda à Constituição e de minha luta de já algum tempo em prol do voto distrital misto. Fiz referência também a um projeto de lei que procura limitar as ações dos titulares do Poder Executivo nas esferas federal, estadual e municipal, para evitar uma luta desigual entre os partidos e entre os candidatos, com o poder alcançando-se muito acima das prerrogativas da própria democracia no que diz respeito à dinâmica eleitoral.

Encerro citando Afonso Arinos, que tanto admirei, quando se despediu do Congresso Nacional:

“Sou um homem que parte, sou um homem que vai partir. Aqui, neste recinto, tomado não na sua significação material de sala, de ambiente concreto, mas na sua significação simbólica de local por excelência da vida brasileira, aqui, neste recinto, nos seus dois ramos, transcorreram, na sua maior parte, os últimos vinte anos de minha existência. (...).”

E prossegue Afonso Arinos:

“Daqui, sigo certo de que fui participante de momentos em que, à minha vista, se despetalaram horas



de grandeza e de drama, mas com a confiança de que esta instituição prosseguirá no papel que sempre teve, de testemunha da nossa dimensão histórica, da nossa dimensão nacional."

É com igual sentimento de valorização do Parlamento, como instituição fiadora da democracia, que acredito em mecanismos que continuem seu aperfeiçoamento, para cada vez mais situá-lo como instância representativa dos mais legítimos interesses da sociedade brasileira.

Nesta Casa, fiz amigos e tive amigos em diferentes partidos, sobretudo no Democratas. Quero agradecer a todos a presença e os apartes e dizer estas poucas palavras para expressar a alegria de tê-los como amigos: não vou esquecê-los.

Agora, se me permite o Presidente, vou ouvir os últimos apartes.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que decida quem terá primeiro a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Como ainda há muitos Deputados inscritos para falar na sessão, aí incluídos alguns Líderes, e como ainda não concluímos o Grande Expediente, peço aos aparteantes de nosso companheiro Roberto Magalhães que se mantenham no prazo de 1 minuto.

Comecemos pelo Deputado Germano Bonow.

O Sr. Germano Bonow - Obrigado, Presidente. Tive o prazer de conhecer pessoalmente o Deputado Roberto Magalhães durante a campanha para Prefeito de Porto Alegre, em 2000. Candidato ao cargo, procurei a direção do partido e pedi referências sobre os Municípios que eu poderia visitar, os Prefeitos que eu poderia conhecer, as gestões que eu poderia examinar. Foi então que me falaram do trabalho de S.Exa. como Prefeito de Recife. Conheci o Centro Histórico da cidade,



conheci as obras que S.Exa. lá fez, e assim, aos poucos, fui conhecendo o político Roberto Magalhães, que foi Governador, Prefeito e que hoje conclui sua passagem por este Parlamento. No meu entender, o mais importante é, depois dessa longa trajetória, sair desta Casa de cabeça erguida, apto a enfrentar as ruas e o dia a dia como alguém que cumpriu suas obrigações com a Pátria. A sua satisfação por descer dessa tribuna e voltar para sua cidade de Recife com a consciência tranquila é algo que não tem preço. Parabéns ao Dr. Roberto! Parabéns a esta Casa por ter Parlamentares do porte de S.Exa!

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Muito obrigado, Bonow. Ficarei sempre com sua imagem de Deputado tranquilo, meio caladão, mas cheio de valor e sempre pronto a servir o seu partido.

Agora meu caro conterrâneo Maurício Rands, que, embora do PT, portanto meu adversário em minha cidade e em meu Estado, é aqui um grande amigo — é lição desta Casa que amizades não dependem necessariamente dos partidos, mas da afinidade entre as pessoas, motivo pelo qual fiz questão de dizer que fiz amizades em diversos partidos. Ouço S.Exa. com muita atenção.

O Sr. Maurício Rands - E de fato, Deputado Roberto Magalhães, V.Exa. tem muitas amizades no Partido dos Trabalhadores. Quando aqui cheguei, Deputado novo, fui pedir seus conselhos, sua orientação, para que eu tivesse um bom desempenho Parlamentar. Muito me orgulhava ser seu colega aqui no plenário e também na Comissão de Constituição e Justiça, onde trabalhamos muito tempo juntos pelo aperfeiçoamento de nossas instituições. V.Exa. é um desses políticos que permanecem políticos para sempre, por serem paradigma de honradez, espírito público e compromisso com sua região. Lembro-me da sessão solene que



requeremos juntos para celebrar os 183 anos da Faculdade de Direito do Recife, onde foram criados alguns dos primeiros cursos de Direito do Brasil. Ambos éramos professores da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco e tivemos a honra de realizar a sessão solene. V.Exa., voluntariamente, preferiu não se candidatar a Deputado Federal, mas, se o tivesse feito, certamente o povo de Pernambuco mais uma vez o teria enviado a esta Casa. Seja como for, V.Exa. vai continuar como advogado, como escritor, vai continuar como político com pé maiúsculo, vocacionado para o interesse público. Muito obrigado por toda a contribuição que V.Exa. deu à representação de nosso Estado e muito obrigado pela amizade com a qual me brindou. Parabéns pelo excelente mandato que V.Exa. está concluindo.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Muito obrigado, Maurício. Sabemos que nossa amizade é recíproca. Há pouco tempo V.Exa. me dizia que não deveríamos nos afastar. E certamente não vamos nos afastar, porque estaremos sempre tratando de assuntos semelhantes, o interesse público, sobretudo de Recife e de Pernambuco. Portanto, para nós não é o caso de despedida, mas apenas de um até logo.

Creio que agora só falta o Rio Grande do Sul, digo, São Paulo.

O Sr. Fernando Chiarelli - Está faltando um paulista.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Que é Fernando Chiarelli.

Deputado Alceni Guerra, também V.Exa. deseja um aparte? Perdão, mas eu não sabia...

O Sr. Fernando Chiarelli - Que fale então primeiro o Ministro, por favor.

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Um aparte ao Ministro.



O Sr. Alceni Guerra - Caríssimo Deputado Roberto Magalhães, já que V.Exa. acabou de estadualizar os apartes, eu assumo o aparte do Paraná, com muito orgulho, e digo que nós paranaenses consideramos V.Exa. não um homem de Pernambuco, mas uma figura nacional, com a grandeza dos grandes políticos que já passaram por este País. V.Exa. sempre nos ensinou muito, sempre esteve ao nosso lado em lutas importantes, como aquela de Tancredo Neves. Em nome do povo do Paraná, agradeço a V.Exa. sua excelente passagem pela vida pública, que a todos nós orgulta. Parabéns, Deputado Roberto Magalhães!

O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Agradeço muito e desejo muitas felicidades a V.Exa. e ao povo da cidade de Pato Branco.

Aproveito o ensejo para dizer que conheci o Senador Richa, pai do atual Governador. Foi um paranaense que sempre admirei e de quem tornei-me amigo; uma grande figura humana.

Ouço o Deputado Fernando Chiarelli, que encerrará a série de apartes.

O Sr. Fernando Chiarelli - O que é uma honra para este Deputado. Deputado Roberto Magalhães, V.Exa. é da terra dos Guararapes, onde nasceu nosso Brasil livre; V.Exa. é herdeiro direto da mais bonita bandeira do mundo, a bandeira do arco-íris; V.Exa. é também herdeiro direto da maior administração que o Brasil já viu, a de Maurício de Nassau, em Olinda. V.Exa., como o grande poeta paulista Lêdo Ivo, fala cantando, como, em geral, todos os nordestinos. Neste Parlamento, vi que Lêdo Ivo tinha razão. A grandeza filosófica e literária de João Cabral, a grandeza de tantos homens de Pernambuco estão hoje representadas, ao vivo e a cores, por V.Exa. Com muita honra fui o último a prestar homenagem a tão grande brasileiro.



O SR. ROBERTO MAGALHÃES - Mas há quem diga, Deputado Fernando Chiarelli, que os últimos serão os primeiros. Se não for verdade, é um consolo. Muito obrigado a V.Exa.

Sr. Presidente, por fim, quero fazer um agradecimento a minha família, sobretudo a minha mulher, muito forte, muito inteligente e muito solidária, companheira de todas as lutas; aos meus filhos e às minhas filhas, na verdade, a minha grande obra, maior que qualquer adutora.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Durante o discurso do Sr. Roberto Magalhães, assumem sucessivamente a presidência o Sr. Marco Maia, Presidente, e o Sr. Luiz Couto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Alceni Guerra, para uma Comunicação de Liderança, pelo Democratas.

O SR. ALCENI GUERRA (DEM-PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Luiz Couto, Sras. e Srs. Deputados, esta tribuna, à esquerda da Mesa Diretora e à direita do plenário, é um lugar de extrema sorte para mim: momentos culminantes, momentos importantes da minha vida, eu os vivi nesta tribuna.

Hoje, a sorte me contempla novamente, como me contemplou ao inspirar-me a fazer desta mesma tribuna um discurso muito bom, emocionando o Plenário e levando às lágrimas até o atual Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que confessou, em novembro de 2009, ter sido aquele seu momento mais emocionante nesta Casa: aprovava, como pediatra, a licença-paternidade, com um grito de pediatra.

Hoje volto a esta tribuna com muita sorte, ao encerrar o trabalho da Frente Parlamentar contra o Crack de maneira abençoada por Deus. O partido, o Deputado Germano Bonow e eu pedimos, junto com o Deputado Vieira da Cunha, Presidente da Comissão de Seguridade Social e Família, que esta Casa constituísse uma Comissão Externa para estudar o *crack*. Apoiado pelo Plenário, o Presidente Michel Temer a constituiu, e nós nos dedicamos nos últimos meses a estudar essa tragédia nacional.

Hoje, última vez que ocupo esta tribuna, posso dizer que o relatório apresentado ontem pelo Relator Germano Bonow é a essência do trabalho da Frente Parlamentar contra o Crack. Nele constam alguns ensinamentos básicos para combater o *crack*, a nova tragédia que acomete o mundo. O *crack* destruirá nossa civilização se não fizermos algo forte e compatível com a gravidade do problema.



Aprendemos que em todo o mundo, em todos os países que visitamos, são duas as frentes de combate: a diminuição da oferta e a diminuição da demanda. A diminuição da oferta, a cargo das forças de segurança, está destinada ao fracasso em todos os países. O mais rico deles, os Estados Unidos, gasta bilhões e bilhões de dólares por ano para evitar o tráfico de drogas, e não consegue. Os traficantes, cada vez mais sofisticados e argutos, vendem cada vez mais. A diminuição da demanda, sim, é possível, por meio da reabilitação e da prevenção nas escolas e nas famílias.

Ontem, o principal editorial de *O Estado de S.Paulo* criticava o País, o Estado brasileiro, tachando-o de ineficiente no combate ao *crack*. De fato, estamos sendo ineficientes, pois já passamos da marca de 1 milhão de usuários e caminhamos para um novo governo sem uma política renovada em relação ao *crack*.

É possível estancar o *crack*? É possível. Em primeiro lugar, como médico e cidadão, devo pedir apoio a V.Exas. para que a reabilitação desse 1 milhão de usuários de *crack* ocorra. Se não o fizermos, perderemos todos, vítimas de morte prematura, geralmente pela violência das ruas, quando não pela violência do ataque ao pulmão, ao cérebro, ao organismo como um todo.

É preciso, Sr. Presidente, promover mudanças profundas em todo o sistema de combate à tragédia chamada *crack*.

Por fim, apelo a V.Exa., Presidente Luiz Couto, sensível a este assunto, que se encarregue para que o relatório do Deputado Germano Bonow, da nossa Comissão Externa, seja uma arma efetiva da Câmara dos Deputados no combate ao *crack*, essa tragédia nacional.



Assim, despeço-me desta tribuna com a sorte que Deus me deu, propondo algo de efetivo e sério, que, espero, seja levado à frente pela Câmara dos Deputados, para minorarmos o uso exagerado do *crack*, substância mortalmente danosa que existe no Brasil.

Sr. Presidente, peço que a Casa adote o relatório da Comissão Externa, da qual participei, como relatório final da Frente Parlamentar contra o Crack. Espero que esta Casa indique que providências o Poder Executivo deve tomar para que o combate seja realmente efetivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Muito obrigado, Deputado Alceni Guerra. Parabenizo V.Exa. pelo pronunciamento e reitero que continuaremos a guerra contra o tráfico, o *crack*, as injustiças e as iniquidades.

Tenha certeza de que V.Exa. sempre se colocou como um combatente, alguém que, apesar de pertencer a um partido de oposição, sempre apresentou propostas ao Governo. Esse relatório será muito importante para definirmos o eixo de enfrentamento do *crack*, diferentemente das estratégias hoje implementadas, que se mostram ineficazes no combate efetivo ao *crack*. Ao contrário, têm até ajudado a aumentar o uso dessa droga.

Esteja certo de que ficamos tristes com a saída de V.Exa. desta Casa. Mas sabemos que continuará servindo ao Brasil na luta contra o *crack*, que está dizimando nossa juventude.

Hoje, esposas de policiais nos dizem que o *crack* está entrando também na corporação militar, o que é muito triste. Temos de dar um basta a essa situação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 228.4.53.O
Data: 16/12/2010

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176

Parabéns a V.Exa.!

O SR. ALCENI GUERRA - Muito obrigado, Deputado Luiz Couto.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Concedo a palavra ao Deputado Carlos Abicalil, grande companheiro do Estado de Mato Grosso. S.Exa. dispõe do tempo regimental.

O SR. CARLOS ABICALIL (PT-MT. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, caro Presidente Luiz Couto, pela generosidade no atributo de grande, provavelmente em referência à minha estatura física. Sinto-me imerecedor desse título.

Amigos e amigas, colegas desta 53^a Legislatura, hoje tivemos uma sessão recheada de patrimônios importantes, do ponto de vista de contribuição política à vida dos brasileiros e brasileiras de diferentes matizes, mas igualmente dignos do registro da relevância e do funcionamento regular do Parlamento.

Estamos chegando ao fim desta 53^a Legislatura, e eu me inscrevo entre aqueles que se despedem desta Casa, no que respeita ao exercício da função parlamentar, fazendo memória de que a forma de atuar no Parlamento brasileiro não é estritamente delegada aos Parlamentares, em face da tradição desta Casa de realizar audiências públicas; milhares foram realizadas desde o período da Constituinte, ocasião em que representações da sociedade civil também contribuíram para o enriquecimento do debate sobre grandes temas nacionais e para o amadurecimento, que seguramente virá com a reforma política, da chamada democracia direta, que provavelmente dará oportunidade de muitos outros encontros, entre nós, aqueles que estão em mandato, e aqueles que estivermos na representação da sociedade civil brasileira.

Completamos 8 anos de mandato, eleito pelo povo brasileiro, pelo povo de Mato Grosso, pautando-nos, como linha de conduta e referência principal, pela



lealdade, honradez, transparência, zelo público, ética na política, compromisso partidário e popular, respeito à tolerância e à diversidade como valores de convivência humana.

Meu caro Presidente, ao longo dos últimos 4 anos desta Legislatura, apresentei 98 proposições, 50 relatorias com deliberação em Comissões ou neste plenário, 113 discursos, dezenas de audiências públicas, palestras, conferências, etc.

Em 2010, ano de eleições, completei 155 percursos de viagens por todas as regiões de Mato Grosso, com roteiros de atividades diversas, atuando numa aliança eleitoral que saiu vitoriosa naquele Estado, em sintonia com a também vitoriosa campanha em âmbito nacional.

Representei nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, com a candidatura ao Senado, na coligação em que estiveram à frente o PMDB, o PT, o PR, o PP e outros 7 partidos políticos. Vitorioso, obtivemos votos para chegar ao Senado Federal em 101 dos 141 Municípios de Mato Grosso. Entretanto, não nos foi possível alcançar a segunda vaga. Na primeira eleição que me trouxe aqui, fui portador de 118 mil votos nominais; na segunda eleição, fui recordista histórico na trajetória de Mato Grosso, com 128 mil votos. Era, àquela altura, o décimo mais votado proporcionalmente do País; e, agora, nessa última campanha, recebi 533 mil votos para a vaga de Senador da República.

Em todas essas eleições, meus caros amigos, recebi votos nos 141 Municípios do Estado de Mato Grosso.

Fiz, para nossa felicidade, aquilo que alguns contemplam no seu vocabulário: o sucessor, que chegará a esta Casa na vaga do Partido dos Trabalhadores.



Trata-se do Deputado Estadual, ex-Secretário de Educação e ex-Prefeito por duas vezes do Município de Juína, companheiro Saguas Moraes. Nossa coligação traz para cá 7 dos 8 Deputados Federais, 1 dos 2 Senadores e 17 dos 24 Deputados Estaduais eleitos nessa aliança, que estarão sendo diplomados exatamente na noite de hoje. Então, aproveito esta oportunidade para cumprimentá-los, uma vez que nosso dever de ofício não nos permite estar lá.

Nesses 8 anos de mandato, além de prestar contribuição em uma área temática importante para o aperfeiçoamento da legislação brasileira, como é a das políticas públicas de inclusão social, educação e cultura, minha área de tradição, inclusive de militância partidária do movimento social, tive a oportunidade de auxiliar, com recursos, a construção de creches, programa de saúde da família, centros de referência de assistência social, asfalto, drenagem, praças, estações digitais, agências do INSS, escolas urbanas e de campos indígenas, ônibus do caminho da escola, 6 *campi* do Instituto Federal de Mato Grosso, apoio a todos os *campi* da Universidade Federal de Mato Grosso e da Universidade Estadual de Mato Grosso, dezenas de Pontos de Cultura, recuperação do Patrimônio Histórico Nacional, instituições de direitos humanos e de defesa de direitos apoiadas por iniciativas nossas. Contribuímos ainda com o trabalho da Delegacia Regional do Trabalho e Emprego, notadamente no combate ao trabalho escravo e à exploração do trabalho infantil, com o Ministério Público do Trabalho, com vistas à construção da sede das Varas Federais, a própria consolidação de unidades do nosso Tribunal Regional Eleitoral, da Polícia Rodoviária Federal e da Caixa Econômica Federal.

Muitos temas relevantes, entretanto, remanescem para a próxima legislatura como sendo pauta permanente no exercício do aperfeiçoamento político e



democrático brasileiro. Mas quero chamar a atenção, em particular, para alguns temas que alcançaram quase a sua conclusão de tramitação nas Comissões, mas que ainda precisam prosseguir, entre eles o projeto das Diretrizes Nacionais de Carreira, o do piso salarial profissional nacional dos profissionais da educação, e a proposta de Lei de Responsabilidade Educacional, reforçada ontem por iniciativa do Presidente Lula, na mensagem que encaminha a este Congresso e que receberá aqui a contribuição dos projetos em tramitação.

Concedo um aparte ao Deputado Mauro Benevides.

O Sr. Mauro Benevides - Nobre Deputado Carlos Abicalil, no momento em que V.Exa. faz uma retrospectiva da proficiente atuação que teve nesta Casa, merecendo, por isso, o respeito e a admiração dos seus pares, eu me obrigo a oferecer também o meu testemunho de que foi uma atuação proficiente, destacada e, embora V.Exa., pela sua cultura polimorfa, tenha atuado sob diversas angulações neste plenário e, sobretudo, nas Comissões, inegavelmente foi o setor educacional aquele que, de forma primordial, esteve presente na sua atuação, na nossa Comissão de Educação, enfim, neste plenário, comprovando, portanto, que a sua grande preocupação se direciona exatamente para esse item nevrálgico de qualquer governo na realização das suas políticas públicas. E eu me permito lembrar que, quando o Presidente Lula enviou a esta Casa um dos mais ousados projetos da atual administração, a criação da Universidade de Língua Portuguesa — UNILAB, que estará em meu Estado, em Redenção, V.Exa. se posicionou, desde o primeiro momento, com a sua autoridade de mestre dessa área. V.Exa., embora pertencendo ao Mato Grosso, fez chegar ao Ceará a manifestação do seu apoio entusiástico e decidido. Por isso, eu não me permitiria manter-me ausente desta Casa no momento



em que V.Exa. apresenta a sua despedida. E o faço absolutamente tranquilo de que a atuação de V.Exa. na vida pública do seu Estado ou no desempenho de qualquer outra função em nível federal terá realmente essa mesma característica dinâmica e competente. Sem dúvida, foram características primordiais da sua atuação o dinamismo e a competência que se casaram para formar, na personalidade de V.Exa., o grande Parlamentar que neste momento pontifica na tribuna da Casa. Cumprimento V.Exa.

O SR. CARLOS ABICALIL - Agradeço muito a generosidade de V.Exa., o que, seguramente, é para mim estímulo para as novas tarefas que eu vier a assumir em nome do povo brasileiro ou mesmo no exercício de profissional da educação pública de Mato Grosso, que é o que eu tenho como carreira permanente.

Nesse período de 8 anos, 49 leis modificaram a regulação da educação nacional. Com relação a todas elas, meu caro Presidente, nobres pares, tive preocupação e participação incisiva no sentido de fazê-las prosperar para o bem da reorganização do sistema educacional brasileiro. Foram duas emendas constitucionais incorporando sete proposições de minha autoria: as Emendas nºs 53 e 59, ambas de profundo alcance na ampliação de direitos de acesso à população brasileira aos mais diferentes e elevados níveis de educação, ao mesmo tempo em que se ampliam as responsabilidades públicas com a participação da União, dos Estados e Municípios.

Creio que ainda remanesce, de maneira importante, a regulação do art. 23 da Constituição Federal, o que exige leis complementares às atribuições que são concorrentes entre a União, os Estados e os Municípios, assunto sobre o qual creio que o próximo Congresso, na análise do Plano Nacional de Educação,



necessariamente se debruçará, respondendo a essa demanda e a essa lacuna da legislação brasileira.

Quero comemorar a edição de ontem da portaria do MEC que legitima o Fórum Nacional de Educação, reivindicação da sociedade civil organizada que data desde o período Constituinte, notadamente pelas inúmeras organizações vocacionadas à educação nas suas mais diferentes vertentes.

A configuração do projeto de lei inicia a tramitação aqui, hoje, da conferência nacional e das conferências estaduais como partes orgânicas do debate educacional brasileiro e da formulação de políticas públicas, restando, entretanto, a regulação de um sistema nacional reivindicado, desde o início do século passado, pelos pioneiros dos anos 1930.

Tenho muita alegria de ter sido aqui proponente da emenda que institucionalizou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária em lei, fortalecendo, portanto, o desenvolvimento da agricultura familiar, a inclusão de milhões de brasileiros sediados no campo, pequenos produtores e suas famílias, criando oportunidades de participação em educação, cultura e melhores condições produtivas. Atuei em prol do Programa Nacional de Alimentação Escolar, obrigando haver aquisição da agricultura familiar, importante circulação de riqueza dentro de cada uma das localidades, e fortalecimento da economia local como política pública, bem como a regulação da nova filantropia, da possibilidade de instituir aos Municípios que serão sede da Copa de 2014 acesso a créditos do BNDES, para fazerem frente ao legado social que deverão deixar os eventos da Copa do Mundo, que honrará os compromissos da matriz de responsabilidades com mobilidade urbana e equipamentos sociais.



Trabalhei em favor do Hospital Universitário Júlio Müller, incluído no Plano Plurianual, e, agora, demandado na sua etapa de licitação e de construção e incluído na pauta de responsabilidade de Mato Grosso para sediar, em Cuiabá, a Copa de 2014.

Estive nas políticas de juventude e de cultura; na atenção, no apoio e na defesa dos povos indígenas e das populações tradicionais; na defesa da reserva de vagas nas instituições federais de ensino, especialmente para alunos oriundos de escola pública e para as minorias étnicas, assunto que há dois anos remanesce sem decisão no Senado da República.

Participei da propugnação, ao lado de V.Exa., Deputado Luiz Couto, pelos direitos de cidadania daqueles que, por orientação sexual, estão compondo um movimento legítimo de gays, lésbicas, bissexuais e travestis.

Lutei pela paz no mundo e, notadamente, pela nossa aliança com a causa palestina. Apoiamos a instituição da SUDAM e SUDECO, o fortalecimento das microempresas individuais, o crédito cooperativo, a mídia regional e a radiodifusão comunitária.

Seguramente, meu caro Presidente, ao longo desses 8 anos nós cometemos equívocos. Mas, provavelmente todos eles têm suas razões conhecidas e merecem da minha parte as mais decididas e humildes desculpas.

Quero aqui fazer um agradecimento público, Sr. Presidente, pelas oportunidades que tivemos ao longo desses quase 8 anos. Agradeço, em primeiro lugar, aos meus familiares e amigos, especialmente a minha mãe, D. Hortença Gomes Abicalil, que me deu a oportunidade de carregar no nome de meu pai, João



Baptista Abicalil, aquilo que é a nossa principal herança: a honradez, a decência e a dignidade.

Quero agradecer à bancada do Estado do Mato Grosso, que me deu a oportunidade, por 3 anos consecutivos, de ser o seu coordenador, fato inédito na história da bancada de 8 Deputados e 3 Senadores, e à bancada do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, com a qual convivi ao longo desses anos, com intenso compromisso de coordenação política, ocasião em que fui Vice-Líder, Presidente e Relator, em nome do nosso partido.

Agradeço também às assessorias e às consultorias temáticas da Câmara dos Deputados, das Comissões de que participei e do nosso Partido dos Trabalhadores, como também àqueles e àquelas, Deputado Fernando Ferro, que puderam comigo formar as equipes de gabinete tanto aqui na sede do Congresso Nacional, Anexo IV, como em Cuiabá e no interior do Estado, em prol da construção histórica e da participação deste gabinete.

Quero agradecer ainda a Prefeitos, Vereadores, lideranças de movimentos sociais e populares, Secretários e Secretárias Municipais, milhares de apoiadores e apoiadoras anônimas, Vice-Líder do PT, Coordenador da bancada de Mato Grosso, Coordenador do Núcleo de Educação e Cultura do nosso partido, Coordenador da Comissão Nacional de Assuntos Educacionais, Presidente do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores, Coordenador da Conferência Nacional de Educação cujo produto chega a esta Casa na forma do novo Plano Nacional de Educação e Vice-Líder do Presidente Lula no Congresso Nacional. Todas essas tarefas foram exercidas por mim com a máxima dedicação e esforço para fazer com que essa



representação pudesse expressar, na formulação de políticas públicas, a garantia de mais direitos para o nosso povo.

Pois não, meu caro Líder e grande amigo Fernando Ferro.

O Sr. Fernando Ferro - Deputado Carlos Abicalil, quero aproveitar esta oportunidade da fala de V.Exa., primeiro, para manifestar na condição de Líder, de colega e parceiro de caminhada na bancada do Partido dos Trabalhadores, a nossa admiração e o nosso reconhecimento pelo trabalho que V.Exa. presta nesta Casa, pelo seu compromisso com a verdade, com o rigor da ação parlamentar, pela qualificação da sua ação parlamentar e pelo conhecimento e talento que empresta à nossa bancada e ao Partido dos Trabalhadores no exercício deste mandato. Sei que V.Exa., por um tempo, não estará entre nós nesta Câmara, na lides da vida parlamentar. Mas vai voltar — não tenho dúvida disso; e continuará sua militância, seu envolvimento com a qualidade da educação, com a preocupação com os direitos humanos, com a luta por um desenvolvimento sustentável. V.Exa. sempre se manifestou e atuou na vida parlamentar. E para nós, da bancada, esta é a perda momentânea de um companheiro. Quero dizer que, neste momento, tenho o sentimento de perda momentânea. Mas, como V.Exa. é um militante da luta política, do compromisso com uma outra sociedade, com um outro mundo, e que não vai parar, sei que teremos, em outras fronteiras, a sua participação. Mas quero registrar, na condição de Líder da bancada, o testemunho da sua atuação como brilhante Parlamentar desta bancada e um grande companheiro que nos orgulha. Tenho profunda admiração pelo seu trabalho. Aprendi a admirá-lo no exercício das suas atividades conosco e na convivência fraterna, amiga, companheira e pela competência que V.Exa. demonstra e a forma como administra as preocupações no



exercício do seu mandato. Então, nós, do Partido dos Trabalhadores, registramos a nossa admiração, deixamos o nosso fraterno abraço de companheiro e afirmamos a certeza de que estaremos juntos nas lutas que nos trouxeram ao PT, que fizeram com que fundássemos esse partido, constituíssemos essa ação política e esse projeto coletivo que hoje conduz o País. E V.Exa., sem sombra de dúvida, foi um dos contribuintes, um dos fundadores e um dos que produziu e produz para que isso aconteça. Então, nossos parabéns, nossa admiração e nosso respeito! Espero que a nossa fraterna amizade continue cada vez mais firme em razão da pessoa humana que V.Exa. é e do Parlamentar que V.Exa. representa. Um grande abraço, e até breve!

O SR. CARLOS ABICALIL - Agradeço-lhe muito, meu caro Líder, e por isso entendo a generosidade da sua expressão e de seu testemunho como uma convocatória, à qual, prontamente, na condição de seu liderado, responderei afirmativamente em todos os momentos que assim a luta política exigir. De modo que essa trajetória de construção do nosso partido, do seu vínculo com causas e movimentos sociais, é, seguramente, um imperativo categórico que supera os tempos de mandato e nos coloca sempre nas trincheiras de avançar sobre o amanhã.

Portanto, continuando o meu discurso, além dos agradecimentos que faço internamente ao nosso corpo legislativo e aos movimentos sociais, quero também agradecer enormemente ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela oportunidade de ser seu parceiro na condução das mudanças que o Brasil vive e viveu, assim como a todo seu corpo de Ministros e Ministras e aos dirigentes de órgãos com os



quais pude lidar ao longo deste período em defesa dos interesses do povo brasileiro e do desenvolvimento sustentável e humano do meu País.

Esse tempo, meu caro Deputado Luiz Couto, foi um tempo de aprendizado, e, portanto, muito fecundo do ponto de vista da filosofia existencialista. O diálogo com as diferenças pautou, todo o tempo, a tensão que é pertinente nos momentos de disputa nesta Casa, sempre buscando-se o equilíbrio e o ponto de acordo que avançasse em posições predispostas ou em pré-concepções daquilo que deveria ser o acerto das políticas públicas.

Quero reiterar aqui também meu compromisso com o Governador eleito Silval Barbosa, do PMDB, do Estado de Mato Grosso, compromissos que assumimos conjuntamente ao longo da campanha e com os quais respondo solidariamente pelo resultado que lhe conferiu a reeleição pelos próximos 4 anos.

Assim também a nossa Presidente, Dilma Rousseff, com quem pude encontrar-me, em duas ocasiões depois das eleições, para dizer que o mesmo compromisso firmado durante a campanha prosseguirá nas tarefas da sociedade civil ou do corpo de Estado que estiver sob minha incumbência.

Quero levar os meus cumprimentos ao Presidente já de fato e de direito da nossa Casa, Marco Maia, indicação do nosso Partido para a Presidência da Câmara no primeiro biênio da legislatura que se inicia, assim como ao Líder da próxima bancada no primeiro ano, Deputado Paulo Teixeira, desejando-lhe que a abertura da nova legislatura confirme toda a trajetória realizada ao longo desse tempo.

Deixo aqui também meu agradecimento e meu reconhecimento a todos os Líderes de Partido da base do Governo e da Oposição com os quais, em diversas matérias, tivemos de lidar.



Tenho certeza de que a convicção que me faz militar ao longo desse tempo no Partido dos Trabalhadores se fincou em duas premissas: a da liberdade de opinião e a da unidade de ação. Esses dois pilares fundamentais, além dos vínculos com as causas do povo brasileiro, fazem com que, com disciplina partidária e ética orientada à valorização do programa do partido, tenhamos a correção de rumos tão indispensáveis para firmar cada vez mais os objetivos que nos desafiam neste próximo período.

Meu caro Luiz Couto, que além de Deputado Federal é sacerdote — e, por isso mesmo, muitas vezes trocamos as bênçãos de Melquisedeque, em 2002, ao fazer a saudação natalina ao povo do Mato Grosso —, eu dizia que muitos de nós abraçamos a esperança; e alguns a construíram com a própria vida anos a fio.

Em 2010 muitos de nós enfrentamos o preconceito, a intolerância, o ódio de classes. A esperança venceu de novo com a força das testemunhas das mudanças a favor da maioria do povo brasileiro e da altivez de quem sabe estar no rumo certo.

Reitero, como dizia no ano de 2003, que vamos precisar de todo mundo para compreender os sinais da luz. Vamos precisar de sabedoria e de senso de justiça. Vamos precisar de coragem e de ternura. Vamos precisar de humildade e de partilha. Vamos precisar de outro dia e de avançar sobre cada noite. Assim, com segurança, repito o poema da música popular brasileira, de Guilherme Arantes:

“Amanhã

Mesmo que uns não queiram

Será de outros que esperam

Ver o dia raiar

Amanhã



Ódios aplacados

Temores abrandados

Será pleno, será pleno"

A todos um Natal repleto de bondade, um Ano-Novo cheio de bênçãos; meu abraço fraterno e militante. Que a alegria, a sabedoria, a tolerância, a gratidão, o carinho, a coragem, a afeição, a paz e o bem possam nos acompanhar em todos os dias de 2011. Registro a minha grande gratidão pela oportunidade que tive de crescer como cidadão e como pessoa no exercício desses dois mandatos parlamentares.

Que o amanhã seja pleno de direito, de êxito, de responsabilidade e de senso de justiça.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Deputado Carlos Abicalil, quero dizer que aprendi muito com V.Exa. Sua ausência no Parlamento vai multiplicar nossas tarefas porque V.Exa. tem algumas características que são fundamentais: a serenidade, a firmeza e a busca da verdade. V.Exa. sempre buscou profundamente essa verdade. E sempre colocou, dentro da bancada do nosso partido, a preocupação de que, cada vez mais, nós temos de ser protagonistas. E V.Exa. fez isso quando Presidente da Comissão de Educação e como Vice-Líder.

Enfim, nós sentiremos a sua ausência porque a sua palavra sempre deu serenidade e consistência a todos nós. Quero parabenizá-lo pela sua atuação aqui. Tenho certeza de que o nosso Governo o convocará para outras missões porque



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 228.4.53.O
Data: 16/12/2010

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176

V.Exa. não poderá ficar apenas no Mato Grosso; V.Exa. já é um cidadão do universo. E tenho certeza de que o Brasil precisa muito de V.Exa.

Muito obrigado. Um abraço!



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Deputado Carlos Abicalil, quero dizer que aprendi muito com V.Exa. Sua ausência no Parlamento vai multiplicar nossas tarefas porque V.Exa. tem algumas características que são fundamentais: a serenidade, a firmeza e a busca da verdade. V.Exa. sempre buscou profundamente essa verdade e sempre firmou, dentro da bancada do nosso partido, a preocupação de que cada vez mais temos de ser protagonistas. E V.Exa. fez isso quando Presidente da Comissão de Educação, como Vice-Líder.

Enfim, sentiremos a sua ausência porque a sua palavra sempre deu serenidade e consistência a todos nós. Quero parabenizá-lo pela sua atuação. Tenho certeza de que o nosso Governo o convocará para outras missões porque V.Exa. não poderá ficar apenas no Mato Grosso, pois já é um cidadão do universo. Tenho certeza de que o Brasil precisa muito de V.Exa.

Muito obrigado. Um abraço.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Agora passamos a palavra ao Deputado Pompeo de Mattos, do PDT do Rio Grande do Sul.

O SR. POMPEO DE MATTOS (PDT-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputado Luiz Couto, é uma honra dirigir-me ao povo brasileiro sob a Presidência de V.Exa. na despedida que faço da Casa depois de haver aqui exercido três mandatos ao longo de 12 anos.

E me despeço, primeiro, porque não disputei a reeleição; portanto, não perdi a eleição. Eu disputei na condição de candidato a Vice-Governador na chapa PDT-PMDB, tendo o ex-Prefeito e Senador da República José Fogaça como candidato a Governador. Não logramos êxito. Consequentemente, termina meu mandato, a vida segue. E eu quero aqui fazer algumas afirmações que considero importantes.

A primeira vez que concorri, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, foi em 1982. Ajudei a fundar o meu partido, o PDT, juntamente com o Dr. Leonel Brizola, sob a sua liderança, sob a sua égide. Fui eleito Vereador, o mais votado da minha cidade, Santo Augusto, lá nas Missões, no Rio Grande do Sul — muito moço, com 21 anos de idade. Na eleição seguinte fui eleito Prefeito — dos mais jovens do Brasil —, também na minha cidade, Santo Augusto, nas Missões.

Em 1990 fui eleito Deputado Estadual, tendo sido o segundo mais votado do meu partido no Estado. Em 1994 fui reeleito Deputado Estadual e, naquela ocasião, fui o mais votado do PDT do Rio Grande do Sul. Em 1998, na primeira legislatura, concorri a uma cadeira nesta Casa e fui honrado por ser o Deputado Federal mais votado do PDT do Rio Grande do Sul. Em 2002 fui novamente reeleito Deputado Federal e fui o mais votado do PDT do Rio Grande do Sul. E na última eleição a que



concorri e que sustenta este mandato de Deputado Federal, novamente, pela terceira vez, fui eleito o Deputado Federal mais votado do PDT do Rio Grande do Sul. Ou seja, nas últimas quatro eleições que concorri, com exceção da última, como Deputado Estadual e três de Deputado Federal, fui o mais votado do meu partido no Rio Grande do Sul.

Por isso, o meu partido me chamou para uma tarefa maior. Então, não caí, ou, se caí, caí para cima, porque disputei uma condição maior. Não logrei êxito; mas, como sempre digo, eleição é um episódio na nossa vida. A vida é muito mais profunda, é muito mais profícua, é muito mais alvissareira, é muito mais definitiva, é muito mais longeva. O mandato tem a condição da efemeridade, é momentista, é circunstancial, é passageiro, e passa. Este passou, mas que bom que podemos olhar para trás e ver as marcas deixadas nos caminhos por onde percorremos! E eu posso dizer isso com a tranquilidade da consciência do dever e da missão cumpridos, de que fiz a minha parte.

Fiz a minha parte e tenho consciência do que me cabe, tenho os pés no chão, a cabeça no lugar, os olhos fixados no futuro. Não quero dizer, nem por isso, que paro por aqui. Não pendurei as chuteiras, não parei, não terminei, não encerrei. Encerro o mandato, mas a vida segue, e eu gosto de fazer política. E quem gosta do que faz não cansa do que está fazendo; quem gosta do que faz capricha no jeito de fazer. Quem faz o que gosta se estimula em fazê-lo.

Sr. Presidente, durante 12 anos nesta Casa sempre priorizei a produção legislativa com qualidade, na busca de contribuir para o desenvolvimento da sociedade, do crescimento do povo gaúcho e brasileiro, estando atento às



necessidades de parcela da sociedade menos assistida, que mais necessita, dando-lhe apoio e proteção. Os meus projetos foram nesse sentido.

Ao todo, apresentei mais de 300 projetos nesta Casa ao longo de 12 anos: leis complementares, projetos de lei, projetos de resolução. Foram mais de 20 propostas de emendas constitucionais; 27 desses projetos já foram aprovados nas Comissões desta Casa e alguns já viraram lei, sendo um deles emenda constitucional (Emenda nº 58). A coisa mais rara é um Deputado aprovar uma lei, quanto mais uma emenda constitucional. E eu diria: somam-se nos dedos quantos Deputados, depois da Constituinte, conseguiram apresentar um projeto que fosse aprovado e virasse emenda à Constituição.

Foram mais de mil pronunciamentos nesta tribuna, naquela tribuna, junto aos microfones de aparte e nas diferentes Comissões de que participei. Dediquei-me com afinco, com a consciência do dever de não só legislar como também de fiscalizar, nas diferentes Comissões Parlamentares de Inquérito em que atuei.

Deputado Fernando Ferro, nós partilhamos, lado a lado, muitas tarefas, muitas missões em conjunto. Portanto, é uma alegria, um prazer conceder-lhe o aparte.

O Sr. Fernando Ferro - Deputado Pompeo, recordo-me de que, quando V.Exa. chegou aqui na Câmara, de quando participamos, nos anos de 1999 e 2000, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que mexeu com a história deste País: a CPI do Narcotráfico.

O SR. POMPEO DE MATTOS - Exatamente.

O Sr. Fernando Ferro - Ali nós convivemos com algumas agruras e também passamos por momentos de felicidade no exercício do mandato e na busca da



justiça. Portanto, em primeiro lugar, parabenizo V.Exa. pela atuação nesta Casa, bem como expresso a nossa admiração e respeito pela sua coragem, destemor e competência com que exerceu o mandato em defesa do povo do Rio Grande do Sul e do Brasil. O partido em que V.Exa. milita, de onde é originário, é um partido de tradições, que tem uma figura de expressão: nosso grande líder Leonel Brizola. Sei também que V.Exa. não vai se aposentar, vai apenas trocar de trincheira por algum tempo, mas isso faz parte, como V.Exa. disse, da vida, dos desafios que ela nos oferece, com todos os riscos e oportunidades. Aproveite bem a vida fora deste Parlamento e retorne para cá em breve para continuar seu trabalho. Sem sombra de dúvida, esta Casa teve em V.Exa. alguém que honrou o mandato e que, portanto, a qualifica. Peço que aceite o nosso abraço, a nossa admiração e os nossos votos de muita saúde para continuar a lida em defesa do povo do seu Estado e a cumprir os compromissos políticos assumidos. Um grande abraço!

O SR. POMPEO DE MATTOS - Muito obrigado, Deputado Fernando Ferro, pelo carinho, pelo conceito que faz de minha pessoa e pela generosidade das suas palavras. A recíproca é verdadeira, porque sei da sua qualidade e muito aprendi com V.Exa.

E foi exatamente na CPI do Narcotráfico — eu já ia me referir a ela — que nós desvendamos o crime organizado. Foi a CPI da droga. A droga é coisa do diabo, mas é feita por gente. Quem aponta um dedo para lá, aponta três para cá. De nada adianta acusar os outros; cada um tem de fazer a sua parte. Eu fiz a minha, nós fizemos a nossa, a Casa fez a dela. Então, tenho consciência do dever cumprido.

Participei também na CPI do Roubo de Cargas, presidida pelo Senador Romeu Tuma. Estive acompanhado por segurança da Polícia Federal, ameaçado de



morte, como o Deputado Luiz Couto esteve também, mas não recuei, não me encolhi, não me ajoelhei, não lambi bota, não afrouxei o garrão, como se diz no Rio Grande do Sul. Fiz a minha parte.

Também estive na linha de frente na CPMI dos Correios. Lembro-me de que o Deputado Oscar Andrade foi o Relator da CPI do Roubo de Cargas. Na CPI dos Correios estive à frente da investigação do mensalão, não recuei, fiz a minha parte com serenidade. Na CPI do Tráfico de Armas, nas CPIs pesadas, carregadas, sempre estive na linha de frente.

Fui autor da CPI da CPMF, para desvendar para onde ia o dinheiro da CPMF, e constatamos que o dinheiro ia para qualquer lugar, menos para a saúde. Isso é preciso dito em alto e bom som.

Na Comissão de Agricultura tive muitas tarefas, bem como na Comissão de Constituição e Justiça, onde fui e ainda continuo sendo membro.

Tive a honra de presidir a Comissão de Direitos Humanos, uma das Comissões mais importantes desta Casa, que trata do direitos das minorias, do cidadão, da cidadão, da angústia, da miséria, da desgraça, a infelicidade, das demandas, das necessidades do nosso povo.

Dizia, e repito, que aprovei a PEC dos Vereadores, que trouxe mudanças na legislação que dispõe sobre os Vereadores no País, com a diminuição de despesas e, consequentemente, economizando de 10% a 30% da receita das Câmaras dos Vereadores, trazendo economia para o cidadão, melhoria da representatividade, dando às Câmaras o tamanho proporcional à cidade que elas representam, de maneira que cidades maiores passaram a ter câmaras maiores e cidades menores



câmaras menores. Isso, Deputado Flávio Dino, feito com equilíbrio e responsabilidade.

Consegui aprovar projetos de minha autoria, a exemplo do projeto que obriga o *airbag* em todos os carros, no carro do rico e do pobre, no carro mais sofisticado, no carro mais simples. Esse projeto virou lei. O projeto do dia da legalidade, em homenagem ao Dr. Brizola, virou lei também e foi sancionado pelo Presidente Lula.

Apresentei projeto sobre a mamografia no SUS, para que a mulher possa fazer de graça a mamografia, e não faça esse exame depois que o câncer tiver se alastrado, mas o faça de forma preventiva.

O seguro agrícola também foi proposta de minha autoria e de outros Deputados, mas se hoje temos um seguro agrícola é porque foi de minha iniciativa também.

Diversos projetos foram aprovados, esses quatro que citei viraram lei, a PEC dos Vereadores virou a Emenda Constitucional nº 58. São diversos projetos de lei, como o que proíbe coligação nas eleições proporcionais, que estão em tramitação na Casa. Muitos deles já foram aprovados na Casa, alguns estão no Senado, outros foram aprovados em comissões, como o que confere ao ator Paulo Autran o título Patrono do Teatro Brasileiro; o que proíbe telefone celular nas escolas públicas; o projeto de lei que aperfeiçoa o Código Civil; o projeto de lei sobre bulimia e anorexia.

Sr. Presidente, se eu fosse descrever todos os projetos, iria longe. Há também o projeto de lei que permite ao preso que estuda diminuir o prazo de cumprimento da pena, hoje sabemos que o preso que trabalha tem, a cada três dias de trabalho, há remissão de um dia de pena. Eu propus, e esta Casa já aprovou, que a cada três dias de estudo o preso vai remir um dia de cadeia; ou seja, o estudo vai



tirar o preso da cadeia, vai diminuir o seu tempo de cadeia. E há também o que torna obrigatório a numeração das cadeiras nos teatros e nos cinemas.

Enfim, há uma série de projetos que deixo registrado na Casa, a fim de que possamos ter bem clara a compreensão do significado do nosso trabalho parlamentar.

Na área da saúde, há o projeto para que os hospitais da rede pública atendam com prioridade às pessoas idosas; bem como o projeto que isenta de impostos a cadeira de rodas e equipamentos para pessoas com deficiências. Se há isenção para deficiente adquirir carro, por que não há isenção para cadeira de rodas? Por que não há para moto, para veículo automotivo se deslocar internamente? Esse também é um projeto da minha autoria. Há muitos projetos em favor dos deficientes neste País, bem como o que isenta pessoas carentes de pagar água e luz. Se é bom o Bolsa Família para quem tem fome, muito mais importante é a água para quem tem sede, e esse é mais um projeto da minha autoria. São todos projetos em favor da população. São projetos dessa ordem, conquistas do nosso trabalho.

Há também projeto referente ao 20º Contingente do Batalhão de Suez, que está pronto para ser assinado pelo Presidente Lula, ou pela Presidenta, reconhecendo a condição de ex-combatente dos militares brasileiros que integraram o Batalhão de Suez durante a Guerra dos Seis Dias, no Oriente Médio, objetivando o pagamento de indenização aos integrantes daquela força expedicionária.

Há o projeto de anistia do Plano Collor, apresentado como Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e como Relator na CEANISTI, para



reintegrar os demitidos do Plano Collor, do BNCC — enfim, vários segmentos de funcionários públicos que foram e estão sendo beneficiados nessa ordem.

Fui Relator da MP das Armas...

O Sr. Flávio Dino - V.Exa. me concede um aparte, Deputado Pompeo?

O SR. POMPEO DE MATTOS - Pois não, Deputado Flávio Dino.

O Sr. Flávio Dino - Faço um brevíssimo aparte para homenagear V.Exa., que é do PDT, partido de grandes tradições, que representa a permanência da corrente do trabalhismo, do pensamento político brasileiro, partido irmão, portanto, da Esquerda brasileira, e não é de qualquer PDT, mas do PDT do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul de Getúlio Vargas, de João Goulart e do grande Leonel Brizola, um dos maiores estadistas que este País já viu atuar na nossa política. Então, V.Exa. vem de uma corrente política de um Estado com tão grandes, nobres e notáveis tradições, e faz agora a sua despedida. Quero, em nome de outro extremo do território brasileiro, o Maranhão, cumprimentar V.Exa. por esse mandato produtivo, como V.Exa. ilustra com a apresentação desses breves detalhes acerca da sua atuação parlamentar, e, ao mesmo tempo, saudá-lo na continuidade da sua vida pública. Tenho certeza de que, nas páginas vindouras da sua atuação política e parlamentar, estarão essas marcas, as marcas da produtividade, da preocupação com temas de interesse nacional e de interesse social, como V.Exa. aqui resume. De fato, entre tantas e tantas lacunas — aqui está o Deputado Edson Duarte, que falará em breve, também ilustre Parlamentar desta Casa que nos deixa também por contingências eleitorais —, entre tantas perdas, está a de V.Exa. Quero homenageá-lo pela atuação parlamentar e lhe desejar muito êxito no prosseguimento das novas



batalhas que, com certeza, se apresentarão à sua frente, com idênticas vitórias, como aquelas até aqui verificadas. Saudações e sucesso!

O SR. POMPEO DE MATTOS - Muito obrigado, Deputado Flávio Dino, pela generosidade de suas palavras.

Sei da sua história, do seu protagonismo nesta Casa, inclusive do seu trabalho na PEC dos Vereadores, um trabalho sério, jurídico, de conhecimento, de profundo saber jurídico, que nos auxiliou muito. Aprendi muito com V.Exa. Tenho orgulho da sua trajetória e de ter estado aqui, ao longo desses anos, ao lado de V.Exa. Muito obrigado pela generosidade.

Ouço o Deputado Edson Duarte.

O Sr. Edson Duarte - Deputado Pompeo, cumprimento V.Exa. em seu pronunciamento. Na Câmara dos Deputados muitos já passaram, mas alguns jamais passarão, porque ficará para sempre o registro da realização dos seus mandatos; entre eles, V.Exa., assim como o Deputado Flávio Dino, que usou há pouco o microfone neste plenário. São Deputados que marcaram profundamente o exercício dos seus mandatos e deixaram um legado nesta Casa. V.Exa. é um Deputado atuante, propositivo, brigador, lutador, determinado. Naquilo em que acreditou V.Exa. foi a fundo. Brigava neste plenário, nas Comissões, nas reuniões de Líderes. V.Exa. sempre foi um grande líder. Nunca precisou ter mandato de Líder para ser um grande líder. Quero parabenizá-lo por isso. Como V.Exa., eu também não retornarei, mas há pouco estava dizendo que a minha saída é uma colaboração que estou dando a esta Casa, porque a ajudo a se oxigenar, algo tão necessário para a democracia e a vida do País. Não estarei aqui na próxima legislatura, mas não estarei saindo da política; apenas mudando de endereço. Tenho dito por aí que não



é necessário mandato para lutar por aquilo em que acreditamos. Vou continuar lutando. Talvez não queira mais ter mandato eletivo, mas estarei sempre lutando, como sei que V.Exa. estará sempre lutando pelos seus sonhos e ideais, e que esta Casa estará sempre se renovando. Parabéns a V.Exa.! Eu me sinto muito honrado em ter passado por esta Casa exatamente no tempo e na oportunidade em que por aqui estava V.Exa., lutando não só pelo povo do Sul, mas pelo povo do Brasil. Muito obrigado. E parabéns!

O SR. POMPEO DE MATTOS - Muito obrigado, Deputado Edson Duarte, por suas palavras, pela generosidade da sua atitude. Também quero parabenizá-lo pela ação, pelo trabalho parlamentar, reconhecido por todos. Aqui fica também o nosso reconhecimento a V.Exa., que é jovem e tem um futuro enorme pela frente. Tenho certeza de que esta Casa vai esperá-lo. Em breve V.Exa. retorna. Quem sabe, um dia retornemos juntos. Muito obrigado. E parabéns!

Deputado Fernando Chiarelli.

O Sr. Fernando Chiarelli - Somente para esclarecer que, pedetista que sou também, faço-lhe aqui a minha homenagem pessoal, com muita inveja da carreira que V.Exa. teve na vida pública. Gostaria eu de ter 10% da capacidade e da grandeza de V.Exa. na vida pública. Lamento que o PDT dos dias de hoje esteja se comportando de forma estranha, inclusive neste momento, o de despedida desta Casa de um cidadão, um Deputado, um político da grandeza de V.Exa., não mandando alguém para fazer presença e cerimônia. Desnecessário. Estou aqui!

O SR. POMPEO DE MATTOS - V.Exa. bem o representa. Muito obrigado, Deputado Chiarelli. Sei que também não volta a esta Casa. Mas V.Exa. tem uma



trajetória bonita, linda, marcante no seu querido Estado de São Paulo e tenho certeza de que vai continuar na vida pública ainda que sem mandato.

Quero, para encaminhar, dizer que, além das conquistas de que falei, há o projeto de lei dos taifeiros. Trabalhei aqui para beneficiar dezenas, centenas, milhares de taifeiros no País. Deixo aqui o legado de 5 projetos de lei que eu gostaria de ver aprovados. Um deles é o Projeto de Lei nº 4.376, de 2008, que proíbe coligação nas eleições proporcionais para Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador. Uma vez aprovado, isso já é meia reforma política no País. Sobram sete, oito, talvez nove partidos, se aprovado esse projeto simples. Outro projeto é o que proíbe pesquisas de intenção de votos nos últimos 15 dias antes da eleição. Faz-se pesquisa até os últimos 15 dias e, depois, deixa-se a população resolver. Pesquisa não pode ganhar eleição, influenciar, dirigir, comandar, coordenar, como tem acontecido. Então, cabe o silêncio obsequioso: assim como nós paramos uns dois, três dias de fazer campanha, para aguardar a eleição, a pesquisa também tem de parar uma ou duas semanas antes, para que o cidadão possa se manifestar.

Sobre o coeficiente eleitoral, há dois projetos. Eu entendo, e esse é um dos projetos, que nenhum Deputado pode levar para o partido mais voto que um coeficiente. Por exemplo, o Tiririca elegerá cinco; se aprovado esse projeto, o Tiririca se elegeria sozinho. Ele estaria eleito, mas não elegeria ninguém mais. Não se pode emprestar para o partido mais do que o voto de uma legenda cheia. Nesse caso, pode servir de exemplo a Deputada Luciana Genro, do meu Estado, que obteve quase 200 mil votos, mas, como não teve o suporte do coeficiente, não elegerá um só, não elegerá nenhum. Isso é lamentável, porque muitos podem fazer 210 mil votos



e eleger dois, enquanto outros com 180 mil não elegem nenhum. Então, eu quero que, nessa competição das sobras, participem todas as sobras, inclusive as daqueles que não fizeram nenhum; e, no caso da Deputada, ela estaria se elegendo.

Por fim, Presidente, em dois ou três minutos, se V.Exa me concede a generosidade dessa despedida, quero agradecer, primeiro, a Deus a generosidade de me conferir esses sete mandatos seguidos, sendo três aqui nesta Casa. Quero agradecer a generosidade ao meu partido, o PDT — o PDT do Getúlio, que esteve aqui; do Jango, que esteve aqui; do Brizola, que esteve aqui; do Pasqualini, que esteve aqui. Levo nas retinas dos meus olhos a memória dos momentos em que aqui estive. Quero agradecer ao Ministro LUPI, meu parceiro, meu Presidente, meu companheiro. Estive aqui na Vice-Liderança do partido. Quero agradecer aos meus colegas de bancada do PDT; ao Presidente Michel Temer, ao futuro Presidente, Deputado Marco Maia; aos funcionários da Casa, aos zelosos funcionários do Parlamento nacional, aos zelosos funcionários da bancada federal do PDT. Quero agradecer aos meus colegas funcionários, colaboradores do meu gabinete. Posso aqui nominar alguns: a Maria Inês, o Adroaldo, o Edson, a Zelândia, o Lucas, o Bira, o Humberto, o Piratini — posso espichar —, o Jairo, em Porto Alegre, a Débora, o Rafael, e outros tantos que, ao longo do tempo, trabalharam comigo aqui no Parlamento — como a Marli, que me assessorou em toda a minha trajetória.

E, ao agradecer aos funcionários da Casa, aos funcionários da bancada do PDT e aos meus funcionários, quero lamentar que, para os funcionários de cargo de confiança, nesta Casa de leis não há lei. Vergonhosamente, não há lei que os proteja. É a vergonha da vergonha de quem tinha vergonha e perdeu a vergonha e acaba sendo uma coisa sem vergonha. Os funcionários do meu gabinete e de todos



os gabinetes dos Deputados que não se reelegeram vão sair daqui com uma mão atrás e outra na frente, tocados como cachorro para fora de casa: “vai embora!” Eles não ganham um centavo de indenização, não têm direito a Fundo de Garantia, não têm um salário-desemprego, enfim, nada de nada. Recebido o salário do mês, o funcionário vai embora. Terminou. Que vergonha, Presidente! Que vergonha para esta Casa! A minha empregada doméstica tem mais direitos. Não há nem plano de saúde para os funcionários desta Casa, digo, para os funcionários de cargo em comissão. Esta Casa tem de arrumar isso. Aliás, há legislação tramitando nesta Casa. Eu pedi ao Deputado Marco Maia — confio no Deputado Marco Maia — que faça isso.

Atenção, Brasil: os funcionários de todos os gabinetes desta Casa recebem o último salário em janeiro, e daí vão embora, não ganham mais nada. Nada! Eles são espantados, como disse, como um cachorro tocado para fora de casa. E não estou falando por mim, nem só pelos meus funcionários, mas por todos. Aos funcionários de cargo de comissão aqui de dentro também, que não são dos gabinetes, o mesmo tratamento.

Feito esse protesto, Presidente, eu quero, ao encerrar, dizer que fiz a minha parte: lutei, esmorei-me, não esmoreci, não desisto, não desisti. Tenho convicção, tenho confiança. E a minha convicção é tanta, tal e tamanha, que, se não houvesse ninguém para ouvir o que eu estou dizendo, eu diria para mim mesmo, para aumentar a convicção que tenho sobre aquilo em que eu acredito. E acredito no Parlamento nacional, acredito no Congresso Nacional, acredito na Câmara dos Deputados, acredito no Senado, acredito na democracia, acredito na representatividade. Eu acredito no povo brasileiro. Acredito e acreditei no Presidente



Lula — votei uma vez, duas vezes, três vezes, quatro vezes, cinco vezes. Repeti. Não me desestimulei.

Votei na Ministra Dilma para Presidente uma vez e poderei votar outras vezes. A Dilma trabalhou comigo — a Ministra Dilma, a nossa Presidente Dilma trabalhou comigo no gabinete da Liderança do PDT no Rio Grande do Sul. Honrosamente, eu era o Líder da bancada do PDT. Conheço a Ministra, a Presidente: mulher competente, sábia, inteligente, determinada, destemida, corajosa. Sei da sua luta, do seu passado. Então, quero parabenizá-la e agradecer-lhe pelo convívio, como disse já ao Presidente Lula.

Como diz, no meu Estado, o Pinheiro, do *Anonymos Gourmet*, um programa de televisão da RBS TV: “*Voltaremos*” — ele diz sempre no programa: “*Voltaremos*” —, voltarei. Voltarei, não sei se para esta Casa, mas vou manter viva, acesa a chama da política. Um “até breve”, um “até já”, um “até daqui a pouco”.

Sou funcionário de carreira do Banco do Brasil. E sou advogado. Posso voltar a advogar. Tenho que voltar para o Banco. Lá no Banco do Brasil vai haver quatro lugares me esperando. A um deles eu vou me achegar. O primeiro lugar é lá no fundo, no arquivo morto. Eu fui funcionário do Banco do Brasil, sou funcionário do Banco do Brasil, fui estagiário do Banco, contínuo, estafeta, da carreira administrativa, do nível superior do Banco. Então, eu tenho que voltar para o Banco. O Banco tem o dever de me aceitar, o direito de me chamar. Eu tenho o direito e o dever de voltar para o Banco. Então, lá no arquivo morto vai haver um lugarzinho para mim. Se não for lá, quem sabe, no almoxarifado — é um outro espaço. Se não for no almoxarifado, quem sabe, numa salinha mais à frente, num canto. Ou, quem sabe, Presidente, num gabinete maior, num gabinete mais expressivo dentro do



Banco do Brasil. A verdade é que estou disposto a trabalhar. Vamos trabalhar! O Prefeito Fortunati, da minha querida Porto Alegre, me convidou para trabalhar na Secretaria. Isso é algo que vou resolver. Estou vivo, com os pés no chão, com a cabeça no lugar, disposto, disponível, animado e entusiasmado.

Damos tempo ao tempo, para que com tempo haja tempo, desde que não perca tempo e chegue o tempo no tempo certo.

Sr. Presidente, permita-me deixar aqui na minha despedida, como reflexão, rimas e versos que escrevi num poema, que está na minha memória gravada:

“Às vezes, paramos algum tempo, e busca num passatempo um tempo para o tempo passar.

E fica um tempo a imaginar por que o tempo não para.

E como é que o tempo se prepara e desanda num temporal, numa tormenta tropical?

Tempo feito vendaval. Eu lhes pergunto: que tempo é este afinal?

Respondo: esse é o sinal dos tempos.

Tempo de reflexão, tempo de estender a mão, de partilhar o seu tempo, de doar um pouco de tempo para quem se perdeu no tempo.

E no tempo de um pensamento dar mais um tempo para a vida, tempo de vida, vivida, mas vida por muito tempo.”



Por isso, Sr. Presidente, Deputado Luiz Couto, eu peço ao tempo para me dar licença, pois eu creio que o tempo, em minha crença, é quem nos mostra todo o tempo, de cada momento, o tempo que foi e que veio, onde não há tempo pelo meio nem todo tempo perdido. O que há é tempo mal vivido por invejar o tempo alheio.

Peço também ao tempo um tempo para o meu verso. Eu quero o tempo do universo, o tempo além do infinito, para com tempo, por escrito, poder dizer a tempo que nunca se apresse o tempo nem há como o tempo parar, e que só não sente o tempo passar aquele que parou no tempo.

Sr. Presidente, desculpe se eu fiz V.Exa., o Rio Grande, o Brasil, todos perderem tempo me ouvindo. Eu mesmo estava pedindo, e há algum tempo esperando, e não sabia até quando eu teria tempo para esperar. O que eu queria era um tempo para falar. Ao mesmo tempo, despedir-me e me reencontrar, ao mesmo tempo, voltar, ao mesmo tempo, anunciar que o melhor tempo dos tempos é o tempo que há muito tempo aguarda um tempo para chegar.

Sr. Presidente, aqui termina meu tempo. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Deputado Pompeo de Mattos, parabenizo-o pelo seu pronunciamento, pela sua atuação nesta Casa. V.Exa. teve o tempo mais do que o regimental, porque este momento é importante para todos nós.



O SR. PRESIDENTE (Luiz Couto) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Chico Lopes, que dispõe de 3 minutos.

O SR. CHICO LOPES (Bloco/PCdoB-CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero parabenizar o Deputado Pompeo de Mattos, que vai para uma nova missão, mas dentro da política. Isso é que é importante.

Eu milito há alguns anos na defesa do consumidor. Sou Relator de uma APFC com defeito. Ontem, a ANEEL reconheceu que as planilhas de aumento da energia elétrica no Brasil estavam erradas, causando prejuízo à economia popular de 7 bilhões. Ela reconhece, mas não vai devolver aos contribuintes. Na minha avaliação, isso se chama calote coletivo. A agência reguladora veio, como o nome está dizendo, fazer esse equilíbrio, mas, desde que foram criadas — venho militando desde quando era Vereador na defesa do consumidor —, a atitude das agências reguladora sempre compensa esse serviço público de concessão em benefício dos compradores da nossa distribuidora.

Para o ano, vamos continuar denunciando e vamos fazer uma campanha. Tirar 7 bilhões da economia residencial da nossa atividade econômica para dar às distribuidoras! Não podemos aceitar isso de maneira nenhuma! Vamos continuar envolvendo a sociedade e, se possível, a Presidência da República para que se faça uma intervenção. É irresponsabilidade da direção dessa agência reguladora, que reconhece que errou, mas não quer devolver nem consertar o seu erro.

Estamos indignados com a atitude da ANEEL, que nos pediu que suspendesse o relatório até que essa decisão seja tomada. Pensava que ela iria devolver. Mas, já que não vai, vou continuar com o relatório e denunciar, de público,



que o papel da ANEEL não é esse, e, sim, o de defender principalmente a economia brasileira.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Dino) - Deputado Chico Lopes, cumprimento V.Exa. por abordar este tema de grande importância, direitos do consumidor, que diz respeito à sua área de atuação parlamentar.

A Presidência congratula-se com V.Exa.

Durante o discurso do Sr. Chico Lopes, o Sr. Luiz Couto, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flávio Dino, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Flávio Dino) - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Couto.

O SR. LUIZ COUTO (PT-PB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero parabenizar os agricultores que estavam acampados no Município de Monteiro, pela imissão de posse do seu imóvel rural em Cunha, localizado em Monteiro. Foi uma luta muito grande, e hoje eles estão assumindo a sua parte, o que é muito importante. Estivemos no local e assumimos o compromisso de lutar para que houvesse a imissão de posse. Agora ela está acontecendo.

Parabenizo o Superintende do INCRA, Sr. Marcos Dunda, pela atuação neste caso. É importante que esteja acontecendo essa imissão de posse.

Aproveito a oportunidade para registrar que o Município de Guarabira está sofrendo em consequência da péssima situação do Hospital Regional de Guarabira. A População de toda aquela região reclama providências.

Quero pedir que seja inserida nos Anais da Casa nota do médico Francisco de Assis Freitas, divulgada na sexta-feira, dia 10, denunciando uma série de irregularidades que, segundo ele, vêm ocorrendo na UTI daquele hospital por causa do abandono do Secretário de Saúde do Estado.

É importante conhecer a íntegra dessa nota para mostrar o que o Secretário atual do Estado está fazendo com a população, não apenas de Guarabira, mas de toda a região. Aquele hospital regional infelizmente está pagando pela irresponsabilidade e pela incompetência dos homens que dirigem a saúde no Estado. Com isso, a população é quem sofre.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, divulgou moção de repúdio e,



ao mesmo tempo, diz que vai iniciar uma ofensiva democrática para combater a chamada homofobia. O repúdio é com relação a algumas declarações do Deputado Jair Bolsonaro, do Partido Progressista. Os acadêmicos acham que, assim como qualquer Parlamentar, eles também têm o direito de se expressar, e vão fazer essa campanha.

Diz um trecho da moção:

“Em 2011 será construída uma campanha articulada com os movimentos sociais LGBTs para o efetivo estabelecimento de uma sociedade plural e igualitária em direitos. É nosso desejo ajudar a transformar tal estado de coisas, para estabelecer uma democracia forte e justa, na qual o ódio e o preconceito irracionais sejam finalmente extirpados, e o que nos choque não sejam dois homens se amando, mas sim se agredindo.”

Nesse sentido, Sr. Presidente, peço também a transcrição nos Anais da Casa da moção de repúdio do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Para concluir, quero dizer que esta Casa precisa tomar para si a responsabilidade de definir uma política salarial para os seus funcionários comissionados, que não receberam o mesmo tratamento dado aos efetivos, que tiveram reajuste. Foi dito que essa situação seria resolvida após a eleição, mas isso não ocorreu.



Ontem, nós votamos a equiparação dos subsídios dos Parlamentares, do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado aos dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Essa questão não poderia ser votada no final da legislatura. Deveria haver antes um grande e profundo debate. Por isso, votei contrário à urgência, porque nós não discutimos isso aqui. Eu mesmo defendo a posição de que nossos subsídios recuperem as perdas salariais causadas pela inflação e recebamos o mesmo reajuste do servidor público.

Nesse sentido, é importante que esta Casa possa efetivamente, no próximo ano, começar a fazer aquilo que é já proposta nossa, a chamada reforma política.

Não dá para continuar neste esquema, porque a eleição está sendo um processo viciado: quem tem dinheiro é quem manda, as pessoas efetivamente não levam em conta as propostas, e é o poder econômico que define quem é eleito. Tenho certeza de que, se tivéssemos feito a reforma política, o quadro real do nosso Parlamento seria diferente na próxima legislatura.

Infelizmente, debatemos, discutimos, mas na hora H vêm os Líderes dizendo: *“Olhe, não pode ser assim, porque haverá prejuízo para mim e para meu partido.”* Sabemos que o processo eleitoral em vigor é corrompido, apodrecido, e nós temos que mudá-lo.

Esperamos que, a partir de fevereiro, possamos continuar esse debate. Tenho certeza, Deputado Flávio Dino, de que V.Exa., que tão bem fez esse debate, mesmo não estando presente, será convocado para que possamos pressionar esta Casa a fazer efetivamente uma reforma política profunda e consistente, que traga qualidade de vida ao povo brasileiro.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Dino) - Nós é que agradecemos a V.Exa., Deputado Luiz Couto, que traz mais uma contribuição ao debate neste Parlamento.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O ORADOR



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 228.4.53.O
Data: 16/12/2010

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176

(INSERIR DOCUMENTOS DETAQ DE PÁGINAS 165 A 165-B)



O SR. PRESIDENTE (Flávio Dino) - Concederei a palavra ao Deputado Edson Duarte, do PV da Bahia, que usará a tribuna também para fazer seu derradeiro pronunciamento nesta Casa, lamentavelmente.

A Presidência, Deputado, desde logo, homenageia V.Exa. pela sua atuação parlamentar e lhe concede a palavra.

O SR. EDSON DUARTE (PV-BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, muito obrigado.

Sras. e Srs. Deputados, desta tribuna me contemplam 18 anos de atividade política como Parlamentar. Fui Vereador, uma vez, na minha cidade natal, Juazeiro, na Bahia; Deputado Estadual, por duas vezes; e Deputado Federal, também por duas vezes. Agora encerro meus 8 anos de mandato nesta Casa e a minha vida parlamentar. Não estou saindo da política, estou apenas mudando de endereço, pois não preciso ter mandato para continuar trabalhando naquilo em que eu acredito.

Estou fechando apenas as páginas de um capítulo de um livro, escrito com a ajuda de colaboradores, amigos, colegas, pesquisadores, com os movimentos sociais, estudantes e professores, enfim, com os representantes da sociedade brasileira. Foram muitas mãos construindo frases, páginas e capítulos dessa história, que agora conto em resumo, neste pronunciamento.

Por isso abro este discurso agradecendo a todos os que me auxiliaram, direta ou indiretamente, nesses mandatos.

Agradeço, primeiramente, a Deus, à minha família — Tatiane, Iasmim, Kira e Lucas — e aos meus pais e irmãos o apoio necessário para a realização desses mandatos.



Agradeço muito aos que atuam no meu gabinete em Brasília, aos que me garantiram suporte para tudo aquilo que aqui fizemos: Thatyannie Barreto, Dioclécio Luz, Adriana Mendes Avena, Josué Ribeiro, Cleudson Cursino e Sandro Ricardo.

Agradeço também aos colaboradores do exercício do mandato que trabalham no Estado, como é o caso de Marcelo Junior, Edna França, Ítalo Damasceno, Keno Ribeiro, Jorge Willian, Wilson Duarte, Vinícius Gonçalves, André Fraga e Ivanilson Gomes, enfim, a todos aqueles que atuaram e ainda atuam.

Quero agradecer à equipe técnica e a colaboradores da Liderança do Partido Verde, coordenada, antes, por Jair Vieira e, hoje, por Alexandre Trindade, todos muito competentes.

Quero agradecer aos colegas da bancada do PV o companheirismo nestes 8 anos de batalha campal dentro da Câmara dos Deputados, para não permitir que desmontassem a legislação ambiental e para ver incluídas na pauta da Câmara as bandeiras defendidas pelo nosso partido.

Em nome de todos os Deputados da bancada do Partido Verde, faço um agradecimento especial ao Deputado Sarney Filho, o Zequinha Sarney, pela amizade, pela atuação sincera e comprometida com as causas defendidas pelo movimento ambientalista.

Quero agradecer também aos muitos filiados do Partido Verde que me acompanharam nesses 18 anos de mandatos. Não poderei citar cada um, pois são muitos espalhados pelo Estado e pelo País.

Nesses 8 anos de mandato como Deputado Federal, tive a felicidade de conviver com pessoas especiais, gente que investe sua vida e sua carreira em grandes sonhos, gente que faz de tudo para que o mundo fique melhor. São



pessoas que nenhum dinheiro compra. Quando convocadas para defender as causas em que todos nós acreditamos, essas pessoas estiveram conosco e fizeram dos nossos mandatos uma trincheira de luta. Sem elas certamente não teríamos conquistado e realizado aquilo que ficou marcado como fruto da nossa atuação. São muitos os que estiveram nessa luta: Fernanda Giannasi, René Mendes, Eliezer João, Belmiro Silva, Rogério Gomes.

Agradeço ainda ao Frei Luiz Flávio Cappio, Bispo de Barra.

Quero agradecer a todas as entidades das ONGs, ao movimento ambientalista, ao Greenpeace, na pessoa dos seus membros e militantes, ao SOS Mata Atlântica, ao Grupo Ambientalista da Bahia, ao GERMEN, ao WWF, ao ISA e ao Prof. Rubens Nodari. Enfim, são grandes figuras que nos ajudaram no exercício do mandato.

Agradecemos ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, às ONGs, à AS-PTA, à CONTAG, ao IDEC, à SAPÊ, ao Movimento Paulo Jackson, ao Movimento dos Atingidos por Barragens, à Via Campesina, à Fundação Heinrich Boell e a várias entidades que estiveram conosco.

Quero agradecer a José Roberto de Lima, coordenador do Programa de Combate à Desertificação; ao Magalhães Rocha, que integra o IPCC, da ONU, e foi autor do Projeto Áridas; ao Heitor Matallo Junior, representante da América Latina para o Programa de Combate à Desertificação da ONU.

Enfim, agradeço a todos os que nos ajudaram, a exemplo dos representantes da EMBRAPA Semiárido, da CODEVASF de Juazeiro e da UNEB Campus III, na pessoa do Prof. Jairton Fraga.



Nossos dois mandatos nesta Casa tiveram como eixo central o meio ambiente. Enfrentamos temas árduos, batalhando contra *lobbies* poderosos. Em 2004 e 2005, lutamos por biossegurança na questão dos transgênicos, defendendo uma lei que servisse aos brasileiros, e tentamos impedir que a soja transgênica plantada ilegalmente no Sul do Brasil pudesse ser legalizada e liberada por meio de medida provisória.

Fomos o Relator do projeto que estabelece uma política para os produtos orgânicos. Fizemos oposição ao Governo no projeto de transposição de águas do Rio São Francisco, porque, além de comprometer esse patrimônio dos nordestinos, vende ao povo da região a ilusão de que esse empreendimento vai acabar com a falta de água no semiárido. Defendemos a revitalização desse e de todos os rios no Brasil.

Enfrentamos as grandes redes de comunicação ao defendermos as rádios e tevês comunitárias, publicando cartilhas que orientassem os interessados, apresentando projetos, questionando no Congresso e no restante do País o monopólio da comunicação e as dificuldades dos veículos comunitários, que tanto podem ajudar a democratizar a comunicação no nosso País.

Sempre fui um crítico da forma como boa parte da imprensa se comporta no Brasil. Nessa eleição presidencial ficou muito claro que a chamada liberdade de imprensa é para falar o que lhe interessa, pois os veículos de comunicação têm lado, têm partido, têm interesses. Diversos veículos — tevês, rádios e jornais — têm políticos ou grupos políticos como proprietários e, não raro, são bancados por quem está no exercício do poder local. Quando não são bancados, fazem agressiva oposição, lamentável postura de boa parte da imprensa brasileira.



Durante dois anos nos dedicamos ao tema segurança e fiscalização nuclear e, por meio de denso relatório, mostramos ao País e ao mundo como estamos sujeitos a novos acidentes.

Lutamos pelo banimento do amianto, o que nos fez enfrentar um dos *lobbies* mais ricos do País, entranhado no Estado brasileiro, no Governo, na academia, no Congresso Nacional.

Enfrentamos os ruralistas que defendem mudanças no Código Florestal para continuar devastando o Brasil. Estivemos presentes nos debates sobre as mudanças climáticas e o avanço da desertificação pelo mundo. Participamos da elaboração do Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.

Saímos em defesa da causa indígena. Trabalhamos pela votação do Estatuto dos Povos Indígenas, que há muito tramita nesta Casa. Aliás, um dos batalhadores aqui se encontra, o Deputado Eduardo Valverde. Apoiamos a demarcação contínua da reserva Raposa Serra do Sol e de muitas outras terras indígenas. Integramos a Frente Parlamentar Indígena e marcamos presença nos grandes momentos da vida desses povos.

Fomos Relator do Projeto da Mata Atlântica. Articulamos com os Parlamentares da Câmara e do Senado sua aprovação, depois de quase 20 anos nesta Casa.

Estivemos presentes nos debates que culminaram na aprovação do projeto de lei que trata da política nacional para os resíduos sólidos. Trouxemos para esta Casa a situação de crise vívida pelos fruticultores do Vale do São Francisco, no semiárido brasileiro.



Fui o Relator do projeto que estabelece uma política para os produtos orgânicos e abracei essa causa como uma das bandeiras do mandato.

Os nossos mandatos estiveram sempre presentes nos grandes momentos vividos pelo Congresso Nacional na luta pela transparência, no combate à corrupção. Defendemos o voto aberto, apoiamos as Comissões Parlamentares de Inquérito que apuravam denúncias e votamos pela cassação de todos aqueles que se envolveram em crimes.

Estivemos na campanha que levou o Congresso a reduzir o período de recesso parlamentar e acabar com o pagamento durante as convocações extraordinárias.

Nosso mandato produziu trabalhos que repercutiram dentro e fora do Brasil. Nosso projeto de política para nanotecnologia teve seu mérito reconhecido no exterior, assim como diversos outros projetos, com repercussão dentro e fora do País, alguns deles citados como exemplo e copiados por representantes de outros parlamentos pelo mundo.

Além da nossa atuação dentro desta Casa, integramos diversos coletivos representando a Câmara dos Deputados, a exemplo do Conselho Nacional do Meio Ambiente — CONAMA.

Sr. Presidente, eu poderia aqui relatar diversos focos da nossa atuação. Infelizmente, não haverá tempo para citar todas as nossas lutas, todas as nossas batalhas. Este pronunciamento, que darei como lido, será reproduzido e distribuído para todos aqueles que se interessam pela luta e pelos trabalhos que fizemos aqui.

Ao longo deste mandato, recebi muitos prêmios, mas foram os gestos de aprovação do mandato, por pessoas que eu encontrava, que mais me estimulavam



a continuar fazendo da política um sacerdócio; a continuar com o mesmo esforço no mandato como se tivesse começado a vida política, há 18 anos; a fazer do dia a dia uma rotina como se estivesse em campanha, com uma agenda que nunca diferenciou o que era dia de semana, final de semana, dia santo ou feriado. Mantivemo-nos próximos das pessoas, sem negligenciar a missão dentro da Câmara e as missões delegadas por ela.

Por nossa atuação, fomos agraciados com títulos de cidadania em diversos Municípios e com prêmios de destaque político, a exemplo do concedido pela Universidade Federal da Bahia.

Em 2008, o Ministério do Meio Ambiente nos favoreceu com o prêmio pela atuação pelo desenvolvimento sustentável do Nordeste e áreas suscetíveis à desertificação.

Em 2005, o Instituto de Estudos Socioeconômicos — INESC nos premiou por ter sido o Parlamentar mais atuante no Congresso Nacional na luta contra os transgênicos.

O *Congresso em Foco*, veículo de comunicação que cobre as atividades do Congresso, colocou-nos na lista dos melhores Deputados em 2009 e 2010, depois de ouvir a opinião de 180 jornalistas que aqui trabalham.

Eu fico muito grato por todos esses prêmios recebidos.

Presidente Flávio Dino, V.Exa. é uma das maiores referências desta Casa. V.Exa. passou não muito tempo aqui, mas deixou marca que ficará, durante muitos anos, durante muito tempo, como uma referência. V.Exa. é uma referência que deverá voltar a esta Casa, por toda a contribuição que deu.



Sr. Presidente, por ocasião de todos esses prêmios que recebi, pude dizer como eu achava estranho receber um prêmio por atuar na defesa da educação e do meio ambiente e no combate à corrupção, coisa que deveria ser normal, não ser tratada como algo extraordinário e merecedor de qualquer prêmio. Mas fico agradecido pelo reconhecimento feito por essas entidades.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito a oportunidade para, neste encerramento, apresentar o que foi feito aqui nesses 8 anos. V.Exas. foram testemunhas do meu empenho. Lutei por aquilo em que acreditava e me articulei com Parlamentares, Líderes e partidos para impulsionar as nossas bandeiras. Lutei muito, inclusive, nas frentes parlamentares junto com o Deputado Eduardo Valverde.

Quero, neste pronunciamento, agradecer à bancada do Partido Verde por confiar na minha pessoa como Líder por quatro vezes. Refiro-me a uma bancada formada por Deputados na qual todos estavam, como estão, prontos para ser Líderes, pois são atuantes e conhecem muito a Casa e o seu funcionamento. Como Líder, Sr. Presidente, procurei fazer com que a bancada estivesse sempre participando de todas as atividades.

Este é o meu último pronunciamento aqui, pois, além de estar terminando o meu mandato — não fui candidato à reeleição, fui candidato ao Senado Federal —, certamente não voltarei a ser candidato ao Legislativo. Em 8 anos dei a minha contribuição, e agora que estou saindo dou outra contribuição ao Parlamento, permitindo a sua oxigenação, a troca fundamental para a construção de novas ideias e novos pensamentos. Procurei aqui dentro dar o meu esforço máximo e a minha contribuição. Assim, repito, ao sair desta Casa, dou outra contribuição, porque estou permitindo a sua oxigenação, como ocorre na natureza, fato natural e necessário.



Depois de 8 anos como Deputado Federal, estou sendo coerente com tese que defendo: dois mandatos para o Legislativo, como acontece com o Executivo. Essa tese transformou-se em proposta de emenda constitucional de minha autoria, que tramita nesta Casa.

Sr. Presidente, vou saltar alguns trechos, agradecendo muito a tolerância que V.Exa. teve. Não tive como fazer a leitura de todo o meu pronunciamento.

Finalizo dizendo que vou encerrar, mas não vou calar-me. A minha voz continuará por outras terras, reagindo contra injustiças, ativa para mobilizar, com tempo para não se omitir sobre as posições ideais, transmitindo os meus sentimentos, sendo porta-voz do meu coração, avalista de que continuarei a lutar por tudo aquilo que um dia me fez entrar na política e nela me manter durante todo esse tempo.

Quero pedir licença a todos que me conheceram ao longo desses 45 anos para agradecer, no final, a duas pessoas fundamentais para a minha vida, a minha formação e o meu caráter. Estou falando da minha mãe, D. Judite, dona de casa, vigilante quanto à minha educação, e do meu pai, Cacá, um ex-vaqueiro das caatingas do interior, que me deu os maiores exemplos de honestidade, simplicidade e alegria.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Dino) - Deputado Edson Duarte, V.Exa. demonstra nesse seu derradeiro pronunciamento a falta que fará a este Parlamento. Por isso, mais uma vez, nós nos congratulamos com V.Exa. pelo discurso e pela brilhante atuação parlamentar, honrando a bancada da Bahia e o Partido Verde nesta Casa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 228.4.53.O
Data: 16/12/2010

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Flávio Dino) - **Apresentação de proposições.**

Os Senhores Deputados que tenham proposições a apresentar queiram fazê-lo.

APRESENTAM PROPOSIÇÕES OS SRS.:



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 228.4.53.O
Data: 16/12/2010

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176

VI - ORDEM DO DIA

(Debates e trabalho de Comissões.)



CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ
Número Sessão: 228.4.53.O
Data: 16/12/2010

REDAÇÃO FINAL
Tipo: Ordinária - CD
Montagem: 4176

O SR. PRESIDENTE (Flávio Dino) - Vai-se passar ao horário de

VII - COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Chiarelli, pelo PDT.



O SR. FERNANDO CHIARELLI (PDT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos os demais presentes, o Deputado Luiz Couto, que é padre, nosso companheiro, falou em reforma política. Essa reforma política poderia começar jogando no lixo as urnas eletrônicas, em relação às quais o Brasil é motivo de riso e gozação pelo mundo. Os programas já estão lá dentro colocados: quem vai ganhar e quem vai perder.

O Deputado Paes de Lira até me deu razão, mas disse: *“Se houver pessoas de bem fazendo o programa e conduzindo-o, não haverá problema nenhum em voto eletrônico, porque serão pessoas corretas”*. Assim, fomos procurar quem são os responsáveis pela tal de urna eletrônica.

Um tal de Paulo Camarão foi quem começou a bagunça das urnas eletrônicas. Em 2004, ele era secretário, quando contratou a empresa Via Telecom. Em 2006, contratou mais uma, chamada Probank, que tinha 14 mil funcionários, e hoje deve ter 30 mil. Até hoje essas empresas levam as eleições no Brasil, pois o contrato vai até 2011. Em 2006, ele se tornou proprietário dessas duas empresas, saindo do TSE.

Numa determinada revista, o Sr. Paulo Camarão se apresenta como *“reconhecido mundialmente como físico”*. Eu não conheço nenhum livro de ciência que fale sobre o tal de Paulo Camarão. Diz que as urnas eletrônicas registram êxitos anos a fio. Há mais de 600 denúncias, em mais de 600 Municípios, de fraude! E o descarado tem a cara de pau de dizer que a urna é aceita e consagrada no exterior. O último lugar em que houve urna foi a Índia, onde já estão presos os que praticaram abusos em relação a esse instrumento. O Paraguai também devolveu as urnas para o Brasil. Ele diz que é bom porque o resultado é rápido, para o povo



poder ir à praia. Evidentemente, ele está brincando com o povo, fazendo o povo de palhaço!

Esse é um dos responsáveis, que poderia ser congratulado com o Prêmio Nobel, juntamente com o atual, o tal de Giuseppe Janino, porque fizeram “*o primeiro sistema de informática inexpugnável*”. A Nasa é inexpugnável; a urna eletrônica brasileira não é.

Tenho ainda mais dois minutos e posso dizer que isso transformou o povo brasileiro — como a Circe, da mitologia grega —, pois as manchetes do mundo inteiro dizem: “*Brasileiro aceita corrupção*”. A olhos vistos, os mensaleiros estão todos reeleitos, não é verdade? Damos a impressão de que somos um povo de bandidos e ladrões. E, neste 1 minuto e 40 segundos, eu ainda vou ter tempo para esclarecer o povo brasileiro sobre o que tenho em mãos, Sr. Presidente Flávio Dino: os lacres da Justiça Eleitoral para as próximas eleições.

Presidente Flávio Dino, se V.Exa. quiser ser Prefeito em São Luís, pode procurar este Deputado, porque sei onde estão os lacres, inclusive com a assinatura de um juiz do Poder Judiciário. Daí V.Exa. compra o número de urnas necessário para fraudar as eleições e ser eleito. É justamente isso que Paulo Camarão e seus asseclas foram fazer no Equador. Tenho aqui um mandado de prisão. Ele comeu com a mão no Equador, porque foi até lá fraudar as eleições.

Realmente não sei se rio ou se choro. Só sei que tenho muita dó, muita piedade pelo destino deste País. E V.Exa. mesmo, Presidente Flávio Dino, sabe que foi roubado nas urnas eletrônicas do Maranhão, sabe que foi assaltado, sabe que foi garfado. E esse tipo de coisa ocorre em todo o Brasil. É público e notório que, se alguém quiser ser eleito ou reeleito, de Vereador a Presidente da República, tem de



pagar. Já pode, inclusive, começar a comprar os lacres das urnas eletrônicas para as próximas eleições.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Dino) - A Presidência agradece a V.Exa. o pronunciamento nas Comunicações Parlamentares em que representa o PDT.



O SR. PRESIDENTE (Flávio Dino) - Tem a palavra o Deputado Lupércio Ramos, pelo Bloco Parlamentar PMDB/PTC. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. LUPÉRCIO RAMOS (Bloco/PMDB-AM. Sem revisão do orador.) - Presidente Flávio Dino, bem a propósito V.Exa. preside agora os trabalhos desta sessão. V.Exa. demonstrou capacidade e responsabilidade na tentativa de moralizar um pouco mais o processo político-eleitoral do País.

Tenho acompanhado, nos últimos dias, a preocupação de vários Deputados com essa questão. Precisamos, mais do que nunca, procurar o aperfeiçoamento, o aprimoramento e encontrar uma forma moderna e também mais segura no que diz respeito ao processo político-eleitoral.

Precisamente hoje, por exemplo, o Tribunal Superior Eleitoral comunicou ao Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas a cassação do mandato do Prefeito Sidônio Gonçalves, do meu querido Município de Tefé.

Sidônio estava em seu quarto mandato consecutivo. É algo esdrúxulo: o quarto mandato consecutivo do Prefeito! Foi Prefeito duas vezes no Município de Alvarães, cidade vizinha, a 10 quilômetros de Tefé. Em 2004, saiu de Alvarães e foi eleito Prefeito de Tefé.

Em 2004, apresentamos um questionamento, mas, com o jeito brasileiro que se dá, infelizmente até usando o poder público, as manobras jurídicas, com bons advogados — ele conseguiu pagar bons advogados em Brasília —, manteve-se até hoje no cargo de Prefeito. Foi considerado um administrador itinerante, pois foi Prefeito por quatro mandatos.

Sidônio foi cassado no dia 25 de novembro. O Tribunal Superior Eleitoral rejeitou seu recurso. Já havia sido cassado no Tribunal Regional Eleitoral. Só que,



de 25 de novembro até hoje, permaneceu no cargo, quando praticou uma série de absurdos, uma série de crimes administrativos na Prefeitura de Tefé. Um deles foi o pagamento de 4 milhões de reais a uma empresa que sequer havia iniciado a obra, sequer havia colocado a placa da obra, com recursos federais do Ministério da Defesa, orçada em 12 milhões de reais. O Calha Norte liberou 4 milhões como primeira parcela, e o Prefeito liberou o pagamento sem que a empresa tivesse colocado um tijolo, uma pedra, um prego!

E ainda vai para as rádios da cidade dizendo-se vítima! Disse que está sendo perseguido, que é o homem mais honesto do mundo! Diz que, por ser homem honesto, está sendo perseguido politicamente. Ora, sua honestidade está demonstrada nos vários jornais da cidade de Manaus das duas últimas semanas...

O Tribunal de Contas do Estado rejeitou sua prestação de contas de 2009, que teve 29 procedimentos inadequados. A Procuradoria-Geral tem feito uma série de denúncias. A Advocacia-Geral da União elaborou um relatório dando conta de várias atitudes administrativas equivocadas e criminosas do Prefeito Sidônio Gonçalves, do Município de Tefé.

Felizmente hoje o Tribunal comunicou seu afastamento do cargo de Prefeito da cidade de Tefé e deverá marcar novas eleições.

Quero convidar os eleitores e a população de Tefé para, em 2011, travar um embate político em prol da constitucionalidade do ato político no Município de Tefé.

Quando a Polícia Federal interceptou a obra que sequer havia sido iniciada, o Sr. Sidônio Gonçalves, que se diz tão honesto, chegou a ponto de exclamar o seguinte: *“Eu resolvi antecipar o pagamento dessa obra porque eu acho que o futuro Prefeito iria roubar esse dinheiro”*. Observem o raciocínio, a inteligência do Prefeito:



“Eu, Prefeito, resolvi antecipar o pagamento da obra para que o Prefeito que vai me substituir não roube esse dinheiro”. Ou seja, ele pode roubar, rouba, mas não é crime; o outro que vier depois não pode roubar, e, se roubar, é crime.

Ainda bem que justiça foi feita, que o Tribunal Superior Eleitoral cassou o mandato do Prefeito Sidônio, e a nossa querida cidade Tefé terá um novo momento, uma nova normalidade política.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Dino) - Agradecemos ao Deputado Lupércio Ramos, do PMDB do Amazonas, o pronunciamento sobre fatos ocorridos em seu Estado.



O SR. PRESIDENTE (Flávio Dino) - Dando continuidade às Comunicações Parlamentares, concedo a palavra ao Deputado Eduardo Valverde, do Partido dos Trabalhadores de Rondônia, que também faz seu pronunciamento de despedida desta Casa. S.Exa. é um dos Parlamentares mais ilustres, combativos e dedicados desta Câmara.

S.Exa. dispõe de até 5 minutos.

O SR. EDUARDO VALVERDE (PT-RO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, para mim é uma honra falar do plenário desta Câmara dos Deputados para a população que nos assiste, numa sessão presidida por um Parlamentar da sua estirpe, assim como vários outros nesta Casa que veem a política com idealismo. E como a política ensina, esses ensinamentos não podem ficar para nós mesmos, têm de ser utilizados em favor da democracia e em favor da sociedade que representamos.

Ao nos ensinar, ao nos tornar idealistas, a política nos levanta para ver o mundo e o Brasil de maneira muito mais crítica e com necessidade da nossa intervenção. Sua luta para moralizar e mudar a política do Maranhão é a mesma nossa em relação ao Estado de Rondônia. Foi por essa razão que me senti capacitado e competente, pelos ensinamentos que recebi nesta Casa para disputar o Governo do Estado de Rondônia.

Entendia e ainda entendo que seria muito útil para meu Estado uma nova forma de governar, uma forma que impulsionasse o Estado, antes considerado periferia da Federação brasileira. E hoje, graças às diversas intervenções do Presidente Lula e do nosso trabalho na Câmara Federal, fizemos com que houvesse



um olhar diferenciado, um olhar muito mais sensível da União para com o Estado de Rondônia, que hoje se torna extremamente estratégico aos interesses do Brasil.

Por meio de Rondônia, ocorrerá a integração latino-americana, seja por via rodoviária, seja pela futura linha férrea, seja pela Hidrovia do Madeira. O Brasil também se sintonizará com os países asiáticos, já que, através dos portos do Peru, do Chile e da Argentina, terá acesso a esse enorme mercado, o que beneficiará os consumidores, cidadãos dos países latino-americanos, principalmente do norte da América do Sul. Em face desse contexto, eu me senti sempre vocacionado e impulsionado a fazer o bom debate, a boa disputa.

Deixo esta Casa, depois de 8 anos em que aqui abracei as principais causas, especialmente as causas dos segmentos da população que não têm voz nem fala. O Parlamento não serve para dar voz e fala à quem já as tem e, sim, para fazer falar e serem ouvidos aqueles que precisam se empoderar politicamente para fazer valer seus direitos. Aqui defendi populações indígenas, populações de quilombos, povos da Floresta, ribeirinhos, enfim, a tradicional população amazônica, dando eco à sua voz e levando aos debates e nos projetos de lei o que é necessário para seu empoderamento.

Fui autor de bons projetos de lei. Inclusive, o último sancionado pelo Presidente Lula muda o regime exploratório do petróleo, do regime de concessão para o regime de partilha, considerando que essa riqueza — não só o petróleo, mas a riqueza mineral e florestal — tem que ser utilizada de maneira equilibrada, de maneira harmoniosa em relação a todo o povo.

Queremos construir uma democracia, mas não uma democracia formal e, sim, uma democracia econômica, social e política. Os bens da natureza, o resultado do



trabalho e a riqueza que esse trabalho produz têm de ser equitativa e igualmente distribuídos a todo o povo.

Saio da Câmara dos Deputados com o dever cumprido, com a consciência de ter feito o melhor debate, bons discursos, bons projetos, de ter empunhado boas causas e boas bandeiras. Creio eu que nosso trabalho ficará marcado na história da Casa como marcou a mente de muitos rondonienses.

Nada fiz sozinho, mas trabalhei com o apoio de diversos colaboradores, tanto do nosso gabinete em Brasília — a Emy, a Érica, a Leila, o Edmilson, o Leonardo, o Romeu, o Fenelon, ex-companheiro —, como também dos gabinetes em Porto Velho e em Ji-Paraná, que nos deram apoio material, moral, sentimental. Muitas vezes, na política, ficamos só, apesar de conhecermos milhares de pessoas. E, para que isso não aconteça, temos de nos cercar de bons companheiros, de bons amigos.

Tive também o apoio de minha falecida mãe, que durante boa parte do meu mandato me acompanhou. Ela nos assistia frequentemente pela *TV Câmara*.

Perdi hoje o ex-Presidente e fundador do meu partido no Estado de Rondônia, com o qual militei durante 30 anos. Não houve campanha em Rondônia que não tivesse a presença do Odair Cordeiro, que, de maneira precoce, foi levado pelo Todo-Poderoso. Certamente fará falta à política rondoniense.

Volto ao meu Estado para dar continuidade ao trabalho que comecei há 30 anos, como líder sindical, como ex-Presidente da CUT, como fundador do Partido dos Trabalhadores. Estou Presidente por três vezes consecutivas e, agora, pela quarta vez, melhor dizendo. A política nunca sairá do nosso trabalho.



Não vivo da política, vivo com a política e, por isso, o mandato é tão-somente um adereço, um acessório, que apenas nos torna mais um instrumento para o bom enfrentamento.

Tenho responsabilidades com o meu Estado, apesar de não exercer mandato no ano que vem. Exercerei a nossa ação política em defesa do Estado de Rondônia, em defesa da classe dos trabalhadores e em defesa das boas causas, que levam a sociedade a aprofundar a democracia, a combater o racismo e toda e qualquer forma de discriminação.

Peço desculpas aos meus colegas de Parlamento se, em algum momento, num debate mais acirrado, eu os tenha ofendido. Se o fiz, não foi por vontade ou interesse pessoal. Muitas vezes, exaltamo-nos um pouco no argumento e, em determinados momentos, o vernáculo nem sempre expressa a vontade e é utilizado de maneira indevida. Em todo momento, respeitei as diferenças de opinião, respeitei as diferenças biológicas e respeitei inclusive a condição de cada qual ser respeitado por aquilo que pensa.

Agradeço à Presidência pela tolerância. Cumprimento V.Exa. e peço que não desista da luta.

Somos muito novos ainda para desistir dessa luta pela democracia e por um País justo e igualitário, o que é missão para aqueles que se sentem libertários e que não estão presos ao *status quo*, que não estão presos a um paradigma. Nosso dever político é romper esses paradigmas, é romper o *status quo* e transformar uma realidade que muitos não veem e não sentem. Aqueles que se colocam à frente desse processo, ao vê-lo, não podem se sentir passivos e ficar omissos a uma demanda, a uma exigência que a sociedade faz.



Agradeço a todos e cumprimento todos os servidores da Câmara Federal com os quais convivi ao longo desses últimos 8 anos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Dino) - Muito bem, Deputado Eduardo Valverde. Desde logo, afirmo que a conclamação de V.Exa. será plenamente atendida. Tanto V.Exa. como eu permaneceremos na vereda do bom combate, do caminho daqueles que lutam por justiça. Por isso, é uma satisfação ouvi-lo e mais uma vez cumprimentá-lo pelo grande trabalho aqui feito.

Convencionou-se dizer que não há nenhum homem, nenhuma mulher insubstituível. Eu acredito que, de modo diverso, todos os homens e todas as mulheres no mundo são insubstituíveis, porque têm a sua dignidade própria, o seu tempero próprio, a sua individualidade, procuram imprimir a sua marca no mundo, na vida privada e na vida pública.

Obviamente, V.Exa. está no rol dos insubstituíveis e fará falta a esta Casa, que não terá a marca da sua atuação — mas por breves anos. Seguramente, em outros momentos nos encontraremos na vida política, na vida pública, neste Parlamento.

Até como modo de homenageá-lo, mas não só por isso, eu, com muita satisfação, passo a Presidência a V.Exa.



O SR. PRESIDENTE (Flávio Dino) - Transmitem a palavra a um dos mais experientes e ilustres juristas desta Casa, o Deputado Paes Landim, que falará por 5 minutos, pelo PTB.

O SR. PAES LANDIM (PTB-PI.) - Sr. Presidente, no período de Comunicações Parlamentares, quero apenas dizer o seguinte: há cerca de 14 dias, tive o prazer de participar, no Piauí, do aniversário de 10 anos da Houston Bike, um grupo empresarial piauiense de bicicletas, o Grupo Claudino, dirigido por um jovem cuja dedicação à gestão empresarial merece ser registrada. Trata-se de João Claudino Fernandes Júnior.

João Claudino Fernandes Júnior é formado em economia pela Universidade da Califórnia, em Los Angeles, e também em Administração de Empresas pela Universidade do Sul da Califórnia. Então, esse homem estudioso vem se dedicando há 10 anos à montagem da melhor e maior fábrica de bicicletas do Brasil, e a que mais produziu e vendeu bicicletas na América Latina nos últimos anos. Ele agora estende suas atividades à região de Manaus e pensa em uma motocicleta com sistema elétrico. Já fez dezenas e dezenas de viagens ao sudeste asiático — China, Hong Kong, Taiwan —, para comprar produtos, materiais, peças. Realmente, poucos empresários têm esse privilégio e essa visão dos problemas internacionais e mundiais, como é o caso de João Claudino Fernandes Júnior.

Isso tudo se deve à sua competência, modéstia e fidalguia. É uma honra para seu pai, João Claudino, que acabou de fazer 80 anos. Seu legado será um vasto patrimônio, um dos maiores do Nordeste, mas, sobretudo, um patrimônio deixado aos filhos, como João Claudino Júnior, que se dedicou ao estudo e se dedica hoje à



atividade industrial. É um rapaz que poderia se projetar em qualquer Estado, em qualquer setor da indústria brasileira.

Sr. Presidente, o mais importante desses 10 anos de aniversário da Houston é que ele, para poder divulgá-la melhor, conseguiu o *merchandising* da novela *Passione*, quando o personagem personificado na figura do nível de Fernanda Montenegro fala da bicicleta Houston. Em homenagem a isso, a essa novela que despertou em milhões de brasileiros a atenção para as bicicletas Houston, ele acabou de lançar o modelo de 2011, que se chama *Passione*, exatamente em homenagem à novela *Passione*.

Eu não tive tempo de ver a novela porque estava em plena campanha política, mas fiquei impressionado quando ele passou textos agora na televisão, *slides*, com Fernanda Montenegro falando da bicicleta da Houston.

Isso realmente é uma glória para uma empresa do Piauí, em projeção em todo o Nordeste e em todo o Brasil.

A revista *Exame* fez uma bela reportagem sobre isso. Não vou ter tempo aqui de me reportar a ela, mostrando a importância dessa iniciativa, o arrojo empresarial, o espírito de inovação e de modernidade desse jovem que dirige hoje o grupo Claudino, no setor da Houston. Ele vendeu, nesses últimos 10 anos, cerca de 4 milhões de unidades de bicicletas. É realmente uma produção fantástica, que cria empregos, renda e impostos no Piauí. Há vários projetos. Vai agora se traçar na Zona Franca de Manaus.

Efetivamente, Sr. Presidente, para nós piauienses é um orgulho ter um empresário com a formação acadêmica e a visão do mundo como a do jovem João



Claudio Fernandes Júnior e, depois, ter uma empresa do nível da Houston, que hoje tem vendas e revendas em todos os recantos do Brasil.

Tenho certeza de que a melhor homenagem que seu pai recebeu, aos 80 anos de idade, é o sucesso, o orgulho que esse filho emprega ao grupo Claudio. João Claudio Fernandes Júnior é o orgulho de seus pais, de sua família, mas sobretudo é o orgulho do patrimônio jovem do nosso Estado do Piauí.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Paes Landim, o Sr. Flávio Dino, § 2º do art. 18 do Regimento Interno, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Valverde, § 2º do art. 18 do Regimento Interno.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Valverde) - Passo a palavra ao Deputado Flávio Dino, do Partido Comunista do Brasil, ex-Juiz Federal, que não precisou de vários mandatos para deixar sua marca aqui na Câmara dos Deputados. S.Exa. falará pelo Bloco Parlamentar PSB/PCdoB/PRB.

O SR. FLÁVIO DINO (Bloco/PCdoB-MA. Sem revisão do orador.) - Agradeço a V.Exa. a generosidade, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, senhoras e senhores, na primeira vez em que aqui estive, há muitos e muitos anos, como juiz, vim tratar da reforma do Judiciário. Dediquei muitos anos da minha vida, inclusive da atuação Parlamentar, a este tema.

Faço questão, neste último pronunciamento, neste último dia da 53^a Legislatura, de tratar exatamente do tema que pela primeira vez me trouxe aqui: a reforma do Judiciário.

Já se vão bem mais de 10 anos que tenho um contato, um tratar diário com essa temática. Pude aprender com muitos mestres e interagir com muitos atores do processo jurídico e judiciário brasileiro, que faço questão aqui de referir a título exemplificativo, pois que foram os artífices desse processo inconcluso, incontínuo da aprovação institucional da reforma do Judiciário: Joaquim Arruda Falcão, Nelson Jobim, Gilmar Ferreira Mendes, Piquet Carneiro, Márcio Thomaz Bastos, Sérgio Renault, Beto Vasconcelos, Pedro Abramovay, Tarso Genro, Pierpaolo Bottini, Rogério Favreto, José Dias Toffoli, as Associações de Magistrados do Ministério Público e a Ordem dos Advogados.

Esses foram os parceiros, entre tantos, que fizeram com que nós pudéssemos dar passos importantes e decisivos para a consecução de um modelo capaz de propiciar um serviço jurisdicional de qualidade, justo e em tempo adequado



para os cidadãos e as cidadãs brasileiras. Muitos Parlamentares se dedicaram a esse tema como relatores, autores de proposições. Após 13 anos de tramitação legislativa, conseguimos aprovar a Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que entre tantos frutos positivos, trouxe-nos a instituição do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, órgãos de superposição administrativa que têm dado importantes contribuições para o adequado gerenciamento e para o controle social da atividade desses ramos do sistema de justiça.

Trabalhei no Conselho Nacional de Justiça como Primeiro Secretário Geral e, por isso, posso afiançar o quanto o Congresso Nacional acertou, este Parlamento, com todos os seus defeitos, com todos os seus problemas, em deixar esse legado positivo, esse passo na construção desse sistema de justiça, capaz de efetivamente ser justo para a maioria do nosso povo, sobretudo para os mais pobres.

Ingressamos em seguida na segunda fase da reforma do Judiciário, não mais a fase constitucional, mas sim a fase infraconstitucional, a fase da elaboração de leis necessárias a dar operosidade, a dar concretude, a dar funcionalidade às regras constitucionais inscritas na Emenda Constitucional nº 45.

Assim, este Parlamento aprovou a lei sobre súmula vinculante, sobre repercussão geral, sobre súmula impeditiva de recursos, recursos repetitivos, reforma no Código de Processo Civil e no Código de Processo Penal, algumas das quais tive a honra de relatar, ainda no ano de 2007. Por exemplo, aquela que tratou do novo sistema de procedimentos no Processo Penal ou de funcionamento do Tribunal do Júri.

Quero, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, dizer à Nação, neste último momento da fase da minha vida parlamentar, que creio que ingressamos, neste ano



de 2010 e ainda com mais ênfase em 2011, na terceira fase da reforma do Poder Judiciário, reforma do sistema de Justiça, melhor dizendo, que é, exatamente, a aprovação de novos códigos, que são as normas que consolidarão ou não novos marcos normativos capazes de balancear, de temperar segurança jurídica com adequada velocidade no funcionamento do sistema de Justiça.

O Senado tomou a iniciativa. Atuará esta Câmara como Casa Revisora. Aqui não estarei, mas participarei como cidadão do debate. Os ilustres Senadores, auxiliados por comissões de juristas de grande qualidade teórica, intelectual e moral, aprovaram o Código de Processo Penal e, ontem, o novo Código de Processo Civil.

Vejam, Sr. Presidente, senhoras e senhores, a responsabilidade que, por conseguinte, terá a 54^a Legislatura, que se iniciará em fevereiro próximo: atuar como Casa Revisora do novo Código de Processo Penal, sendo que, ano que vem, o vigente fará 70 anos, 7 décadas, fato esse que já demonstra a imperatividade da sua reformulação.

É preciso ter cuidado, cautela, para que possamos fazer com que os nossos objetivos maiores não se percam e a esperança do nosso povo não se frustre. Precisamos ter regras de trânsito capazes de fazer com que a impunidade seja, progressivamente, cada vez mais, removida da vida pública brasileira; que as investigações cheguem ao fim; que os processos judiciais cheguem à sentença; que a justiça seja feita. E, com isso, efetivamente, que nós tenhamos a paz, porque, como a Bíblia ensina, a verdadeira paz é fruto da justiça.

É preciso voltar o nosso olhar também para o Código de Processo Civil, que tratará de temáticas de grande importância, sobretudo aquela atinente ao sistema recursal, que constitui, em verdade, o maior embaraço para o bom funcionamento do



sistema de Justiça, em um paradoxo, porque o uso de um direito acaba se transformando num lamentável abuso, que faz com que as causas sejam procrastinadas indefinidamente e a Justiça seja sempre vista pelas partes como uma luz no fim do túnel, sendo esse túnel demasiado longo.

O Código de Processo Civil, assim como o Código de Processo Penal, está aprovado no Senado. Caberá a esta Câmara fazer as necessárias adequações, para que tenhamos leis modernas, que sejam reconhecidas, tradição de nosso sistema jurídico, como modelos para todo o mundo, como outras obras legislativas que este Parlamento já aprovou.

O Senado cuida também, Sr. Presidente, senhoras e senhores, da reformulação do Código de Defesa do Consumidor, lei que diz respeito ao cotidiano dos cidadãos e ao controle do poder econômico, direitos de cidadania fundamentais nesse terreno.

Finalmente, também trata do Código Eleitoral. Quero finalizar sublinhando a imprescindibilidade de uma lei eleitoral capaz de recompor a unidade e a coerência interna de nosso sistema jurídico eleitoral, abalada por fatos da prática concreta, fatos que fazem parte da vida política; abalada por leis tópicas, transitórias, que fizemos neste Parlamento, em um momento ou outro. Eu próprio fui Relator de uma delas. É impossível manter a coerência interna de um sistema nessas condições.

Sobretudo, temos dificuldade no campo da segurança jurídica, no que tange ao direito eleitoral, em relação a um fenômeno novo: o alto protagonismo da Justiça Eleitoral e do Supremo Tribunal Federal ao aprovar, a cada eleição, novas regras para o processo eleitoral. Precisamos nos ater a esses temas, como o da fidelidade partidária, as regras para as suplências, o financiamento das campanhas, a questão



de como se define o quociente eleitoral. O Código Eleitoral será uma oportunidade para que tudo isso se resolva, recompondo a inteireza, a coerência interna, a congruência interna do sistema, e dando segurança às regras do jogo democrático, a fim de que todos, a Direita e a Esquerda, todos os cidadãos, políticos ou não, possam ter a certeza de que, a cada eleição, não saberemos o resultado antecipadamente, porque é próprio da democracia que haja alternância e que haja, portanto, imprevisibilidade quanto ao resultado; mas é próprio da democracia também que haja a previsibilidade, segurança quanto às regras do jogo, que evitarão casuismos e abusos de toda a ordem, que, infelizmente, no quotidiano ainda são perpetrados, sobretudo no que se refere ao uso da máquina e do poder econômico.

Os códigos serão uma oportunidade de enfrentarmos todas essas anomalias e prosseguir com o espírito patriótico na gigantesca, sempre inconclusa e imprescindível tarefa de acreditar no Brasil e no nosso povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Valverde) - Desejo render minhas últimas homenagens ao companheiro e amigo fraterno que se foi na manhã de hoje, Odair Cordeiro, ex-Presidente e fundador do Partido dos Trabalhadores do Estado de Rondônia.



VIII - ENCERRAMENTO

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Valverde) - Nada mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Valverde) - Encerro a sessão, convocando para amanhã, sexta-feira, dia 17, às 9 horas, sessão ordinária da Câmara dos Deputados.



(Encerra-se a sessão às 18 horas e 48 minutos.)

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. DEPUTADO LUIZ BASSUMA NO PERÍODO
DESTINADO AO GRANDE EXPEDIENTE DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA
DOS DEPUTADOS Nº 179, REALIZADA EM 5 DE OUTUBRO DE 2010 —
RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO:**

O SR. LUIZ BASSUMA (PV-BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, primeiro, quero agradecer aos 255 mil eleitores da Bahia que votaram com a mais absoluta consciência na minha candidatura a Governador pelo Partido Verde.

Fiz minha campanha absolutamente sem recursos materiais, mas riquíssima em apoio de homens e mulheres de bem, de todas as idades e classes sociais. Só na Capital, Salvador, atingimos 9% dos votos, o que representa uma vitória muito grande, pois é a primeira vez que o Partido Verde disputa uma eleição majoritária no Estado da Bahia.

Agora, neste mês de outubro, trabalharemos para evitar que o pior aconteça ao Brasil, já que o melhor para o Brasil teria sido a ida de Marina Silva para o segundo turno para disputar a eleição com Serra, ou mesmo com Dilma.

Sábia e soberanamente, o eleitor brasileiro levou para segundo turno a eleição para Presidente, que será disputada por Dilma, do PT, e pelo candidato José Serra. Desde o primeiro momento, ainda na Bahia, e independentemente da decisão nacional de meu partido, o Partido Verde, ou da própria Marina Silva, eu já havia expressado minha intenção de apoiar José Serra. E o farei por uma razão muito



simples: em caso de eleição de Dilma, seguramente o aborto será legalizado neste País.

O Partido dos Trabalhadores fechou questão a favor da legalização do aborto em 2009 e me puniu, com um ano de suspensão, por eu ser contra. Por essa razão, que envolve questões filosóficas, éticas e religiosas, eu não poderia jamais apoiar a eleição de Dilma, que representa o pior para o Brasil.

O povo brasileiro, que sabiamente levou a eleição para o segundo turno, fará agora a verdadeira diferença. Caso o PT queira apagar a história ou camuflar o discurso da candidata Dilma, ele estará dando mais um tiro em cada pé, porque estará mentindo para o eleitor brasileiro, e o vale-tudo e a mentira não serão aceitos pelo cidadão.

Por isso, repito, apoio José Serra no segundo turno, esperando que o pior para o Brasil — a vitória da Dilma — não aconteça. Com a eleição de Dilma, repito, o aborto será legalizado no Brasil, e isso é o temos de evitar. Matar crianças e ser omisso na implantação de políticas públicas em prol da saúde da mulher e da proteção das crianças já me bastariam para decidir por esse apoio.

O povo brasileiro há de ser sábio mais uma vez.